



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

JORNALISMO SINDICAL CONFEDERATIVO
E O DISCURSO NEOLIBERAL SOBRE A
ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

MOYSÉS CHERNICHIARRO CORRÊA
DRE 102096294

Rio de Janeiro
Dezembro de 2004

MOYSÉS CHERNICHARRO CORRÊA

**JORNALISMO SINDICAL CONFEDERATIVO
E O DISCURSO NEOLIBERAL SOBRE A
ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES**

Projeto Experimental submetido à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social

Orientador: Professora ANA PAULA GOULART

Rio de Janeiro
Dezembro de 2004

JORNALISMO SINDICAL CONFEDERATIVO
E O DISCURSO NEOLIBERAL SOBRE A
ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Autor: MOYSÉS CHERNICHARRO CORRÊA - DRE 102096294

Orientador: PROFESSORA ANA PAULA GOULART

Projeto Experimental submetido à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habitação em Jornalismo.

Aprovado por:

Professora ANA PAULA GOULART – UFRJ

Professor JOSÉ ARGOLO – UFRJ

Professor SEBASTIÃO AMOÊDO – UFRJ

Rio de Janeiro
Dezembro de 2004

Para Marinês, mais que aguerrida advogada de trabalhadores, minha esposa querida, meu amor, cuja dedicação, incentivo e apoio foram determinantes para esta realização.

Para Daniel, Vítor, Camila e Gabriel, meus filhos, com minha devoção.

Para Hilda e Riva (in memoriam), meus pais, com eterna gratidão.

Para Rivadávia, Rachel e Joel, meus irmãos, pelo companheirismo.

AGRADECIMENTOS

À Professora Ana Paula Goulart, minha orientadora, por sua atenção, seu diálogo e, sobretudo, por suas críticas e sugestões.

Ao Professor José Argolo, pelas realizações à frente da Escola de Comunicação – ECO/UFRJ e por aceitar o convite para participar desta Banca Examinadora.

Ao Professor Sebastião Amoêdo, por seu dinamismo e sua visão inovadora sobre o ensino, e ainda por aceitar o convite para participar desta Banca Examinadora.

Ao Professor Muniz Sodré, pela clareza e profundidade das idéias expressas em suas aulas de jornalismo político e por seu incentivo na fase do pré-projeto desta Monografia.

À Professora Raquel Paiva, pelos ensinamentos sobre imprensa comunitária e pelo incansável trabalho junto à turma de formandos de 2004/2.

Aos professores da ECO: José Henrique Moreira, Beatriz Becker, Fernando Mansur, Joaquim Welley, Mohammed El Hajji, Daniel Welman, Henrique Antoun e Cid Pacheco.

Aos colegas de ECO: Eduardo Cayres, Tiana, Bruno, Blandine, Cristiano, Vivian, Thiago, Tibúrcio, Sol, Camila, Daniela, Vanessa, Célio, Tiago Brigada e Clarissa.

Aos servidores da ECO: Dino de Carvalho, Rosângela Brito e Jorgina Costa.

A Marcelo (da lanchonete) e Eustáquio (da Livraria da Editora UFRJ).

À professora Beatriz Schmidt, da Universidade Estácio de Sá (2001), por suas profícuas aulas de Teoria da Comunicação, que possibilitaram minha nota máxima no Exame de Seleção Externa para o ingresso no 3º período da ECO/UFRJ.

Ao amigo José Santana, de Salvador (BA), por suas críticas e sugestões.

Ao presidente Antonio Alves de Almeida e ao jornalista Luis Dutra, ambos da CNTC, pelo apoio à realização desta Monografia.

Ao amigo e sindicalista autêntico Juracy Martins dos Santos, também da CNTC, por seu apoio e incentivo.

A Olga Amélia, pela amizade sincera e participante.

A Cecília Miranda, pela cuidadosa revisão de texto.

Anda, quero te dizer nenhum segredo
Falo desse chão, da nossa casa
Vem que tá na hora de arrumar
Tempo, quero viver mais duzentos anos
Quero não ferir meu semelhante
Nem por isso quero me ferir
Vamos precisar de todo mundo
Pra banir do mundo a opressão
Para construir a vida nova
Vamos precisar de muito amor
A felicidade mora ao lado
E quem não é tolo pode ver
A paz na Terra, amor, o pé na terra
A paz na Terra, amor, o sal da
Terra, és o mais bonito dos planetas
Tão te maltratando por dinheiro
Tu que és a nave nossa irmã
Canta, leva tua vida em harmonia
E nos alimenta com teus frutos,
Tu que és do homem a maçã
Vamos precisar de todo mundo
Um mais um é sempre mais que dois
Pra melhor juntar as nossas forças
É só repartir melhor o pão
Recriar o paraíso agora
Para merecer quem vem depois
Deixa nascer o amor
Deixa fluir o amor
Deixa crescer o amor
Deixa viver o amor
O sal da Terra

Beto Guedes

RESUMO

CORRÊA, Moysés Chernichiarro. **Jornalismo sindical confederativo e o discurso neoliberal sobre a organização dos trabalhadores.** Monografia de graduação (Comunicação Social, habilitação em Jornalismo). Rio de Janeiro: UFRJ – Escola de Comunicação, 2004, 140 p.

O objetivo desta Monografia é responder a algumas indagações a respeito do papel do jornalismo sindical na busca da unidade dos trabalhadores no Brasil, no início do século XXI, inclusive um possível esvaziamento, alguma partidarização e a influência do discurso neoliberal no jornalismo sindical, tomando como objeto de estudo o *Jornal dos Trabalhadores no Comércio do Brasil (JTCB)*, editado desde outubro de 1973 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), a maior dentre as entidades de plano confederativo existentes no País. Para tal análise, considerando que um ex-sindicalista, fortemente influente no segmento sindical, é o Presidente da República, faz-se necessário desconstruir o discurso neoliberal sobre a organização dos trabalhadores brasileiros, uma vez que, além disso, o discurso oficial deste período coloca em pauta a rediscussão e a redefinição dos postulados básicos da organização sindical vigente, definidos na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988: unicidade sindical, custeio compulsório, sistema confederativo e conceito de categoria profissional. Além de discorrer sobre as posições de diversos estudiosos a respeito da atuação do movimento sindical dos trabalhadores e temas correlatos – globalização, nova ordem mundial, revolução técnico-científica e sua relação com as mudanças no mundo do trabalho –, expõe-se ainda as polêmicas sobre esses temas – principalmente a globalização e as transformações no mundo do trabalho. Partindo-se da origem do sindicalismo no mundo e no Brasil, passando pela visão marxista-leninista sobre o partido político como organizador coletivo, volta-se o olhar para as transformações no mundo do trabalho, o conceito para o jornalismo sindical, o contexto econômico em que se inserem o sindicalismo e sua imprensa, a situação do sindicalismo no Brasil, a comunicação sindical confederativa e a importância do jornal impresso para a ação sindical. Analisa-se ainda se a exclusividade na utilização da mídia impressa em detrimento de outras, como a televisão, caracteriza uma limitação do movimento dos trabalhadores, discutindo-se a utilização da televisão como instrumento de descaracterização do sindicalismo. Finalmente, chega-se à apreciação histórica do JTCB, traçando um paralelo entre este e a imprensa comunitária, analisando seu discurso através do estudo de vinte e duas edições, buscando verificar se a CNTC, através desse jornal, está aberta à sociedade ou desenvolve prática neocorporativista e avaliar a participação das federações filiadas na produção do Jornal. Busca-se ainda verificar se o jornalismo sindical confederativo se enquadra na chamada imprensa contra-hegemônica e se sua prática jornalística é de base dialógica e horizontal.

ABSTRACT

CORRÊA, Moysés Chernichiarro. **Syndical journalism from confederation and the neoliberal speech about the workers' organization.** Graduation monograph (Social Communication, subject Journalism). Rio de Janeiro: Federal University of Rio de Janeiro - UFRJ – School of Communication, 2004, 140 p.

The objective of this monograph is answering some questions about the role of syndical journalism on the search for the unity of Brazilian workers in the beginning of the 19th century, including a possible reduction, some adhesion and the influence of a neo liberal speech in the syndical journalism, taking as a study object the Workers News at Brazilian Commerce (*Jornal dos Trabalhadores no Comércio do Brasil – JTCB*), edited since October of 1973 by the National Confederation of Commerce Workers (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC), the biggest one among the plan entities that exist in the country. For this analysis, considering that a strongly influenced ex-syndicalist is The President of Brazil, it is necessary to disconstruct the neoliberal speech about the Brazilian workers' organization, since that, moreover, the official speech of that period talks about the re-discussion and the redefinition of the basic postulates of the effective syndical organization, which were defined in the Brazilian Constitution of 1988: syndical unicity, compulsory finance, confederative system and the professional concept of the category. Besides discoursing about the positions of several specialists about the action of the workers' syndical movements and related themes – globalization, new world order, techno –scientific revolution and their relationship with the changes in the working –, the controversies about these themes are yet exposed – specially the globalization and the changes in the working world. Starting with the origin of syndicalization in the world and in Brazil, it passes into the Marxist–Leninist vision about the political party as a collective organizer, looks at the transformation in the working world, the concept for syndical journalism, the economical context in which the syndicalism and its press are included, the situation of syndicalism in Brazil, the syndical communication from the Confederation and the importance of the printed matter newspaper for syndical action. It is also analyzed if the exclusiveness in using the press media, despite the others, such as television, characterizes a limitation of the workers' movement, discussing the use of television as an instrument of discharacterization of the syndicalism. Finally, we get to the historical appreciation of the JTCB, delineating a parallel between this one and the community press, analyzing its speech through the study of twenty two editions, searching for verifying if the CNTC, through that newspaper, is open for the society or develops a neocorporative practice and evaluate the participation of the affiliated federations in the production of the newspaper. It is also inquired if the syndical journalism from the Confederation fits in the called counter hegemonic press and if its journalistic practice is from dialogical and horizontal base.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABREVIATURAS:

Ações Internas – AIs

Ações Extras – AEs

Participação Direta – PD

Revolução científico-técnica – RCT

SIGLAS:

ACAT – Associação Carioca dos Advogados Trabalhistas

ALCA – Área de Livre Comércio para as Américas

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

CAT – Central Autônoma dos Trabalhadores

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CDC – Código de Defesa do Consumidor

CEF – Caixa Econômica Federal

CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores

CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

CIOSL – Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNTC – Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio

CNTEEC – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino e Cultura

CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CRFB/88 – Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DORT – Distúrbios Ortomusculares Relacionados ao Trabalho

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

EAA – Empregados de Agentes Autônomos

FEAAC – Federação dos Empregados de Agentes Autônomos no Comércio

FEC/RJ – Federação de Empregados no Comércio do Estado do Rio de Janeiro

FECESP – Federação de Empregados no Comércio do Estado de São Paulo

FECOSUL – Federação de Empregados no Comércio do Estado do Rio Grande do Sul

FEINTRAMAG – Federação Interestadual dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral, Auxiliares de Administração no Comércio de Café e Auxiliares de Administração de Armazéns Gerais

FETRACOM – Federação dos Trabalhadores no Comércio

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FNT – Fórum Nacional do Trabalho

FSM – Fórum Social Mundial

FST – Fórum Sindical dos Trabalhadores

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional de Serviço Social

JTCB – Jornal dos Trabalhadores no Comércio do Brasil

LER – Lesões por Esforços Repetitivos

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S. A.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário Prático

SEC – Sindicato dos Empregados no Comércio

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SINDEC – Sindicato dos Empregados no Comércio

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

TST – Tribunal Superior do Trabalho

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 JORNALISMO SINDICAL: EM BUSCA DE UM CONCEITO	22
1.1 Jornalismo político: visão marxista-leninista	23
1.2 Ligas operárias: resistência ao capitalismo	28
1.3 Jornalismo sindical e jornalismo operário	30
2 SINDICALISMO NO NOVO MILÊNIO	36
2.1 Estágio atual do capitalismo e a nova ordem mundial	36
2.2 Transformações no mundo do trabalho	41
2.3 Sindicalismo no Brasil	45
3 COMUNICAÇÃO SINDICAL CONFEDERATIVA	63
3.1 Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio	64
3.2 Jornal impresso e televisão	71
3.3 Tecnopolítica: descaracterização do sindicalismo	73
4 JORNAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DO BRASIL (JTCB)	78
4.1 Surgimento do JTCB: “A união faz a força”	80
4.2 JTCB: discurso da unidade do trabalhador	84
4.3 Edições do JTCB de 2002 a 2004	88

CONCLUSÃO	105
REFERÊNCIAS	109
ANEXOS	112
ANEXO A	
JTCB – DADOS ESTATÍSTICOS	113
ANEXO B	
JTCB – CAPAS DAS EDIÇÕES ANALISADAS	118

INTRODUÇÃO

Jornalismo sindical é a modalidade de jornalismo praticado pelas entidades sindicais. Os entes sindicais podem ser confederações, federações e sindicatos, seja de categoria profissional – organização de trabalhadores – seja de categoria econômica – organismo patronal. O presente trabalho trata do jornalismo sindical de trabalhadores.

O jornalismo sindical é o entrelaçamento do jornalismo, enquanto ato de informar, e o movimento sindical, enquanto organização por melhores condições de vida. O resultado – mídia jornal – é uma nova modalidade de ação sindical. Essa nova ação, agora desenvolvida através do jornal sindical, vem carregada de valores simbólicos.

A ação jornalística contém uma dimensão dialética: ao mesmo tempo em que é uma manifestação concreta, por ser praticada por atores identificáveis, ela opera com abstrações, pois, quando torna públicos acontecimentos já realizados, sem atores, confere valores simbólicos, que não estavam presentes inicialmente na ação noticiada.

A partir da compreensão do discurso jornalístico como produção de sentidos, a análise do jornal sindical pode revelar sinais sobre o tipo de sindicalismo praticado pela instituição que o edita.

Partimos da premissa de que, para existir prática social, é necessária alguma forma de comunicação, mesmo que mínima. Podemos afirmar que a importância do jornalismo sindical está na razão direta da necessidade da existência do sindicato para que a sociedade contemporânea seja efetivamente democrática. Neste sentido, é crescente o destaque dado à sociedade civil organizada, que tem na estrutura sindical sua principal base de sustentação, em razão de sua capilaridade e estabilidade orgânica.

Na contra-mão, está o projeto neoliberal, que procura enfraquecer o poder de Estado e desmobilizar as formas tradicionais de atuação política, visando fazer valer sua dominação. Os meios de comunicação, em particular a televisão, são cada vez mais utilizados no papel de

mediadores sociais, e começam a competir com os agentes que antes exerciam historicamente esse papel, a exemplo das entidades sindicais.

A constatação da realidade de monopolização dos meios de comunicação deve proporcionar ao movimento sindical uma leitura de orientação aos sindicatos, para melhor aproveitamento da mídia impressa, mas, principalmente para a pontuação da importância do desenvolvimento de ações concretas e dirigidas, visando à ampliação da democracia no acesso aos meios de comunicação.

Essa situação coloca a necessidade de as organizações dos trabalhadores desenvolverem ações destinadas à capacitação do movimento sindical, visando inserir-se no atingimento da opinião pública com instrumentos próprios de comunicação de massa, produzindo seu próprio olhar sobre a realidade. É certo que, para ocupar novos papéis, faz-se necessário ultrapassar o uso exclusivo da mídia impressa, acessando outros meios mais massivos de comunicação – como o principal deles – a televisão.

Neste quadro de crises profundas, seja no campo econômico, no processo produtivo, seja no campo social, no mundo do trabalho, o jornalismo sindical é relevante alavanca, qualificando e apetrechando as organizações dos trabalhadores, com a finalidade de que estas interfiram não só no campo das reivindicações, mas ainda nas definições das relações de trabalho, como também, para que ampliem e aperfeiçoem sua inserção na comunicação com a sociedade como um todo.

Com o desenvolvimento da imprensa sindical, nos moldes delineados, também se pode prever importante reação ao monopólio da chamada “grande” imprensa. Registre-se que a denominação “grande”, utilizada no termo antes citado, é passível de questionamento, visto que sua circulação não é tão grande assim; se considerarmos tão somente as tiragens desses veículos, poderemos perceber o atingimento de apenas uma parcela elitizada da população. Na verdade, a denominação “grande” restaria mais apropriada se estivesse colocada para referir-se ao caráter de imprensa sustentada pelos grandes grupos econômicos.

De outra parte, os jornais impressos das entidades sindicais, devidamente atualizados e qualificados para novos espaços, podem seguramente transitar na larga avenida da democratização do acesso às informações, com participação não só aumentada em número expressivo de leitores, mas profundamente diversificada na produção da notícia e na

pluralidade das opiniões e pontos de vista, tão necessários ao exercício, com independência e autonomia, do papel de cada ator social.

O objetivo desta monografia é responder às seguintes indagações: Qual o papel do jornalismo sindical na busca da unidade dos trabalhadores no Brasil, no início do século XXI? Está ocorrendo esvaziamento da organização sindical? Há partidização no movimento sindical? Como esses jornais se posicionam frente ao discurso neoliberal, que despreza a unidade dos trabalhadores no enfrentamento com o capital? Como essas questões se refletem no jornalismo sindical?

A motivação pessoal para a escolha do tema veio da vivência de assessoria exercida por treze anos em diversas organizações de trabalhadores. Durante todo esse período, mesmo sem a graduação de jornalista, estive envolvido com a imprensa sindical das instituições em que trabalhei – por um lado, em razão do amadorismo na administração das entidades, nas quais o assessor sindical é um “faz-tudo”; por outro, em virtude da limitada importância atribuída à área de comunicação.

A motivação social é a mais relevante. Os trabalhadores, assim como a maioria esmagadora da população, com advento do neoliberalismo e a chamada “pós-modernidade”, vêm sendo alijados, numa velocidade espantosa, de qualquer debate sobre a orientação da sociedade em que vivem. O pensamento único neoliberal e a burocratização no âmbito do Estado e da sociedade atuam como barreiras quase intransponíveis à participação da população nas decisões que dizem respeito à sua vida em sociedade. O resultado social é a apatia das grandes majorias, o que tem deixado caminho aberto para o oportunismo na esfera pública.

Além disso, a globalização neoliberal impõe como agenda política a desregulamentação nas relações de trabalho. A finalidade dessa imposição é flexibilizar tudo que possa atrapalhar a “livre” movimentação dos capitais especulativos, o que, em última instância, significa retirar do Estado legislador o poder de fixar a legislação trabalhista. Por exemplo, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), recepcionada pela CRFB/88, a “Constituição Cidadã”, garante ao trabalho direitos mínimos, de caráter protetivo, frente ao capital. O neoliberalismo pretende torná-la letra morta.

Os sindicatos podem exercer importante papel de contra-hegemonia à onda neoliberal. Outro mundo é possível, como vem procurando mostrar o Fórum Social Mundial (FSM). O

jornalismo sindical é um instrumento eficaz à disposição das organizações dos trabalhadores para influenciar nas decisões que lhes digam respeito mais diretamente, como também para dar sua contribuição à sociedade como um todo.

Para não nos perdermos na amplitude do tema, colocaremos como objeto de nosso estudo o *Jornal dos Trabalhadores no Comércio do Brasil* (JTCB), editado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC).

A escolha recaiu na CNTC por ser esta a maior entre as quatorze entidades do plano confederativo existentes. Lidera vinte e oito federações e mais de oitocentos sindicatos, em todo o território nacional, representando mais de treze milhões de trabalhadores. A entidade confederativa dos trabalhadores no comércio foi fundada em 13 de novembro de 1946. Outro motivo que reforça a escolha é o fato de que a CNTC é a confederação que edita há mais tempo, ininterruptamente, um órgão oficial de comunicação. O JTCB circula desde outubro de 1973.

Há também uma justificativa político-sindical na escolha de uma entidade do tipo confederativo: desde a posse do presidente Lula, a posição adotada pelo Governo é a de privilegiar as centrais sindicais como representantes dos trabalhadores, deixando ao largo a estrutura sindical confederativa. Esta decisão revelou-se como uma opção política, sem considerar a diversidade existente há dezenas e dezenas de anos no mundo sindical. Poderia configurar-se tão somente como uma equivocada posição política, se não fosse ainda flagrante a inconstitucionalidade dessa decisão do Governo, uma vez que a estrutura sindical confederativa foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 (CRFB/88).

Além disso, a visão liberal sobre estrutura e organização sindical, assumida como “de esquerda”, experimentou um crescimento na etapa pós-ditadura militar de 1964, e isso criou um problema fundamental. Se, durante todos esses anos, o sindicalismo surgido no ABCD paulista pregou a negação do sistema sindical confederativo, sobre o qual esse mesmo sindicalismo cresceu e se fortaleceu, como deter agora essas reformas liberais, que suprimem direitos trabalhistas históricos e desestruturam a organização sindical com as chamadas reformas trabalhista e sindical do Fórum Nacional do Trabalho (FNT)?

O JTCB é tablóide, mensal, 16 páginas, colorido, com tiragem de dez mil exemplares. É um jornal de cunho basicamente sindical, e traz informações veiculadas através de

reportagens, artigos, crônicas e entrevistas, além de outros modos narrativos característicos do discurso jornalístico.

O JTCB procura, principalmente, atender às demandas das federações filiadas e de seus sindicatos de base com textos que, além de explorarem as possibilidades das narrativas jornalísticas, atentem para a configuração de uma sociedade democrática, cada vez mais marcada por pluralidade e diversidade.

Para analisar o jornalismo sindical confederativo, num período em que o Presidente da República é um ex-sindicalista com forte influência no segmento sindical, é necessário desconstruir o discurso neoliberal sobre a organização dos trabalhadores brasileiros. Além do mais, o discurso oficial, desde o início de seu governo, coloca em pauta a rediscussão e a redefinição dos postulados básicos da organização sindical vigente, definidos no Art. 8º da CRFB/88: unicidade sindical, custeio compulsório, sistema confederativo e conceito de categoria profissional.

Pretendemos expor as abertamente contraditórias posições de diversos estudiosos sobre temas correlatos e estruturantes da discussão a respeito da atuação do movimento sindical dos trabalhadores: globalização, nova ordem mundial, revolução técnico-científica e sua relação com as mudanças no mundo do trabalho. É proposta ainda deste trabalho expor as polêmicas sobre globalização e transformações no mundo do trabalho.

A bibliografia existente sobre o sindicalismo brasileiro, e também aquela mais voltada à análise de sua comunicação e imprensa, mostra pouca nitidez na fronteira entre sindicato e partido, e também entre jornalismo sindical e jornalismo partidário. Os pesquisadores do sindicalismo e do jornalismo sindical, por preconceito contra o Estado, caracterizam o sistema sindical confederativo definido pelo Art. 8º da CRFB/88 apenas como “atraso”. Esta atitude preconceituosa contra o sindicalismo histórico e autêntico tem sua origem numa visão liberal que identifica no Estado “os males de todas as coisas”.

As dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo situam-se mais nas transformações da pós-modernidade e no neoliberalismo que em questões internas de organização e financiamento. O governo do presidente Lula, impondo a agenda política das reformas sindical e trabalhista, deslocou as atenções do movimento sindical da luta contra a política econômica que privilegia o capital financeiro e especulativo.

Neste trabalho de pesquisa, buscamos abordar a origem do sindicalismo no mundo e no Brasil, esmiuçando a visão marxista-leninista sobre o partido político como organizador coletivo e a confusão que isso provoca nos que buscam analisar a comunicação sindical. Também procuramos mostrar as transformações no mundo do trabalho e a fuga dos que, aceitando a ideologia neoliberal como imutável, identificam nas mudanças do processo produtivo os problemas do sindicalismo. Por último analisamos o jornal da CNTC.

Partimos da hipótese de que a experiência brasileira de organização sindical dos trabalhadores, constitucionalizada no art. 8º da Carta Magna, é a forma mais democrática e avançada de garantir a unidade dos trabalhadores; de que essa experiência, implantada a partir da Revolução de Trinta, permitiu que o País chegasse à condição de oitava economia do mundo e estabelecesse uma das mais avançadas legislações protetivas do trabalho; de que todo o preconceito que cerca a CLT, o sistema sindical confederativo, a unicidade sindical, a contribuição compulsória, o sindicato por categoria profissional e o poder normativo da Justiça do Trabalho, é fruto de seu avançado funcionamento, que permite aos trabalhadores possuírem a gigantesca malha sindical capilarizada em todo o País e sua estabilidade econômica independente do patronato, dos partidos e do Estado.

Nossa análise também registra que a maior dificuldade para o perfeito funcionamento da estrutura sindical se assenta na rotatividade da mão de obra e na forte partidização ocorrida a partir do advento do que alguns pesquisadores chamam de “novo sindicalismo”.

Para que possamos refletir sobre o jornalismo sindical confederativo, a necessária desconstrução do discurso neoliberal sobre a organização dos trabalhadores passa por demonstrar a inverdade histórica de que a legislação protetiva do trabalho e sua organização sindical são inspiradas no fascismo italiano, e, em particular, na *Carta del Lavoro*. Esse discurso não é exclusividade do Executivo, mas está presente nos estudos de inúmeros pesquisadores da comunicação sindical e do sindicalismo.

Aplicamos, nesta monografia, duas estratégias metodológicas: de um lado, a revisão bibliográfica sobre a comunicação sindical, o sindicalismo e o mundo do trabalho; de outro, a pesquisa sobre a história e a comunicação da CNTC, entidade máxima dos comerciários do País. Para isso, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com membros da CNTC: o presidente Antonio Alves de Almeida, o diretor Juracy Martins dos Santos e o jornalista Luiz

Dutra, assessor de imprensa e editor de seu jornal – o JTCB. Alguns textos foram de particular importância, como o livro-brochura editado por ocasião dos 50 anos de sindicalismo da CNTC (1946-1996), que historia a trajetória da Confederação desde sua fundação.

Tais estratégias, essencialmente qualitativas, tiveram a seu lado outra, de cunho quantitativo: a análise do conteúdo de todas as edições, vinte e duas, do *Jornal dos Trabalhadores no Comércio do Brasil*, desde janeiro de 2002 até setembro de 2004. A escolha desse período de tempo para a análise se deve à eleição para a Presidência da República, que ocorreu em outubro de 2002 e permite analisar o posicionamento da CNTC desde o período imediatamente anterior às eleições e identificar como ela atuou nesse período.

No Capítulo 1, procuramos identificar um conceito para o jornalismo sindical. Estudos da bibliografia sobre o sindicalismo e especificamente sobre a comunicação sindical não deixam clara esta conceituação e resvalam para um embaralhamento entre jornalismo sindical e operário. Buscamos esclarecer a origem dessa confusão nas leituras desfocadas dos estudos de Lênin acerca da imprensa proletária e seu papel na formação do partido proletário revolucionário. Mostramos também que o nascimento do sindicalismo se deve ao próprio capitalismo e é originado no conflito capital *versus* trabalho. E mais, no Brasil, como na Rússia, os sindicatos nascem como resistência ao capitalismo e surgem espontaneamente entre os operários, sem a interferência de intelectuais. Neste capítulo, fazemos uma revisão dos estudos de Lênin sobre o jornal como organizador coletivo e sua ação conscientizadora das lideranças dos trabalhadores. Percorremos também a bibliografia sobre o nascimento do sindicalismo no Brasil, em particular o livro de Azis Simão. Sobre jornalismo sindical, estudamos os trabalhos de Luis Momesso e Maria Nazareth Ferreira.

No Capítulo 2, procuramos analisar o contexto econômico e de produção do capitalismo em que se insere o sindicalismo e sua imprensa. Aqui, percorremos vários autores: David Harvey, Adalberto Moreira Cardoso, Gilberto Dupas, Nilson Araújo de Souza, Néstor Canclini e Raquel Paiva. Neste capítulo, nós trouxemos à tona as polêmicas sobre a existência ou não de transformações radicais no capitalismo, sobre globalização e mudanças no mundo do trabalho. Neste último tópico, os estudos se concentraram em Ricardo Antunes, Nilson Araújo de Souza e David Harvey. Ainda neste capítulo, investigamos a situação do sindicalismo no Brasil, levando em conta vários autores, sendo os principais: Ivan Alemão, Jeferson Barbosa, Segadas Vianna, Alfredo Bosi e Ângela de Castro Gomes. O presidente e o

secretário geral da CNTC, respectivamente Antonio Alves de Almeida e José Carlos Perret Schulte, também constituíram fontes de informações.

No Capítulo 3, nos debruçamos sobre a comunicação sindical confederativa. Para tal, estudamos a história da CNTC, valendo-nos do livro-brochura *Jubileu de Ouro 50 anos de sindicalismo*. Investigamos a importância do jornal impresso para a ação sindical e concluímos que a exclusividade na utilização da mídia impressa, em detrimento de outras, mais massivas – a televisão, por exemplo –, caracteriza uma limitação do movimento dos trabalhadores. Neste aspecto, estudamos Raquel Paiva e Cicília Peruzzo. Para demonstrar como é determinante para a sobrevivência do sindicalismo a sua inserção no meio televisivo, construindo sua própria mensagem e visão de mundo, incluímos um debate sobre a avaliação do sociólogo Octavio Ianni acerca da tecnopolítica, que é a política na era da globalização. Abordamos ainda a utilização da televisão como instrumento de descaracterização do sindicalismo.

No Capítulo 4, fazemos uma avaliação histórica do JTCB desde seu nascimento, em outubro de 1973. Montamos um paralelo entre o JTCB e a imprensa comunitária. Analisamos o discurso do JTCB através do estudo de vinte e duas edições dos jornais. Procuramos responder se a CNTC, através de seu jornal, está aberta à sociedade ou desenvolve prática neocorporativista. Também procuramos investigar a participação das bases – federações filiadas em todo o País – na produção do jornal da Confederação. Este instrumento de análise faz sentido para verificar se o jornalismo sindical confederativo se enquadra na chamada imprensa contra-hegemônica. Finalmente, o estudo empreendido neste Capítulo colabora no levantamento de dados que possibilitem definir se a prática jornalística do JTCB é de base dialógica e horizontal.

1 JORNALISMO SINDICAL: EM BUSCA DE UM CONCEITO

O jornalismo sindical corresponde ao trabalho de comunicação desenvolvido pelas organizações sindicais. Tal atividade pode ser dirigida aos trabalhadores representados por essas entidades, assim como à sociedade como um todo. Também sob esta designação encontra-se a comunicação posta em prática pelas associações de trabalhadores, como, por exemplo, a associação dos docentes de uma Universidade, ou a associação de funcionários de uma empresa.

Na prática, a comunicação sindical atua em duas vertentes: ora mobilizando os trabalhadores na defesa de seus direitos, ora sensibilizando e repercutindo suas lutas e conquistas junto aos diversos públicos – empresários, classe política, jornalistas e formadores de opinião.

Esta conceituação de imprensa sindical se encontra situada de maneira bem distante do denominado “jornalismo operário”, o qual, considerando-se o conceito posto por Lênin, estaria mais voltado para o que foi denominado “organizador coletivo”. Ao ver do líder russo, tal jornalismo se destinaria ao proletariado e teria por finalidade elevar o patamar da luta dos operários de manifestação notadamente “espontânea” para outra que, por sua abrangência e caráter, seria conceituada como revolucionária.

Vários pesquisadores do sindicalismo e de sua imprensa se debruçam sobre os escritos de Lênin acerca da imprensa proletária, visando analisar a comunicação sindical. Ocorre que tais estudos apresentam significativas impropriedades, ao não distinguirem o momento em que o revolucionário russo formulava os aspectos do jornal do partido político, destinado à tomada do poder – jornal esse dirigido ao público proletário, das fábricas e oficinas – do momento em que conceituava um jornal sindical.

Ao analisar o pensamento de Lênin acerca do papel da imprensa no período revolucionário, será possível compreender, e demonstrar, a distinção entre jornalismo sindical e imprensa operária.

De outro lado, a organização sindical, tanto na Rússia como no Brasil, mesmo em momentos temporais diferentes, originou-se como movimento de resistência ao capitalismo. Não detinha caráter político para derrubar o regime capitalista, mas sim caráter reivindicatório, pois seu objetivo era vender a força de trabalho dos operários por um “preço” mais justo, com garantias de melhores condições de trabalho.

É forçoso destacar que apontar como meta o fim do capitalismo, ou qualquer outra finalidade, para assumir o poder na sociedade, não se encaixa no trabalho de organização sindical, pois, sem sombra de dúvida, é tarefa para partido político. O partido desenvolve seu discurso em toda a sociedade, inclusive, dependendo de sua ideologia, com ênfase entre os trabalhadores. Nesta hipótese, certamente buscará influenciar lideranças sindicais, até conquistá-las para fazer parte de seus quadros; todavia, mesmo com esta peculiaridade, em razão de sua natureza e objetivo, é partido político, e não entidade sindical.

1.1 Jornalismo político: visão marxista-leninista

No início do século XX, antes da Revolução Bolchevique de 1917, Vladimir Ilitch Lênin detalhou, no livro *Que fazer?*¹, sua concepção de partido político revolucionário, mais conhecida como teoria marxista-leninista, e a necessidade da existência do jornal impresso como organizador coletivo. Nesse texto, Lênin afirma que o sindicato é resultado da reação espontânea dos trabalhadores à exploração capitalista.

Em vários estudos desenvolvidos por pesquisadores brasileiros, cujo material de observação era o sindicalismo e sua imprensa, encontram-se citações do líder russo; todavia, repetimos, tais análises não salientaram que, na citada obra, Lênin não se referia ao jornalismo sindical, mas, na verdade, teorizava acerca da necessidade de o partido revolucionário

¹ LENIN, Vladimir. Sobre os sindicatos. In: _____. **Que fazer?** Trad. Armênio Guedes, Zuleika Alambert e Luiz Fernando Cardoso. São Paulo: Livramento, 1979.

desenvolver sua própria imprensa, a fim de atingir toda a Rússia. Como já dito, o que ele mencionava era jornalismo político.

Realçamos tal dicotomia. A nosso ver, a reflexão sobre os textos de Lênin apresenta superior interesse para destacar o aspecto básico diferenciador entre o sindicato e o partido político.

O sindicato surge como representação de uma vontade coletiva, uma vez que exercida em nome de uma categoria profissional, com demandas imediatas e coletivas, em geral no campo econômico, em contraposição às condições de trabalho implementadas pelo empregador.

O partido político surge da vontade de um grupo² que, articulado em torno de um programa, se propõe dirigir o conjunto da sociedade, e tem por finalidade atingir o poder do Estado.

O sindicato nasce de baixo para cima, visto que sua formação é de caráter assemblear, com regras legais específicas que implicam ampla participação de trabalhadores, sendo imprescindível alguma legitimidade da categoria. Já o partido nasce, em geral, de cima para baixo, posto que sua formação se dá a partir da formação de grupos, os quais, em geral, *a priori* com baixa legitimação social, irão buscá-la através da ação prática do partido na sociedade.

É importante relevar ainda, em relação à diferenciação entre sindicato e partido político, quando este último tem trabalhadores em sua formação, que o primeiro – ou seja, o sindicato – é criado espontaneamente entre os trabalhadores, nas contradições entre o trabalho e o capital; e o partido político de trabalhadores nasce da consciência política, em geral com a participação ativa de intelectuais, os quais não pertencem à classe operária.

No livro citado, Lênin analisa as greves dos operários russos, ainda na primeira metade do século XIX, e, posteriormente, durante as décadas de 60 e 70 daquele século, definindo-as como reações espontâneas às péssimas condições de trabalho:

² No Brasil, a experiência demonstra que os partidos nascem de pequenos agrupamentos de pessoas – com exceção, segundo alguns pesquisadores, do PT, tendo havido ampla mobilização de lideranças de movimentos sociais para construí-lo.

As greves operárias também adquiriram, naquela época (última década do século XIX), depois da famosa guerra industrial de 1896 em Petersburgo, um caráter universal. Sua extensão a toda a Rússia atestava claramente quão profundo era o movimento popular que renascia e, ao falar do “elemento espontâneo”, é natural que, exatamente, esse movimento grevista deve ser, antes de mais nada, qualificado de espontâneo. Mas há diferentes espécies de espontaneidade. Também durante a década de 70 e na de 60 (e ainda na primeira metade do século XIX) houve na Rússia greves acompanhadas de destruição “espontânea” de máquinas, etc.³

A partir da leitura do trecho destacado, verifica-se exatamente a presença dos conceitos antes nomeados para a caracterização das ações sindicais, notadamente a ampla legitimidade e a participação das bases, quais sejam, “profundo movimento popular” e “caráter universal das greves operárias da época”⁴. E mais, Lênin demonstrava que o desenvolvimento do caráter revolucionário do movimento dos trabalhadores russos era exatamente a superação do estágio espontâneo, por conseguinte, de seu caráter eminentemente sindical:

Mas isso, entretanto, mais que *luta*, era uma manifestação de desespero e de vingança. Nas greves da última década do século passado [XIX] vemos muito mais lampejos de consciência: formulam-se reivindicações determinadas, calcula-se de antemão o momento mais conveniente, discutem-se os casos e exemplos conhecidos de outros lugares, etc. Se os motins eram simplesmente levantes de gente oprimida, as greves sistemáticas já representavam embriões de luta de classes, mas nada além de embriões. Em si, essas greves eram luta trade-unionista, não eram luta social-democrata; assinalavam o despertar do antagonismo entre operários e os patrões, mas os operários não tinham, nem podiam ter, consciência da oposição inconciliável entre seus interesses e todo o regime político e social contemporâneo, isto é, não tinham consciência social-democrata. Neste sentido, as greves da última década do século passado [XIX], apesar de representarem um enorme progresso em relação aos “motins”, continuavam sendo um movimento nitidamente espontâneo.⁵

³ LENIN, Vladimir. *Op. cit.*, p. 55.

⁴ *Ibid.*

⁵ *Ibid.*

De maneira detalhada, o líder russo aponta as diferenças entre o movimento sindical, por ele chamado “luta tradeunionista”, do movimento revolucionário, chamado “luta social democrata”⁶. Lênin destaca ainda que a consciência necessária para a formação revolucionária não surge espontaneamente entre os operários, estes capacitados tão somente para a ação sindical; porém, através do trabalho de intelectuais, também reunidos no partido revolucionário, seria possível a formulação de teses filosóficas, históricas e econômicas. Mais uma vez, acentua-se a distinção que ora demonstramos entre o jornalismo sindical e o jornalismo político:

Dissemos que os operários *não podiam ter* consciência social-democrata. Esta só podia ser transmitida vinda de fora. A história de todos os países atesta que a classe operária, apenas com suas forças, só está em condições de elaborar uma consciência trade-unionista, isto é, a convicção de que é necessário agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, reclamar do governo a promulgação de tais ou quais leis necessárias para os operários, etc. Em compensação, a doutrina do socialismo surgiu de teorias filosóficas, históricas e econômicas, elaboradas por representantes instruídos das classes dominantes, pelos intelectuais. Os próprios fundadores do socialismo científico moderno, Marx e Engels, pertenciam, por sua posição social, aos intelectuais burgueses.⁷

Para o líder russo, o jornalismo deveria ser utilizado como instrumento de educação política dos trabalhadores. Neste diapasão, Maria Nazareth Ferreira⁸, citando Lênin, destacou, de sua concepção sobre o jornalismo, a função conscientizadora:

Somente um jornal que divulgue de modo conseqüente os princípios da luta política e levante bem alto a bandeira da democracia estará em condições de convencer todos os elementos democráticos combativos e aproveitar todas as forças progressistas na luta pela liberdade política. Só então se conseguirá

⁶ LENIN, Vladimir. *Op. cit.*, p. 55.

⁷ *Ibid.*, p. 56.

⁸ FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa Operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

transformar o ódio surdo dos trabalhadores à polícia e às autoridades, em ódio consciente ao governo autocrático.⁹

Para Lênin, uma imprensa que organizasse a luta revolucionária era imprescindível:

A organização das forças revolucionárias, sua disciplina e o desenvolvimento da técnica revolucionária são impossíveis sem a discussão destas questões através de um órgão que as centralize, sem elaborar coletivamente determinada forma e normas de direção e de trabalho e sem concretizar a responsabilidade de cada membro ante o todo.¹⁰

Decerto restou demonstrado que, naquele momento histórico, o objetivo de Lênin era proporcionar às lutas dos trabalhadores um caráter revolucionário, como forma de ultrapassar, naquelas primeiras greves, o elemento espontâneo, por demais predominante. Assim, para substituir o espontaneísmo por iniciativas “de consciência”, formulou o líder russo o imperativo do discurso político, o qual seria realizado através do jornal político, voltado para os trabalhadores. Para Lênin, o jornalismo assumia o papel de organizador coletivo, isto é, passava a ter caráter eminentemente político, com a função de elevar as denúncias da situação fabril da abordagem local para o universo das liberdades políticas, fixando normas e critérios para a direção do trabalho as responsabilidades de cada um perante o todo.

Lênin entendia o sindicalismo limitado em suas origens capitalistas; todavia, simultaneamente, considerava-o palco privilegiado, seja para o aprendizado dos trabalhadores no manejo das ações coletivas – greves e manifestações – e da utilidade de permanecerem unidos, seja para a aproximação de quadros para o partido revolucionário do proletariado. O autor defendia que não há revolução sem teoria revolucionária, razão pela qual a participação dos intelectuais revolucionários no partido funcionaria como verdadeiro amálgama, unindo os quadros proletários com experiência de luta, o que conduziria à formulação desta teoria.

⁹ LÊNIN, Vladimir. Del pasado de la prensa obrera em Rusia, *apud* FERREIRA, Maria Nazareth. *Op. cit.*, p. 12.

¹⁰ Id., *Ibid.*, p. 13.

1.2 Ligas operárias: resistência ao capitalismo

No Brasil, o movimento sindical teve sua origem nas Ligas Operárias. Tais organizações integravam operários de variados ofícios e de diversas indústrias, e tinham por objetivo reivindicar melhores salários e redução da jornada de trabalho, desempenhando ainda o serviço de assistência. Destacamos a Liga Operária de Socorros Mútuos (1872) e as Ligas de Resistência, que eram mais homogêneas e se desenvolviam fundando filiais em outras cidades, como a Liga de Resistência das Costureiras. Podemos citar ainda a União dos Empregados do Comércio (1903) e a União dos Trabalhadores em Fábricas de Tecido (1907). A expressão “sindicato” surgiu somente em 1903; segundo Azis Simão¹¹, o primeiro sindicato surgiu no Estado de São Paulo, o Sindicato dos Trabalhadores em Mármore, Pedra e Granito (1906).

As organizações sindicais brasileiras, como também ocorreu na Rússia, tiveram sua origem situada nos conflitos capital *versus* trabalho. Diante da precaríssima situação em que se encontravam as relações de trabalho daquela época, resistir à exploração dos capitalistas – novos empregadores –, garantir as condições mínimas de trabalho e vender sua força de trabalho por um preço melhor eram os objetivos destas organizações de trabalhadores.

Assim, não é difícil concluir que, já no início, as primeiras organizações sindicais do País surgiam para resolver demandas imediatas e coletivas dos trabalhadores no campo econômico, notadamente aquelas relacionadas à paga de melhores salários e ao fim das jornadas desumanas. Segundo Azis Simão:

As primeiras organizações operárias no Brasil foram por certo as ligas operárias que reuniam quase sempre indistintamente os operários de diversos ofícios e indústrias e tinham como objetivo, fora uma ou outra de caráter beneficente, a defesa dos interesses imediatos e comuns, a todas as classes, isto é, a melhoria dos salários, e a diminuição de horas e pouca coisa realizaram, porque lhes faltava a força necessária mercê do amorfismo que as caracterizava.¹²

¹¹ SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**. São Paulo: Dominus, 1966.

¹² **A Plebe**, 1 abr. 1922 *apud* SIMÃO, Azis. *Op. cit.*, p. 162.

Como apontado no texto transcrito, em que pese a inovação do surgimento das ligas, as mesmas não detinham força objetiva para o alcance de suas reivindicações, principalmente em face da ausência de organicidade. Pouco depois, tais instituições passaram a se organizar de forma mais homogênea, através de “uniões de ofícios”, vindo a ganhar maior força e maior poder de mobilização.

“Ofício” era denominação similar ao que hoje se denomina “categoria profissional”, isto é, a formação social representativa dos que produzem a riqueza. Na categoria, encontram-se similitudes de condições de vida oriundas da profissão ou do trabalho em comum, ou do exercício de profissões ou funções diferenciadas, por força de estatuto profissional, e ainda em consequência de condições singulares de vida, de situação de emprego na mesma atividade econômica privada ou pública, ou de atividades econômicas similares e conexas.

Certamente, a partir da organização por ofícios ou categorias, vieram as organizações da época a granjear maior conteúdo em suas reivindicações, posto que, além de dominarem mais detalhadamente as necessidades de seus representados, evidenciavam maior legitimidade.

Simão, citando o jornal *A Plebe*, deixa isso claro quando afirma:

Mais tarde, apareceram as sociedades de resistência, que já eram núcleos mais homogêneos surgidos dos primeiros centros e ligas. São uniões de ofícios que ao se desenvolverem fundam pelo país sucursais ou filiais, diretamente dependentes da central estabelecida na grande cidade. Ao lado destas existem uniões autônomas mais ou menos beneficentes, ora apoiando greves, ora fazendo manifestações políticas.¹³

Importante realçar que, em virtude de inexistir regramento público para essas organizações de trabalhadores, vez que as mesmas não eram reconhecidas pela sociedade, reinavam certas divergências na definição de seus objetivos, principalmente no que tangia ao caráter de resistência às ações do patronato em oposição a ações meramente beneficentes; tal confusão se refletia ainda na nomenclatura utilizada para nomear as entidades.

¹³ *A Plebe*, 1 abr. 1922 *apud* SIMÃO, Azis. *Op. cit.*, p. 162.

Segundo Simão, o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, em 1906, ao analisar situação das organizações existentes, afirmava e definia:

Considerando que a resistência ao patronato é a ação essencial, e que, sem ela, qualquer obra de beneficência, mutualismo ou cooperativismo seria toda a cargo do operariado, facilitando mesmo a patrão a imposição de suas condições; que essas obras secundárias, embora trazendo ao Sindicato grande número de aderentes, quase sempre sem iniciativa e sem espírito de resistência, servem muitas vezes para embaraçar a ação da sociedade [organização] que falta inteiramente ao fim para que fora constituída – a resistência [...].¹⁴

Vemos que, nos debates acerca da definição dos objetivos dessas organizações, considerava-se imprescindível destacar seu caráter de resistência, sendo certo que até a tradição beneficente, sem o que se convencionou chamar de “resistência ao patronato”, seria vista como embaraço à condução da entidade. E ainda objetivando que não pairassem dúvidas quanto ao caráter intrínseco das organizações de trabalhadores, de resistência contra o capital, as resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro deixavam claro que só deve existir um tipo de organização, e a denominavam sindicato:

O Primeiro Congresso Operário Brasileiro aconselha, sobretudo, resistência, sem outra caixa [organização] a não ser a destinada a esse fim e que, para melhor sintetizar o seu objetivo, as associações operárias adotem o nome de Sindicato.¹⁵

1.3 Jornalismo sindical e jornalismo operário

Através de levantamento e exame dos estudos sobre sindicalismo e comunicação sindical já realizados, é possível constatar que parte significativa destes não logrou esclarecer

¹⁴ **A Plebe**, 13 mar. 1922 *apud* SIMÃO, Azis. *Op. cit.*, p. 163.

¹⁵ *Id.*, 13 mar. 1920, *Ibid.*, p. 163.

ou conceituar o termo “sindicato”. Em alguns desses trabalhos, verifica-se até mesmo certa confusão entre o conceito de sindicato e o de partido político.

Luis Momesso chega a sustentar que os trabalhadores podem, através do sindicato, construir o socialismo:

Os trabalhadores estão construindo suas experiências. Quando militam com a proposta de construir o socialismo, sentem a carência de um estudo teórico de maior profundidade, da elaboração de políticas de comunicação condizentes com os ideais socialistas.¹⁶

É evidente que, na análise antes transcrita, na qual o autor trata o sindicato como se este fosse partido político, estamos diante de severa distorção, tanto de um conceito como de outro. Retornando aos escritos já examinados de Lênin, a crise revolucionária – pelo socialismo, por exemplo – só pode ser conduzida pelo partido revolucionário, nunca pelo sindicato.

Idêntico equívoco nas distinções entre sindicato e partido político também se revela na área da comunicação sindical e seus objetivos. Mediante as premissas antes elencadas, a partir do texto de Lênin quanto às características da imprensa sindical e da operária, é forçoso concluir que a comunicação difere se praticada para atender à demanda de um sindicato ou de um partido político.

O jornalismo sindical tem na agenda as questões imediatas da categoria e se dispõe a repercutir sua principal pauta. Além disso, toda a sua circulação e distribuição estarão voltadas a atender aos objetivos fixados por aquele setor representado. Já o jornalismo partidário se desenvolve na divulgação e defesa do programa partidário, que versa, principalmente, sobre os temas gerais de interesse do País, pautando temas variados, e não se restringe a nenhum setor especificamente.

Tem-se que o jornalismo sindical desenvolve sua base de trabalho nas ações concretas que envolvem a categoria. Esta imprensa é a expressão das ações da entidade sindical, quando divulga o fato concreto, a vida real. Por outro lado, o jornalismo partidário se nutre

¹⁶ MOMESSO, Luiz. **Comunicação sindical: limites, contradições e perspectivas**. Recife: UFPE, 1997, p. 187.

principalmente do discurso – do que pretende e não é concreto ainda –, ou seja, de seu programa para a sociedade.

Verifica-se, ainda, na literatura sobre sindicalismo e sua comunicação, uma relevante indefinição da fronteira que separa o jornalismo sindical do jornalismo operário. A expressão “jornalismo operário” é comumente utilizada para designar o jornalismo político, visto que, na maior parte das vezes, se refere à ação das diversas ideologias – anarquista, socialista, comunista, etc. –, com o indisfarçável objetivo de conquistar a simpatia da classe trabalhadora para suas concepções.

Ferreira caracteriza a imprensa operária como a imprensa dos partidos operários:

Quando se trata de imprensa operária e de partidos operários, fica difícil desvincular um termo do outro, principalmente se se levar em conta o fato de que a primeira é resultado dos segundos e que ambos têm objetivos idênticos. Entretanto existe um outro termo complicador, o sindicato, que não pode ser analisado senão formando, com os outros termos, um tripé de suporte da luta da classe trabalhadora: o jornal, o partido, o sindicato. Por outro lado, não se pode reduzir a imprensa operária à imprensa sindical. O alcance da primeira é muito maior.¹⁷

Com efeito, essa fusão de conceitos pode ser verificada no surgimento das primeiras organizações dos trabalhadores, já que, no final do século XIX e nas primeiras três décadas do século XX, o que existia era o jornalismo operário. Durante esse período, as organizações de trabalhadores reduziam-se a algumas associações e principalmente às caixas de ajuda mútua, que atuavam sem formalismos ou organicidade. Porém, mesmo assim, essas organizações constituíam-se no que de mais avançado existia, atuando de maneira preponderante para as conquistas que, posteriormente, seriam denominadas Direito do Trabalho. Como já mencionado, Azis Simão, citando o jornal *A Plebe*, afirma que faltava à organização dos trabalhadores daquela época a força necessária, em razão de seu amorfismo¹⁸.

A fim de proporcionar a devida contextualização, importante destacar que a política não contemplava a participação dos trabalhadores, sendo certo que ampla parcela destes não

¹⁷ FERREIRA, Maria Nazareth. *Op. cit.*, p. 6.

¹⁸ **A Plebe**, 1 abr. 1922 *apud* SIMÃO, Azis. *Op. cit.*, p. 162.

tinha direito a voto. Diante de tão severa restrição à participação política dos trabalhadores, parece, portanto, mais do que natural que, na falta dos paradigmas devidos, as organizações existentes – associações e caixas de ajuda mútua – viessem a corresponder, concomitantemente, aos anseios de participação política das categorias representadas, ao papel de legítimos representantes nas reivindicações sindicais por melhores condições de trabalho e de salário.

Luis Momesso esclarece tal realidade sobre a imprensa dos trabalhadores no período histórico citado:

Era descentralizada e sem coordenação, pois não havia partido operário, tanto pelas dificuldades como pelas concepções anarquistas. Predominavam as características de um movimento, com suas divergências e, ao mesmo tempo, objetivos comuns, com a mesma repressão a perseguir lideranças e organizações. A ação dos sindicatos e sua imprensa cumpriam também papel de partido político.¹⁹

Momesso confirma a fusão entre institutos diversos – no caso, a ação dos sindicatos e os partidos políticos – durante esse período. Atribui tal situação à falta de coordenação e às concepções anarquistas. O que se pode efetivamente depreender é que os jornais de trabalhadores eram jornais operários, posto que refletiam a opinião daqueles que os escreviam e editavam. É de se destacar que a imprensa desse período apresentava lemas e palavras de ordem consideradas revolucionárias, devendo-se destacar que muitas destas eram fortemente influenciadas pelo anarquismo italiano, trazido pelos imigrantes que chegavam ao País em levas expressivas.

A partir do fortalecimento das instituições e, conseqüentemente, dos marcos de suas diferenciações, notadamente no que se refere a sindicatos e partidos políticos, é certo afirmar que o jornalismo sindical deve ser visto como categoria de jornalismo especializado. Conceitua Momesso:

¹⁹ MOMESSO, Luiz. *Op. cit.*, p. 45.

É a inter-relação dos indivíduos entre si, enquanto integrantes das entidades sindicais, a inter-relação dos indivíduos com as instâncias organizadas das

suas entidades e vice-versa, a inter-relação das entidades sindicais entre si, da instituição sindical com outras instituições e com a sociedade. É a comunicação entendida como processo, incluindo os recursos mediáticos existentes.²⁰

Tomando-se por base a afirmação transcrita, pode-se concluir que o sindicato, atuando como núcleo centralizador e repercussor da expressão espontânea dos trabalhadores nos conflitos advindos frente ao capital, é órgão pertencente a todos os trabalhadores da categoria profissional, isto é, da base. Não pode restar adstrito às concepções políticas de seus dirigentes, sob pena de se lhes amesquinhar e diminuir suas prerrogativas e finalidades. O corpo diretivo é eleito para coordenar a ação da entidade sindical naquilo que melhor representar e convier à categoria; inadmissível, pois, que o mandato de seus membros venha a servir interesses desta ou aquela tendência política.

Aos dirigentes sindicais, como a qualquer cidadão, é facultado o direito de participar da política partidária, votar e ser votado como candidato a cargo público ou, ainda, envolver-se com a militância partidária. Todavia, na condição de diretor de entidade sindical, e a fim de zelar pela independência do mandato que assumiu, deve preservar o espaço de participação de toda a categoria, indistintamente, na rotina da instituição que dirige, sem que a militância partidária lhe crie embaraços.

No intuito de desempenhar plenamente a atuação sindical, cuja premissa básica é o envolvimento máximo do conjunto da categoria nas ações do sindicato, mister se faz organizar a comunicação com as bases da categoria, repercutindo-as na sociedade como um todo. Essa comunicação deve refletir as ações práticas da instituição e abordar, principalmente, os temas e posicionamentos de interesse do conjunto dos trabalhadores, e não do grupo político que, momentaneamente, está conduzindo a direção da entidade. Certo é que, com base nos princípios democráticos de renovações das administrações sindicais, a corrente política que eventualmente esteja à frente do sindicato pode ou não ser reconduzida, porém a instituição é permanente, pois pertence a todos os elementos integrantes da categoria, e não só àqueles que, em algum momento, galgaram seus postos dirigentes.

²⁰ MOMESSO, Luiz. *Op. cit.*, p. 41.

Os conflitos inaugurados a partir da globalização e do neoliberalismo passaram a exigir das organizações dos trabalhadores uma ação mais vigorosa junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Esta atuação, contudo, não se confunde com ação política nos sindicatos, identificada pelo que se chama de “partidarização”. O que ocorre nestes casos é o desvirtuamento dos objetivos precípuos da instituição para colocá-la à mercê dos interesses de uma parcela diminuta da categoria profissional, a denominada “corrente política”. Em geral, o que ocorre é o enfraquecimento e o isolamento da entidade sindical, pois a maioria dos trabalhadores não se sente representada por posicionamentos que não correspondem ao interesse do conjunto da categoria.

2 SINDICALISMO NO NOVO MILÊNIO

Ao pretendermos examinar a atuação sindical e sua comunicação no novo milênio, parece sobremaneira apropriada e interessante a definição de Mikhail Tomski, líder bolchevista e, para alguns historiadores, a principal personalidade sindicalista da revolução russa de 1917:

Cabe sempre aos sindicatos [...] uma tarefa fundamental. Essa tarefa, que define o próprio papel e o sentido dos sindicatos, é o amplo esforço e o trabalho constante de promover e elevar o nível material e espiritual de seus membros. Ao longo da história do movimento sindical, esta foi e será a tarefa dos sindicatos.²¹

A análise da comunicação sindical no início do novo milênio coloca em pauta a necessidade de contextualização do cenário de atuação das entidades sindicais. É imprescindível situar a conjuntura política e econômica do capitalismo em sua fase atual, examinando de que forma se desenvolve o conflito entre capital e trabalho, e, mais, debater os reflexos da chamada nova ordem mundial no mundo do trabalho, bem como identificar suas influências no sindicalismo.

2.1 Estágio atual do capitalismo e a nova ordem mundial

A leitura de David Harvey revela desde o início o quanto foi difícil concretizar a pesquisa acerca da pós-modernidade, considerando-se o caldeirão de visões tão conflitantes que enfrentam o tema.

²¹ COHEN, Stephen F. **Bukharin: uma biografia política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 260.

Ao que parece, contudo, o clamor dos argumentos pós-modernos antes aumentou do que diminuiu com o tempo. Uma vez vinculado com o pós-estruturalismo, com o pós-industrialismo e com todo arsenal de outras “novas idéias”, o pós-modernismo dava a impressão crescente de uma poderosa configuração de novos sentimentos e pensamentos. Ele parecia a caminho de desempenhar um papel crucial na definição da trajetória do desenvolvimento social e político apenas em virtude da maneira como definia padrões de crítica social e de prática política. [...] Portanto, parecia apropriado investigar mais profundamente a natureza do pós-modernismo, não tanto como um conjunto de idéias quanto como uma condição histórica que requeria elucidação. Tive, no entanto, de fazer um levantamento das idéias dominantes e, como o pós-modernismo mostra ser um campo minado de noções conflitantes, o projeto não se revelou de forma alguma fácil de levar a efeito.²²

Diante de tão abalizada conclusão, parece pertinente que sejam demonstradas algumas dessas posições conflitantes, na avaliação da atual conjuntura do capitalismo, a fim de situar o cenário das relações de trabalho e do movimento sindical.

Harvey identifica profundas mudanças na economia política do capitalismo no final do século XX; contudo, constata que continuam a vigorar as regras básicas do modo capitalista de produção, sobretudo no que se refere à organização da vida econômica, em seu caráter de plasmar de maneira irretocável o desenvolvimento histórico e geográfico. Para esse autor, são abundantes os sinais e as marcas de modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado²³.

Harvey afirma ainda que, no Ocidente, ainda vivemos uma sociedade em que a produção em função de lucros permanece como o princípio organizador básico da vida econômica, e permanecem vigentes as regras básicas do modo capitalista de produção como forças plasmadoras invariantes do desenvolvimento histórico-geográfico²⁴.

Ainda sobre o tema, é preciso destacar o pensamento de Adalberto Moreira Cardoso, afirmando que a desregulamentação dos mercados, notadamente o do trabalho, foi considerada

²² HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004, p. 9.

²³ *Ibid.*, p. 117.

²⁴ *Ibid.*

como única alternativa para a melhoria da divisão internacional do trabalho, sendo pública e notória a repercussão dessa desregulamentação na ampliação dos problemas enfrentados atualmente pelo sindicalismo:

Ainda que frágil, o conceito de globalização denota pelo menos o incremento na competitividade mundial, devido tanto à terceira revolução industrial como às políticas de tipo neoliberal empregadas por governos na maioria das nações ocidentais, para não falarmos na hegemonia do capital financeiro mundial. A desregulamentação dos mercados de produto, financeiros e de trabalho foram encarados como o único caminho possível à reestruturação produtiva, que seria, sob esse ponto de vista, um passo necessário na melhoria da posição de cada país na divisão internacional do trabalho.²⁵

Por outro lado, Gilberto Dupas, confrontando a atuação das corporações multinacionais nos anos 60 e 70 do século XX com o desempenho verificado na década de 1980, constata como característica distintiva a integração dos mercados financeiros mundiais e o crescimento do comércio internacional, através da queda de barreiras protecionistas, o que entende por globalização e qualifica de fenômeno novo.

A partir da década de 1980, observamos uma intensificação do processo de internalização das economias capitalistas que se convencionou chamar de *globalização*. Algumas das características distintivas desse processo são a enorme integração dos mercados financeiros mundiais e um crescimento singular do comércio internacional – viabilizado pelo movimento de queda generalizada de barreiras protecionistas –, principalmente dentro dos grandes blocos econômicos. Um de seus traços mais marcantes [...] é a crescente presença de empresas transnacionais. Estas diferem bastante das corporações multinacionais típicas dos anos 60 e 70, constituindo um fenômeno novo.²⁶

Com um ângulo de olhar diametralmente oposto, Nilson Araújo de Souza considera que não se pode caracterizar a conjuntura mundial como globalização, posto que os

²⁵ CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 23-24.

²⁶ DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 14.

investimentos mais relevantes das empresas transnacionais são desenvolvidos dentro de seus próprios estados:

Em síntese, as fontes de recursos para a formação de capital, o investimento tecnológico e as tarefas produtivas mais relevantes das transnacionais são essencialmente nacionais e elas vendem seus produtos basicamente para o mercado interno de seus países, ainda que também invadam nossos mercados. Que há de “global” nisso?²⁷

Para Souza, o relacionamento entre as economias nacionais é conflituoso, e não é prudente falar em globalização, pois esta pressupõe um relacionamento harmonioso entre os países; o que se verifica é que cada Estado imperialista se transnacionaliza, não no sentido de perder sua base ou identidade nacional, mas porque passa a agir e a portar-se internacionalmente como porta-voz dos interesses dos capitais de seu Estado. Tal fenômeno, a seu ver, se justifica, uma vez que não são os mesmos os interesses dos monopólios, e cada um destes busca usar o próprio Estado Nacional para defender seu espaço no cenário internacional²⁸.

Conclui ele afirmando que está ocorrendo novo tipo de colonização, em que as potências imperiais da atualidade – EUA, Japão e Alemanha – disputam, através da formação de blocos econômicos regionais, o domínio sobre os outros países.

[...] o que está ocorrendo é a tentativa dos EUA dominarem o mundo e a luta encarniçada entre as três grandes potências [EUA, Japão e Alemanha] por redividir o mundo entre si.²⁹

A afirmação do poderio imperial se clarifica quando analisamos declarações de três expoentes da política dos EUA. O ex-presidente Bill Clinton³⁰ identifica que trinta por cento do crescimento de seu país se deve ao seu envolvimento positivo e cada vez maior na economia global, que os tem beneficiado mais do que a qualquer outra nação. John K.

²⁷ SOUZA, Nilson Araújo de. Ascensão e queda do império americano. São Paulo: Mandacaru/CPC-UMES, 2001, p. 119-120.

²⁸ *Ibid.*, p. 120.

²⁹ *Ibid.*

³⁰ *Ibid.*, p. 120-121.

Galbraith³¹, um dos mais renomados economistas norte-americanos, declarou que o conceito de globalização não é sério e foi inventado para dissimular a política de avanço econômico dos EUA em outros países e para tornar respeitáveis os movimentos especulativos de capital. Já Henry Kissinger³², ex-secretário de Estado norte-americano, identifica na globalização um sinônimo de posição dominante dos Estados Unidos.

Através de outra ótica, em uma linha de abordagem que coloca no centro a questão da comunicação, Néstor Canclini afirma que a cidadania no século XXI é exercida pelo consumo. Podemos depreender que a conceituação pretendida pelo autor é aquela que estratifica os cidadãos não pelo exercício de suas liberdades ou direitos civis, mas sim pelas faixas de renda e de consumo que integram. Sua análise é por demais contundente, e choca pela atualidade.

Homens e mulheres percebem que muitas das perguntas próprias dos cidadãos – a que lugar pertencem e que direitos isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses – recebem sua resposta mais através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que nas regras abstratas da democracia ou da participação coletiva em espaços públicos.³³

Ao fazer esta constatação, Canclini debita a substituição da cidadania pelo consumo à influência cada vez maior dos meios de comunicação na política – em especial, a televisão, que, espetacularizando a política, levando-a a “instâncias globais inalcançáveis”³⁴, termina por elevar o consumo a este patamar de valorização.

Num tempo em que as campanhas eleitorais se mudam dos comícios para a televisão, das polêmicas doutrinárias para o confronto de imagens e da persuasão ideológica para as pesquisas de marketing, é coerente nos sentirmos convocados como consumidores ainda quando nos interpelam como cidadãos. Se a burocratização técnica das decisões e a uniformidade internacional imposta pelos neoliberais na economia reduzem o que está

³¹ SOUZA, Nilson Araújo de. *Op. cit.*, p. 121.

³² *Ibid.*

³³ CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, p. 37.

³⁴ *Ibid.*, p. 37-38.

sujeito a debate na orientação das sociedades, pareceria que estas são planejadas desde instâncias globais inalcançáveis e que a única coisa acessível são os bens e as mensagens que chegam a nossa própria casa e que usamos “como achamos melhor”.³⁵

Registre-se que esta visão de Canclini, de elevar o consumo ao patamar de procedimento libertário e o atrelar ao exercício da cidadania, recebeu contundente crítica de Raquel Paiva, que concluiu que esta linha de entendimento retira do trabalho o seu sentido histórico³⁶.

Raquel Paiva vai mais além, comparando esse raciocínio de Néstor Canclini – segundo o qual, se é impossível controlar o trabalho e as forças por ele regidas, só seria possível exercer domínio sobre a escolha dos bens produzidos – a “brincar de Pollyanna”:

Vislumbrar positividade nesta etapa é como “brincar de Pollyanna”, personagem-título da escritora americana Eleanor Porter que, diante de situações críticas, procura ver o lado positivo, sempre recordando que ainda poderiam acontecer coisas piores. Isto pode ser resumido a algo como: “não é ainda tão ruim”.³⁷

2.2 Transformações no mundo do trabalho

Todas essas transformações econômicas vividas no neoliberalismo, e que produzem diversas interpretações entre seus analistas, também repercutem no âmbito das relações de trabalho. Ricardo Antunes enumera algumas mudanças e transformações ocorridas no século XX, mais especificamente nos anos 1980, e que se referem a progressos nos processos produtivos, os quais, a seu ver, têm como motor os saltos tecnológicos, como a robótica e a automação, dentre outros.

³⁵ CANCLINI, Néstor García. *Op. cit.*, p. 37-38.

³⁶ PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, p. 32.

³⁷ *Ibid.*

Em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se, no mundo do trabalho, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários. O fordismo e o taylorismo já não são únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo), decorrentes das experiências da “Terceira Itália”, na Suécia (na região de Kalmar, do que resultou o chamado “kalmarianismo”), do Vale do Silício nos EUA, em regiões da Alemanha, entre outras, sendo em alguns casos até substituídos, como a experiência japonesa a partir do toyotismo permite constatar.³⁸

A partir de mudanças introduzidas pelos avanços tecnológicos, o citado autor constata que o cronômetro, tão caro ao taylorismo, e a produção em série e de massa, característica fundamental do fordismo, já começam a dar lugar à flexibilização da produção. Registra como novos paradigmas dos processos produtivos a desconcentração industrial, a gestão participativa e a busca da qualidade total, os quais também podem ser encontrados em países capitalistas e no Terceiro Mundo industrializado³⁹.

Para o pesquisador, o padrão fordista dominante começa a ser substituído pelo toyotismo, experiência japonesa, e tem implicado na desregulamentação e na flexibilização dos direitos trabalhistas, com o objetivo de proporcionar ao capital condições de adequar-se a uma nova fase⁴⁰.

Antunes classifica o fordismo, fundamentalmente, como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo do século XX, destacando a fragmentação das funções, as unidades fabris verticalizadas e a separação de elaboração e execução no processo de trabalho, como elementos característicos do processo produtivo nesse período histórico.

³⁸ ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 9. ed. São Paulo/Campinas: Cortez, 2003.

³⁹ *Ibid.*, p. 24.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 33.

[...] cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência de trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do *operário-massa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões.⁴¹

Sustentando entendimento diferenciado, Nilson Araújo de Souza afirma que o binômio informática–telecomunicação é fenômeno típico da crescente financeirização do capital e da integração dos circuitos financeiros em âmbito mundial, isto é, da especulação financeira global.

E tem estado a serviço desse processo. Aliás, este só se tornaria possível graças à possibilidade de transmissão de informações em grande quantidade e velocidade. Do contrário, como movimentar mundialmente, de forma a sempre obter a melhor lucratividade nos distintos mercados, as gigantescas massas de recursos financeiros que hoje circulam pelo mundo? Por isso, o capital financeiro, como necessidade vital, teve que investir pesado na informática e nas comunicações.⁴²

Nilson Araújo oferece ainda outro argumento, que tem levantado inúmeras polêmicas, acerca da viabilidade ou não da radical substituição do trabalhador pela máquina, como fazem crer os defensores da revolução científico-técnica. Curiosamente, esse autor demonstra o quanto é antropofágica do próprio sistema tal revolução, posto que a automação, aumentando avassaladoramente os índices de desemprego e reduzindo sobremaneira a massa salarial, terminaria por sufocar o sistema, através do estreitamento insuportável do mercado. De fato, a consumarem-se tais conclusões, a revolução tecnológica seria altamente incompatível com o capitalismo.

⁴¹ ANTUNES, Ricardo. *Op. cit.*, p. 25.

⁴² SOUZA, Nilson Araújo de. *Op. cit.*, p. 128.

Há um outro limite para a realização da RCT [revolução científico-técnica] nos marcos de um sistema cujo objetivo é a busca do lucro. Quem produz valor e, por conseqüência, excedente, lucro, é o trabalho. É essa a base da valorização do capital. Com a radical substituição do trabalhador pela máquina, que ocorreria com a RCT, se afastaria progressivamente do processo produtivo o real produtor de valor, reduzindo a capacidade de geração de lucro por unidade de capital, redundando na queda estrutural da taxa de lucro, o que agravaria brutalmente a tendência que vem desde os anos sessenta. Por outro lado, a substituição do homem pela máquina, ao agravar o desemprego e reduzir a massa salarial, estreitaria mais ainda os mercados. Não passam portanto, de alucinações os arremedos de idéias acerca do “fim do emprego”. Tal como tenazes, a quebra do emprego, do lucro e dos mercados, que nasceriam no bojo da RCT, acabariam por sufocar todo o sistema e inviabilizá-lo. Antes de chegar a esse ponto, o próprio sistema, através da queda da taxa de lucro, imporá uma barreira, que se manifestaria na crise e na destruição de forças produtivas. A RCT é, por conseguinte, incompatível com um sistema baseado no lucro, como é o capitalismo.⁴³

Buscando harmonizar concepções tão díspares, David Harvey reconhece a existência de nova combinação de processos produtivos, articulando o fordismo com processos flexíveis, “artesanais”, tradicionais. Todavia, é de se destacar os conselhos desse autor para que toda a cautela e seriedade sejam utilizadas no exame de questões tão nevrálgicas quanto atuais, dentre as quais destacamos a força que os sistemas fordistas de produção ainda têm e as conseqüências ideológicas e políticas da demasiada acentuação da flexibilização nas relações de trabalho.

A insistência de que não há nada essencialmente novo no impulso para a flexibilização e de que o capitalismo segue periodicamente esses tipos de caminhos é por certo correta (uma leitura cuidadosa de *O Capital* de Marx sustenta esta afirmação). O argumento de que há um agudo perigo de se exagerar a significação das tendências de aumento da flexibilidade e da mobilidade geográfica, deixando-nos cegos para a força que os sistemas fordistas de produção implantados ainda têm, merece cuidadosa consideração.

⁴³ SOUZA, Nilson Araújo de. *Op. cit.*, p. 129-130.

E as conseqüências ideológicas e políticas da super acentuação da flexibilidade no sentido estrito da técnica de produção e das relações de trabalho são sérias o bastante para nos levar a fazer sóbrias e cautelosas avaliações do grau do imperativo da flexibilidade [...]. Mas considero igualmente perigoso fingir que nada mudou, quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente.⁴⁴

Considerando todas as evoluções ou involuções nos processos de produção, tomados a partir do interesse do trabalho, ou do interesse do capital, cabe-nos refletir se as mudanças acontecidas no processo de produção estão a exigir uma contrapartida na maneira de organizar a estrutura sindical ou na forma e intensidade de atuação do movimento sindical.

2.3 Sindicalismo no Brasil

O sindicalismo brasileiro, neste início de milênio, vive um período conflituoso. Desde que a coligação de partidos vencedora das eleições de 2002, comandada pelo presidente eleito Luis Inácio Lula da Silva, adotou como agenda política a reforma sindical e trabalhista, o movimento sindical experimenta forte crise intestina.

No momento anterior à posse do novo mandatário do País, a ação do movimento sindical se concentrava na denúncia e resistência ao neoliberalismo, no seu aspecto mais anti-social: o desemprego, que já atinge enormes contingentes de trabalhadores.

Após a investidura de Lula no cargo, o debate passou a se concentrar na reforma sindical e trabalhista, que o novo Governo pretende encaminhar ao Congresso Nacional.

Deliberadamente ou não, ao colocar em pauta a rediscussão e a redefinição dos postulados básicos da organização sindical, definidos no Art. 8º da CRFB/88 – unicidade

⁴⁴ HARVEY, David. *Op. cit.*, p. 178-179.

sindical, custeio compulsório, sistema confederativo e conceito de categoria profissional –, o Governo Federal paralisou o movimento reivindicatório dos trabalhadores, deslocando, ou melhor, afastando o cerne dos conflitos, das condições nas relações de trabalho, para os debates quanto à forma e à natureza da estrutura orgânica sindical.

As principais lideranças sindicais do País passaram a se envolver em longo e complexo processo de reflexão a respeito da sobrevivência e da estrutura de organização dos trabalhadores.

Para quem foi eleito galvanizando os anseios de mudança na política econômica, soou estranho desviar as atenções da estrutura sindical do foco dos debates destas mudanças, e, por outro lado, tal postura caiu como uma luva nos propósitos daqueles que não pretendem ou desejam nenhuma mudança dessa política.

Com o início do novo governo, o FNT foi implementado por Decreto Presidencial e Portaria Ministerial – respectivamente, Decreto nº 4.764, de 2.6.2003, e Portaria nº 1.029, de 11.8.2003 –, vindo a ser instalado pelo Governo Federal no dia 29 de julho.

Expressamente, o FNT tem como objetivo “promover o entendimento entre os representantes dos trabalhadores e empregadores e o Governo Federal, com vistas a construir consensos sobre temas relativos ao sistema brasileiro de relações de trabalho, em especial sobre a legislação sindical e trabalhista (inciso I do art. 1º do citado Decreto)”⁴⁵. Todavia, o caráter de intervenção estatal, desde sua instalação, como também a escolha governamental dos interlocutores, revela de plano os equívocos de sua concepção, que comprometem sobremaneira sua finalidade de construir consensos, posto que tal objetivo resta sempre comprometido se um dos atores se utiliza de posição de força.

Tais limitações já estão sendo analisadas por estudiosos, como Ivan Alemão, professor de Direito do Trabalho, para quem o FNT é um colegiado de cúpula, pois é o Governo quem define os representantes dos empregadores e dos trabalhadores.

O “moderno” Fórum, no entanto, retoma a antiga relação tríplice da OIT de 1919, onde se privilegiava a representação de trabalhadores, de empregadores

⁴⁵ *Apud* ALEMÃO, Ivan. **As reformas do modelo de relações do trabalho e o controle do sindicalismo**. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, MG: ANPOCS, 2004.

e do governo. Porém, com a diferença de que, agora, os representantes dos trabalhadores e dos empregadores são designados pelo governo a partir de mera indicação feita pelas entidades sindicais. Ou seja, a escolha dos representantes de classes é efetuada fundamentalmente pelo governo, ainda que por sugestão de entidades. As entidades representativas dos trabalhadores valorizadas pelo governo são as centrais sindicais (CUT, Força Sindical, CGT, CGTB, CAT) e uma única confederação (CNTI), o que demonstra a tendência de reunir um colegiado de cúpula que não faça parte diretamente do atual sistema confederativo. Já por parte dos empregadores, em face da inexistência de centrais, os representantes escolhidos são os das confederações da atual estrutura sindical.⁴⁶

Desde a posse de Lula, em 1º de janeiro de 2003, o atual Delegado Regional do Trabalho de São Paulo iniciou as articulações para a montagem do FNT, tendo solicitado, na ocasião, que as centrais sindicais e as confederações indicassem nomes para participarem de uma primeira reunião, marcada para 17 de janeiro. Ocorre que os dirigentes das confederações foram surpreendidos, como relata José Carlos Perret Schulte, secretário geral da CNTC:

Para nossa surpresa, na véspera desta data a reunião foi suspensa sem que houvesse qualquer justificativa. A partir daí, não houve mais nenhuma solicitação formal às confederações para que elas participassem desta discussão nacional e estratégica para o sindicalismo. Simplesmente, fomos afastados do processo, apesar de representarmos a grande maioria dos sindicatos brasileiros. Este é um fato histórico! Não há como contestá-lo.⁴⁷

Essa posição adotada pelo Governo, de privilegiar as centrais sindicais como representantes dos trabalhadores, deixando ao largo a estrutura sindical tradicional, revelou-se como uma opção política, sem considerar a diversidade existente há dezenas e dezenas de anos no mundo sindical. Poderia configurar-se tão somente como uma equivocada posição política, se não fosse ainda a flagrante inconstitucionalidade da decisão do Governo, uma vez que a estrutura sindical e sua organicidade foram constitucionalizadas com o advento da CRFB/88.

⁴⁶ ALEMÃO, Ivan. *Op. cit.*, p. 5.

⁴⁷ SCHULTE, José Carlos Perret. Proposta do FNT poderá dividir o sindicalismo. In: BORGES, Altamiro (org.). **A reforma sindical e trabalhista no governo Lula**. São Paulo: Anita Garibaldi/Inst. Maurício Gabrois, 2004, p. 128.

Assim, além do equívoco político, se está diante da insegurança jurídica sempre revelada na inconstitucionalidade do Executivo, notadamente em matéria tão explosiva quanto a organização sindical.

Após muita pressão, os dirigentes das confederações foram chamados a uma reunião com o secretário de Relações do Trabalho, Oswaldo Bargas, por longo tempo o representante oficial no Brasil da Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL), central mundial defensora do pluralismo sindical no Brasil e na maioria dos países em que atua⁴⁸.

Nessa reunião, as confederações, a despeito de sua condição constitucional de representação do sistema confederativo brasileiro, constituindo o ápice do sistema da estrutura sindical do País, foram relegadas a segundo plano. José Carlos Perret Schulte, coordenador nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) – instância independente e autônoma que congrega a totalidade do sistema confederativo, fundado no dia seguinte ao da criação do FNT –, estava presente à reunião e a relatou em palestra proferida no seminário *A reforma sindical e trabalhista no Governo Lula*, realizado em São Paulo em 29 e 30 de março de 2004 e posteriormente transformado em livro de mesmo nome.

O representante do governo informou que faria esforços para que as centrais sindicais abrissem espaço à participação de um único dirigente do sistema confederativo na articulação que já estava em curso de montagem do FNT. Esta postura arrogante causou ainda mais revolta. O governo Lula estava criando um fórum tripartite, privilegiando empresários e centrais e rejeitando o sistema confederativo, em um completo desprezo e desrespeito à Constituição. Gostem ou não das confederações nacionais, estas são legais e constitucionais, ao contrário das centrais.⁴⁹

Visando a compreensão desse intrincado debate, importante situar que, segundo o censo sindical realizado pelo IBGE, dos 11.354 sindicatos de trabalhadores existentes no Brasil até 2001, apenas 4.303 (38%) eram filiados a alguma central sindical⁵⁰. O Governo Federal, ao impor a exclusão das confederações nacionais da representação dos trabalhadores no FNT, estava na prática optando por um processo cupulista de negociação, excludente dos sindicatos

⁴⁸ SCHULTE, José Carlos Perret. *Op. cit.*, p. 128-129.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 129.

de base da discussão, na medida em que 62% destas entidades não se encontram vinculadas a nenhuma central sindical, e sim ao sistema confederativo, como revelou a pesquisa do IBGE.

Diante da escolha unilateral dos representantes da bancada dos trabalhadores, José Carlos Perret Schulte afirma que as confederações não reconhecem ao fórum governamental qualquer legitimidade.

O FST se opõe ao FNT governista e patronal. Não aceitamos definir o futuro do sindicalismo junto com o patronato, com os banqueiros que sugam nossas riquezas. Isto não significa que o FST seja contra qualquer mudança na estrutura sindical. O que rejeitamos é esse falso reformismo que retire direitos dos trabalhadores e enfraqueça o sindicalismo.⁵¹

Segundo Schulte, as confederações nacionais dos trabalhadores, reunidas no FST, também propõem mudanças, visando o fortalecimento e a democratização das estruturas sindicais; todavia, ante o intervencionismo do novo Governo, estão encaminhando suas visões através de instrumentos de pressão e mobilização.

Nós sabemos que mudanças devem ser feitas para democratizar e fortalecer o sindicalismo. Já apresentamos, inclusive, uma proposta com 72 sugestões de mudanças. Infelizmente, ela não foi levada em conta pelo governo e nem este ilegítimo FNT. O próprio ministro Aldo Rebelo, que em 25 de março passado nos assegurou que o presidente Lula receberia todas as confederações e centrais que integram o FST, não conseguiu uma agenda para as nossas entidades. Mas nossas propostas estão sendo discutidas nas bases e ajudaram a levar mais de 30 mil companheiros a Brasília, no maior ato de protesto contra esta reforma no dia 25 de março, em frente ao congresso nacional. A proposta do FST, até já angariou, o apoio de algumas centrais, que estão despertando para os perigos desta iniciativa.⁵²

A estrutura sindical tradicional tem entendido que a rejeição do Governo à presença das confederações nacionais dos trabalhadores no fórum governamental – que, na prática,

⁵⁰ *Ibid.*

⁵¹ SCHULTE, José Carlos Perret. *Op. cit.*, p. 129.

⁵² *Ibid.*, p. 129.

significa a exclusão da maioria dos trabalhadores e seus sindicatos de base, presentes em grande número de municípios brasileiros – é relevante aspecto do conflito mais amplo entre a visão neoliberal, a qual restaura o modelo liberal do final do século XIX, hoje apenas modernizado com o prefixo “neo”, e os que defendem a presença necessária do Estado, o Estado do bem-estar social, a fim de que exista equilíbrio nas relações entre capital e trabalho.

Para Jeferson Barbosa da Silva, dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino e Cultura (CNTEEC), há um “pecado original” que persegue a luta dos dirigentes históricos e autênticos do sindicalismo brasileiro. O que o sindicalista denomina “pecado original” se revela como preconceito sectário, intolerante e autoritário, pois evita o livre debate de idéias, como se a alguém tivesse sido dado o condão, quase divino, de definir quem não poderia ter assento neste conclave sindical.

O conteúdo mais revoltante desse *juízo* com que somos diariamente combatidos é este que já não se baseia em fatos, nem em propostas ou modelos: descarta-nos *pelo que somos*. Então *cessa tudo quanto a antiga musa canta*, porque tal sindicalismo peca *pelo que é*, todo ele nasceu em pecado. Nenhuma conversa, nenhuma discussão, nenhuma chance: afinal, *é tudo cópia da Carta Del Lavoro* do fascismo italiano, é puro corporativismo fascista italiano! O grande núcleo de tudo o que despejaram esse tempo todo contra a heróica e paciente edificação do proletariado brasileiro, ao longo de um terrível século de lutas e que fecha toda e qualquer possibilidade de debate, é a afirmação de sua *origem* corporativa e fascista. Eis o *pecado original!*⁵³

Ainda segundo Jeferson,

O principal fundamento dos chamados argumentos de esquerda, que foram sendo afiados desde o pós-guerra e nos anos recentes, disparados sistematicamente contra a nossa organização sindical, é a “inspiração fascista”.⁵⁴

⁵³ SILVA, Jeferson Barbosa. **História sindicalista**. São Paulo: CEPROS, 2001, p. 74-75.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 78.

A acusação de que a estrutura sindical brasileira seria “fascista” não tem nenhuma base histórica. Foi uma inverdade que, repetida à exaustão, tomou a forma de “verdade”. Vários estudiosos, preocupados em contar a história real, e não em a usar para fazer política de “meias verdades”, têm desmascarado essa tese, procurando conceituar e contextualizar a formação da estrutura sindical brasileira no ideário da Revolução de Trinta e na ideologia e formação teórica de seus maiores líderes.

Acerca desse chamado “argumento de esquerda”, o jornalista José Augusto Ribeiro cita entrevista de Mário Pedrosa, um dos mais importantes intelectuais da esquerda brasileira, integrante e líder de sua facção mais radical, o trotskismo, para demonstrar que, por proselitismo político dos adversários do trabalhismo, todas as medidas tomadas por Getúlio – entre estas, a Lei de sindicalização – foram caracterizadas como fascistas⁵⁵. Nessa entrevista, Pedrosa confirma o caráter progressista da legislação sobre sindicatos, na medida em que ela fez crescer o número de organizações dos trabalhadores e garantiu seu funcionamento.

Insuspeito de condescendência com o presidente Vargas, filiado em 1945 à UDN, a União Democrática Nacional, à qual se associou inicialmente boa parte da esquerda antigetulista, Mário Pedrosa diria muitos anos depois, em 1978, em entrevista ao *Jornal do Brasil*: – Nós, da esquerda, queríamos sindicatos livres da tutela do Estado e combatíamos a nova lei. Mas não há dúvida de que existia um ponto positivo – ela garantia os sindicatos contra as invasões policiais, freqüentes e comuns na época [...] Todos diziam que a nova lei era fascista, mas no interior, se os sindicatos não recebessem as garantias que ela oferecia, não teriam condições de sobrevivência.⁵⁶

Ainda questionando a tese do pseudofascismo do programa implementado pela Revolução de Trinta, Ribeiro narra que, nos quatro meses que se seguiram ao comício da Esplanada do Castelo, Prestes divulgou o *Manifesto de Maio* e repetiu praticamente tudo o que Getúlio prometeu que realizaria no governo.

Mas ainda em 1930 [...] o capitão Luis Carlos Prestes, exilado em Buenos Aires, romperá com seus antigos companheiros de 22, de 24 e da Coluna

⁵⁵ RIBEIRO, José Augusto. *A Era Vargas*. V. I: 1882-1950. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2001, p. 102.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 102-103.

Prestes, porque estes aderem quase todos à Aliança Liberal e à candidatura de Getúlio Vargas, enquanto ele acaba de optar pelo marxismo-leninismo, decide fundar uma liga de ação revolucionária e evidentemente considera a hipótese de filiar-se ao Partido Comunista. No documento em que expõe suas razões e seu programa, divulgadíssimo no Brasil, publicado na íntegra por vários jornais e conhecido como “Manifesto de Maio”, Prestes propõe praticamente tudo isso que Getúlio propusera na plataforma da Aliança Liberal. Prestes, no momento em que se declara comunista, também estaria sob a influência do fascismo, de Mussolini e da *Carta del Lavoro*?⁵⁷

Por outro lado, mas da mesma forma exorcizando o fantasma fascista, segundo Arnaldo Süssekind, único membro ainda vivo da comissão que redigiu a CLT, o princípio da unicidade sindical foi adotado tendo em conta a realidade socioeconômica brasileira, objetivando motivar a instituição e o fortalecimento dos sindicatos. Süssekind também rebate a inspiração fascista:

Nem se diga que essa lei [CLT], elaborada pelo insuspeito Lindolfo Collor, com a colaboração dos ilustres socialistas Evaristo de Moraes, Joaquim Pimenta e Agripino Nazareth, copiou a “Carta del Lavoro”. Antes de Mussolini (1927), a unicidade sindical compulsória foi defendida por Lênin (1917), que se inspirou nas lições de Máxime Leroy (1913).⁵⁸

Em relação à criação do salário mínimo, esclarece Alfredo Bosi que este já era defendido nas circulares do Apostolado Positivista e, portanto, nada tem a ver com a *Carta del Lavoro*; esta, ao contrário, vincula o salário mínimo ao contrato coletivo de trabalho.

[...] incorrem em equívoco os historiadores que o taxam de instituição copiada do fascismo italiano. Ao contrário: nos termos da *Carta del Lavoro*, “La determinazione del salario è sottratta a qualsiasi norma generale e affidata all’accordo delle parti nei contratti collettivi”⁵⁹ (declaração XII).⁶⁰

⁵⁷ RIBEIRO, José Augusto. *Op. cit.*, p. 63.

⁵⁸ SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito Constitucional do Trabalho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 345.

⁵⁹ “A determinação do salário é excluída de qualquer norma geral e garantida pelo acordo entre as partes dos contratos coletivos” (tradução do Autor).

⁶⁰ *Apud* BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 296.

Para a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a CLT e a *Carta del Lavoro* são diametralmente opostas; uma é a negação da outra.

A CLT é de inspiração socialista. Tem 911 artigos e dota os trabalhadores de uma organização unitária e de direitos fundamentais. A Carta del Lavoro tem meia dúzia de folhinhas, com um conteúdo enrolativo, não garante direito nenhum e, sobretudo, define uma única organização para patrões e empregados, por corporação. Portanto, não cria organização de trabalhadores nenhuma, ela impede essa organização. É o contrário da CLT. Uma foi criada no seio de uma revolução [1930], para estimular a organização e garantir direitos, a outra, debaixo do fascismo, criada para discriminar, abafar e reprimir trabalhadores.⁶¹

Diante dos depoimentos de tantos estudiosos, integrantes do mundo do trabalho, desmascarando a tese da inspiração fascista das leis trabalhista e sindical, vale citar a afirmação de Jeferson Barbosa:

Claro está, portanto, que o *pecado original* do sindicalismo brasileiro, que teria sido copiado da carta fascista, não passa de mais uma dessas versões interessadas que alimentam discursos tanto acadêmicos, quanto parlamentares, juristas, magistrados e sindicalistas.⁶²

No campo da polêmica *unicidade x pluralidade*, ressalta a argumentação de Segadas Viana, que, refletindo sobre ambos os sistemas, sugere que os mesmos sejam confrontados não só à luz da representação sindical, mas também na daquela que é feita de modo geral, para o conjunto da sociedade, acentuando que a unidade de pensamento do grupo deve resultar na unidade de representação do mesmo em um sindicato:

O pensamento da classe nada tem a ver com o *status* profissional do trabalhador, pois se sobrepõe, em muitos pontos, aos interesses e pontos de vista pessoais de cada trabalhador.⁶³

⁶¹ CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES DO BRASIL. **Liberdade e democracia só com unicidade sindical**. São Paulo: CGTB, 2003. Folder.

⁶² SILVA, Jeferson Barbosa. *Op. cit.*, p. 82.

⁶³ VIANNA, Segadas *et al.* **Instituições de Direito do Trabalho**. 12. ed. São Paulo: LTr, 1991, p. 996.

Segadas Viana, que, na opinião de Süsskind, se notabilizou pela defesa da unicidade sindical compulsória, transcreve a posição de Georges Scelle, que compara a representação coletiva da comunidade e da Nação àquela da profissão, para demonstrar que o regime de pluralidade seria a anarquia no movimento sindical, com prejuízo para os trabalhadores:

Há uma contradição fundamental entre o fato de dar ao sindicato a faculdade de representar e defender o interesse profissional, e a liberdade concedida aos membros de uma profissão de organizar sindicatos antagônicos, para cada um deles defender, individualmente, seu interesse profissional. O interesse profissional é único e é um interesse coletivo que não se confunde com a soma dos interesses de cada um dos membros da profissão. Pode ser que um sindicato único se engane na apreciação desse interesse, mas se existem vários sindicatos revelando orientações divergentes, como saber qual deles interpreta fielmente esse interesse? Na representação dos interesses coletivos, o direito público consagra, logicamente, a unidade de interpretação. Cada um dos interesses da “comuna”, do “departamento”, da Nação, é confiado a uma administração única. Por esse motivo a pluralidade seria a anarquia. Não pode deixar de acontecer a mesma coisa com os interesses da “profissão”: o sindicato para administrá-los deve monopolizá-los.⁶⁴

Abordando também o assunto da unicidade sindical, o diretor da CNTC Juracy Martins dos Santos resgata sua experiência de quarenta anos no sindicalismo brasileiro para enfaticamente dizer que a unicidade fortalece a liberdade e a autonomia sindical.

Todo líder sindical verdadeiramente comprometido com os trabalhadores deve lutar pela unidade do movimento sindical. E esta só é possível com o princípio da unicidade e com o custeio compulsório. As categorias de médicos, odontólogos e advogados têm suas representações profissionais através de seus Conselhos nacionais e regionais, e estas instituições tem suas fontes de custeios garantidas. Além dos mais, os sindicatos prestam serviços a toda a categoria, aos filiados e também os não-filiados; portanto, é justo que todos contribuam para que possam ter a assessoria sindical em suas reivindicações, sem a qual ficam órfãos ao sabor dos interesses patronais e governamentais.

⁶⁴ VIANNA, Segadas *et al.* *Op. cit.*, p. 996-997.

A organização sindical com custeio de sua própria categoria é a garantia de sua independência.⁶⁵

Após minucioso estudo do período getulista, Alfredo Bosi identifica no positivismo social de August Comte o ideário no qual se espelhou o programa da Aliança Liberal, bem como as ações dos principais líderes da Revolução de Trinta, expressando-se ainda na atuação destes no Partido Republicano Rio-Grandense no Estado do Rio Grande do Sul.

O ideário reformista, comum aos tenentes e aos líderes do Partido Republicano Rio-Grandense, irá fundamentar o programa da Aliança Liberal vitoriosa em outubro de 30. E não será apenas aleatório o fato de o pai de Luís Carlos Prestes, o capitão Antônio Prestes, ter sido, juntamente com Protásio Vargas, irmão de Getúlio, um dos fundadores do Centro Positivista de Porto Alegre em 1899 [...].⁶⁶

A dificuldade apresentada por estudiosos desse período é ter presente a existência de apenas duas teorias negadoras do liberalismo clássico: o marxismo e o reformismo keynesiano. Ao ver de Alfredo Bosi, há outra vertente que influenciou fortemente o republicanismo gaúcho, com grande repercussão no País após a Revolução de Trinta.

[...] se remontarmos ao século XIX, vemos que foi do industrialismo utópico de Saint-Simon e do positivismo social de Comte que fluiu uma primeira vertente ideológica voltada para retificar o capitalismo mediante propostas de *integração das classes* a ser cumprida por uma vigilante *administração pública dos conflitos*. A sua inspiração profunda é ética e, tanto em Saint-Simon quanto em Comte, evoluiu para um ideal de ordem distributiva.⁶⁷

Ainda acerca dos postulados básicos sobre os quais se assenta a estrutura sindical brasileira, destaca-se a discussão sobre o conceito de categoria profissional, do qual deriva a estruturação de um único sindicato por categoria, tendo seu financiamento a cargo não só dos filiados, mas dos trabalhadores de toda a categoria, a qual tem um significado central.

⁶⁵ SANTOS, Juracy Martins dos. **Entrevista**. Depoimento escrito a Moyses C. Corrêa. Rio de Janeiro, 16 set. 2004.

⁶⁶ BOSI, Alfredo. *Op. cit.*, p. 280-281.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 282.

Este modelo de organização sindical, de acordo com Ângela de Castro Gomes, pesquisadora do CPDOC/FGV, no Rio de Janeiro, se inseriria numa nova concepção de participação política do povo. Essa autora identifica em Oliveira Viana o principal defensor desta conceituação, na qual o reconhecimento do sindicato como legítimo representante da categoria profissional é condição imprescindível para a efetivação da negociação coletiva e reveladora, ainda, de práticas representativas de outra natureza. Com o passar dos tempos, essa representação ganha força em outros setores, notadamente, também, para as associações reconhecidas no Código de Defesa do Consumidor (CDC).

[...] a base de uma nova estrutura de participação política do povo deveria estar nas associações profissionais: elas eram o real núcleo de uma nova forma de representação. Exatamente por isso, tais associações precisavam ser reconhecidas legalmente pelo Estado (e, portanto, pelos demais atores, com destaque o patronato), para então representarem os interesses de um “grupo social”. Era essa a razão de precisarem se transformar em instituições de direito público [...] pois era na esfera pública que iriam legitimamente atuar. [...] assim, em tal modelo, era essencial organizar as profissões com base no sindicato único em uma determinada base territorial [...]. Só dessa maneira tornava-se uma pessoa de direito público com poderes de representação que iam além de seu corpo de associados, podendo abarcar toda categoria profissional, o que se configurava fundamental para fins de negociação coletiva. Entendia-se, portanto, que só com a unicidade sindical seria possível um tipo de organização que obtivesse o reconhecimento do Estado (e da sociedade), e o poder de representar para além do corpo de associados.⁶⁸

A pesquisadora afirma que esse grupo de idéias geradoras da estrutura sindical atual “logrou estabelecer um tipo de lógica, nas esferas do pensamento político brasileiro e da experiência dos atores coletivos (trabalhadores e patrões), muito difícil de quebrar”⁶⁹. Segundo ela,

a pluralidade sindical – definida como forma de organização livre e fora do controle do Estado – impediria que o sindicato ganhasse status público,

⁶⁸ GOMES, Ângela de Castro. Sindicalismo e corporativismo: um legado da Era Vargas. **Conjuntura Econômica**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 58, n. 8, p. 37, ago. 2004.

⁶⁹ *Ibid.*

restringindo seus poderes aos membros do seu corpo de associados, impossibilitando a negociação coletiva.⁷⁰

Com efeito, o instrumento principal de pressão sindical é a unidade dos trabalhadores. Os trabalhadores em uma sociedade capitalista só detêm sua força de trabalho; para a garantia de direitos mínimos, precisam estar organizados e se manter unidos. Os princípios basilares da força da organização sindical estão na unicidade sindical, no custeio compulsório da estrutura, no sistema confederativo e no conceito de categoria profissional. Através desses princípios, que fizeram do sindicalismo brasileiro um dos mais fortes do mundo, foi construído amplo leque de conquistas coletivas por meio de instrumentos e precedentes normativos.

Antônio Alves de Almeida, presidente da CNTC, liderança tradicional do movimento sindical, em entrevista ao autor desta monografia, avalia o sindicalismo brasileiro como uma estrutura composta por integrantes sérios e preocupados com o progresso do País.

Trata-se de um sindicalismo sério, preocupado com o trabalhador que representa, com o progresso do país e o fortalecimento da democracia. Se alguém fizer uma pesquisa sobre ele em todo o país notará tratar-se de uma instituição que goza de confiança em todas as camadas sociais. O tempo não corrompeu o sindicalismo.⁷¹

Manifestando-se acerca das propostas de reforma, Almeida defende alguns ajustes, sem todavia desestruturar o que foi edificado:

É bem verdade que existem ainda uns poucos que, baseados na idade dessa instituição [sindicalismo], pretendem reformá-la, só pelo desejo de mudar. Para nosso entendimento, pode haver necessidade de alguns ajustes, apenas isso; substituí-lo totalmente, nunca.⁷²

Desde as primeiras entidades, criadas no final do século XIX, e os primeiros sindicatos, surgidos no início do século XX, passando pela formalização da atual estrutura sindical confederativa há 60 anos, os sindicatos, federações e confederações sindicais do País sempre

⁷⁰ GOMES, Ângela de Castro. *Op. cit.*

⁷¹ ALMEIDA, Antonio Alves de. **Entrevista**. Depoimento escrito a Moyses C. Corrêa. Rio de Janeiro, 23 set. 2004.

⁷² *Ibid.*

estiveram presentes nos momentos mais cruciais da nacionalidade. O manifesto de criação do FST enumera alguns desses momentos:

Lutas memoráveis, seja na campanha contra o eixo nazi-fascista na Europa, pela criação da Siderúrgica Nacional e da Petrobras, a resistência ao regime militar, a redemocratização do país com as Diretas Já!, a luta pelo impeachment de Collor, chegando inclusive a eleger um trabalhador como Presidente da República e tantos outros exemplos, mostram que os sindicatos sempre cumpriram seu papel de entidades defensoras dos interesses históricos dos trabalhadores e do povo brasileiro.⁷³

Nenhuma necessidade de adequação ou ajuste na estrutura poderá justificar a violação dos princípios constitucionais de liberdade e autonomia sindical. Preocupado com a interferência do Estado nos sindicatos, Ivan Alemão afirma que as conquistas obtidas na Constituinte de 1988 estarão ameaçadas se aprovada a proposta governamental do FNT relativa à reforma sindical.

A “estrutura sindical” proposta pelo FNT significa um retrocesso histórico, principalmente em relação à autonomia conquistada pelos sindicatos em 1988.⁷⁴

Alemão prossegue sua crítica ao analisar a ameaça à autonomia das entidades sindicais, caso seja aprovada a proposta elaborada pelo fórum governamental, o FNT. Destaca como danoso o hibridismo, que marca hoje os limites entre as ações do Governo e as de algumas centrais sindicais, posto que confunde as iniciativas do Poder Público e as ações do movimento sindical. A representação de trabalhadores por decreto é um retrocesso histórico, pois invalida o caráter autônomo e espontâneo dos movimentos sociais.

Com a criação do FNT, a burocracia sindical encontrou perfeito espaço para se expandir e criar novos aparelhos de dominação, e quem sabe, um fundo econômico sem precedentes. O “consenso” que o FNT apresenta é justamente este: o controle do movimento sindical por meio de fóruns paritários. Hoje, após a vitória eleitoral do PT, já não existem distinções claras entre o

⁷³ FÓRUM SINDICAL DOS TRABALHADORES. Manifesto. 30 jul. 2003. In: **CNTC – Relatório 2002/2003**. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, n. 58, 2003.

⁷⁴ ALEMÃO, Ivan. *Op. cit.*, p. 7.

Ministério do Trabalho, os empregadores e as centrais sindicais, que cada vez mais se arvoram em representar trabalhadores por decreto.⁷⁵

O texto de Ivan Alemão situa de maneira bastante lúcida os problemas vividos pelo sindicalismo, no início do novo milênio no Brasil, como originários dos altos níveis de desemprego, cujas taxas são as maiores da história do País. A partir desta visão apresentada por Alemão, é possível compreender que qualquer análise da situação estrutural das entidades sindicais, se estancada do contexto macro-socioeconômico da sociedade, está fadada a sérias insuficiências. Os sindicatos são órgãos criados para a representação de trabalhadores frente aos conflitos capital *versus* trabalho. Na medida em que a relação entre oferta e demanda de postos de trabalho faça com que a rotatividade e o desemprego sejam características deste mercado, diminuirá sensivelmente a participação dos trabalhadores em suas entidades, e conseqüentemente a essa redução da participação se verá o enfraquecimento e a pouca representatividade dos sindicatos. Lamentavelmente, esta é a equação atual no mundo do trabalho. Desta forma, o autor contesta a tese neoliberal, que credita os problemas existentes hoje nos sindicatos à natureza e às características de sua estrutura organizativa.

A principal causa do enfraquecimento do sindicalismo é o desemprego e não a disciplina da estrutura sindical. Ou seja, o problema não está na enorme quantidade de sindicatos não representativos (como alegam os membros do FNT), mas na falta de empregos sólidos e até mesmo de categorias, que passaram a ser chamadas de “segunda categoria”. A reforma sindical apresentada pelo FNT não toca em aspectos importantes, como o aumento de poder dos sindicatos de base frente ao mercado de trabalho, valorizando a mão-de-obra no próprio mercado, e o aumento do poder de interferência junto aos órgãos burocráticos que lhes restringem direitos na oportunidade de seu gozo, como a CEF e o INSS. É bom ressaltar que as centrais sindicais não são diretamente pressionadas pelos trabalhadores, que procuram o sindicato (de base) e não a cúpula.⁷⁶

Além disso, a visão liberal sobre estrutura e organização sindical, assumida como “de esquerda”, experimentou um crescimento na etapa pós-ditadura militar, criando um problema fundamental. Se, durante todos esses anos, o “novo sindicalismo” negou o sistema sindical

⁷⁵ ALEMÃO, Ivan. *Op. cit.*, p. 8.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 8.

confederativo sobre o qual esse mesmo sindicalismo cresceu e se fortaleceu, como deter agora as reformas liberais, que eliminam direitos trabalhistas e desestruturam a organização sindical com as reformas do FNT? Quando falamos em “novo sindicalismo”, estão incluídas quase todas as centrais, salvo a CGTB, que vem trabalhando mais entre federações e confederações e na qual ficou o núcleo de resistência a esse novo ideário, que se disseminou inclusive por partidos de esquerda, mesmo com pouca influência no meio sindical.

A crise instalada nas grandes centrais e seus sindicatos em virtude da contradição entre a visão neoliberal e os interesses reais dos trabalhadores será suficiente para as levar a uma revisão de suas antigas teses? É possível defender na prática os trabalhadores sem necessidade de uma crítica a essas antigas teses, arquivando-as simplesmente como um produto de um desvio teórico sem conseqüências práticas? Qual o papel da imprensa sindical nesta seara?

A advogada trabalhista Marinês Valle da Trindade, diretora da Associação Carioca dos Advogados Trabalhistas (ACAT), com vinte anos de militância no mundo do trabalho, assessorando entidade de trabalhadores, destaca a importância do instituto da legitimidade ativa dos sindicatos para a representação de toda a categoria, consagrado no inciso III do Art. 8º da CRFB/88, como um dos pilares da representação sindical, instrumento moderno e atual do processo coletivo, liberando o trabalhador do enfrentamento individual com seu empregador na Justiça.

O que de fato interessa nesta discussão é consolidar e ampliar as estruturas sindicais, para tanto é impossível manter institutos que solapam e corroem os princípios constitucionais de liberdade e autonomia sindical. Não é mais possível conviver com o anacronismo dos Tribunais Trabalhistas que, violando o inciso III do art. 8º da Constituição Federal, não reconhecem aos sindicatos a representação judicial dos interesses de suas categorias [...] [passando a atuar] obedecendo assim à ampla legitimidade sindical para representação dos trabalhadores determinada pela Constituição. O fim da Instrução Normativa nº 4 que engessava a propositura dos Dissídios Coletivos foi importante, mas de forma nenhuma é suficiente.⁷⁷

⁷⁷ TRINDADE, Marinês. **CLT – a maior conquista social dos trabalhadores**. Debate do MODECON na ABI. Rio de Janeiro: Movimento em Defesa da Economia Popular, 2003, p. 4.

Criticando a preponderância que se pretende dar hoje à negociação coletiva, Trindade demonstra a contradição existente nos que idolatram a autonomia de vontade e ao mesmo tempo criam limites à estabilidade dos dirigentes sindicais, posto que, sem garantias sindicais, não há como preservar o necessário equilíbrio para as negociações entre patrões e empregados.

[...] como vem lamentavelmente fazendo alguns ministros do Superior Tribunal Federal, quando intervém na organização sindical limitando o número dos dirigentes, tirando a estabilidade dos demais. Para isto a velha CLT é invocada, para dizer que cada sindicato só pode ter sete diretores, e então fazer letra morta o inciso I do art. 8º da Constituição que veda ao Poder Público interferir na vida dos sindicatos. Ora, sem garantia do emprego aos dirigentes sindicais, não será livre a negociação coletiva. A negociação coletiva do Estado Liberal é aquela entre a corda e o enforcado, ou como disse o brilhante advogado Celso Soares – patrono do IX Encontro do Advogado Trabalhista do Rio de Janeiro, “querem convencer o operário de que é bom o chicote em suas costas”. Se queremos de fato sindicatos fortes e representativos, temos que ampliar e consolidar suas prerrogativas.⁷⁸

Além do desemprego, identificado por Ivan Alemão, e o não-reconhecimento da *legitimidade ativa* dos sindicatos, apontada por Marinês Trindade, outros obstáculos se colocam ao movimento sindical dos trabalhadores. O principal deles é a rotatividade da mão-de-obra.

No Brasil, os índices estatísticos estimam em média dois anos como o tempo de permanência do trabalhador em um único emprego. Como formar e estabilizar um quadro de associados de um sindicato com esta rotatividade? Como fomentar o recrutamento de novos associados com tão pouco tempo de permanência do trabalhador na empresa? À espada do tempo, acresce-se a discricionariedade no direito de demitir do empregador, que, em qualquer momento ou por qualquer motivo, pode dispensar sem nenhuma justificativa o empregado. Como conceber a atividade sindical desse trabalhador em meio a tantas incertezas?

É opinião quase unânime entre os estudiosos do mundo do trabalho que, para o fortalecimento do movimento sindical, é imperiosa a re-ratificação pelo Brasil da Convenção

⁷⁸ TRINDADE, Marinês. *Op. cit.*, p. 4-5.

158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Na forma desse tratado internacional, ficam obrigados os empregadores a demonstrar as razões da demissão imotivada de trabalhadores, quando estas se fizerem realmente necessárias.

Entre tantos entraves, coloca-se ainda, para os membros e dirigentes do movimento sindical, a necessidade de reagir à partidarização nos sindicatos. A presença de interesses partidários e de grupos políticos acima dos interesses da categoria tem gerado a fragmentação das forças sociais e, conseqüentemente, a perda da unidade. Este, sim, se afigura como o principal desafio para os dirigentes sindicais comprometidos com a classe trabalhadora, tendo em vista que somente a unidade dos trabalhadores proporciona a real capacidade para enfrentar os problemas gerados pelo neoliberalismo – como rotatividade de mão-de-obra e desemprego.

3 COMUNICAÇÃO SINDICAL CONFEDERATIVA

Considerando-se todo o panorama apresentado, exsurge a posição das entidades sindicais como importante contraponto à onda mundial da hegemonia neoliberal, estimulando perspectivas humanistas, fraternais e solidárias, ou seja, demonstrando que outro mundo é possível. Um exemplo é o FSM.

No atual quadro de crises profundas, seja no campo econômico, no processo produtivo, seja no campo social, no mundo do trabalho, o jornalismo sindical é relevante alavanca, qualificando e apetrechando as organizações dos trabalhadores, com a finalidade de que estas interfiram não só no campo das reivindicações, mas ainda nas definições das relações de trabalho, como também, ampliem e aperfeiçoem sua inserção na comunicação com a sociedade como um todo.

Com o desenvolvimento da imprensa sindical nos moldes delineados, também podemos prever importante reação ao monopólio da chamada “grande” imprensa. Mais uma vez, lembramos que a denominação “grande” é passível de questionamento, visto que, se considerarmos apenas as tiragens, poderemos perceber que tais veículos atingem apenas uma parcela elitizada da população. Essa denominação seria adequada se se referisse ao caráter de imprensa sustentada pelos grandes grupos econômicos.

De outra parte, os jornais impressos das entidades sindicais, atualizados e qualificados, podem certamente participar da democratização do acesso às informações, não só aumentando o número de leitores, mas diversificando-se na produção da notícia e na pluralidade de opiniões e pontos de vista, tão necessários para o exercício independente e autônomo do papel da imprensa.

3.1 Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio

A estrutura sindical brasileira, reconhecida por norma constitucional, é constituída por um *sistema confederativo*, fundado em três níveis: o *sindicato*, na sua base; a federação, em grau intermediário; e a confederação, em grau superior aos demais.

Uma confederação é formada pela união de, no mínimo, três federações (art. 535 da CLT). Uma *federação* é formada pela união voluntária de, no mínimo, cinco sindicatos representativos de determinada categoria (art. 534 d CLT). Há de se observar que o princípio da unicidade sindical é aplicável às entidades sindicais de grau superior, conforme prevê a CRFB/88.

O sistema da unicidade sindical, previsto no inciso II do artigo 8º da CRFB/88, baseia-se em três postulados básicos: a) as categorias profissional e econômica são representadas, em determinada base territorial, por seus respectivos *sindicatos*. Estes, em condições excepcionais, podem aglutinar atividades similares ou conexas, tornando-os sindicatos multi-representativos; b) cada ramo de atividade pode formar a *federação* sindical, em regra estadual; c) cada plano de atividade nacional pode formar a correspondente *confederação sindical*.

As centrais sindicais não integram o sistema sindical, não tendo, assim, natureza jurídica sindical; não detêm, portanto, legitimidade jurídica para decretar greves, celebrar convenções ou acordos coletivos de trabalho, instituir juízo arbitral ou representar categorias de trabalhadores em dissídios coletivos perante a Justiça do Trabalho. Desta forma, no modelo vigente, são associações civis, previstas nos incisos XVII e XXI do art. 5º da CRFB/88.

A CNTC lidera vinte e oito federações e mais de oitocentos sindicatos em todo o território nacional, representando mais de treze milhões de trabalhadores. A CNTC foi fundada em 13 de novembro de 1946, como resultado da mobilização das Federações de Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, São Paulo, do Norte e Nordeste e Rio Grande do Sul, e mais a Federação dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares do Rio de Janeiro. Teve seu reconhecimento oficial através de decreto governamental – requisito outrora legal, revogado pela CRFB/88 e que, curiosamente, a reforma sindical do Governo Federal pretende

ressuscitar. O Decreto que a instituiu, datado de 11 de novembro de 1946, em seu único artigo, anunciava:

Fica reconhecida a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, com sede na Capital da República, como entidade de grau superior, coordenadora dos interesses profissionais dos trabalhadores no comércio em todo o território nacional, na conformidade do regime instituído pela Consolidação das Leis do Trabalho.⁷⁹

Na qualidade de entidade de grau superior, coordenadora nacional da categoria de comerciários, a CNTC desenvolveu diversas campanhas de enorme repercussão entre os trabalhadores, dentre as quais se destaca o movimento pela inclusão do benefício do repouso semanal remunerado aos ganhos dos trabalhadores mensalistas, em 1948, visto que, como recebiam por mês, não estavam gozando a paga do dia do repouso. Tal garantia, hoje incorporada ao patrimônio de proteções trabalhistas, e que se impõe como condição mínima para a dignidade do trabalhador e de sua família no que tange ao lazer e ao descanso, é alvo maior de pressões, e consta do rol de propostas de desregulamentação do trabalho.

A Federação dos Empregados no Comércio do Rio Grande do Sul, representando os trabalhadores comerciários daquela região, assim se posicionou:

Não se compreende que a classe comerciária [mais de cem mil mensalistas no Rio Grande do Sul], sendo a que menores salários percebe, a que curte privações de toda origem, seja precisamente colocada à margem da lei. Tamanho absurdo está causando justificada repulsa entre os comerciários, cuja classe constitui a maior legião de trabalhadores do Brasil. Embora a lei mencione que empregados, cujos salários não sofram descontos por motivos de feriados civis e religiosos, tenham direito a remuneração dominical, deve ser empregada toda ação para que a nossa classe comerciária seja beneficiada em igualdade de condições com as demais.⁸⁰

⁷⁹ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO. **Jubileu de Ouro: 1946/1996: 50 anos de sindicalismo**. Brasília: CNTC, 11 nov. 1996, p. 5. Brochura.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 8.

A CNTC, da mesma forma, participou ativamente, em 1950, da luta pela aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social, como também em prol da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. É possível verificar que esses foram anos de grandes conquistas sociais dos trabalhadores, capitaneadas pela estrutura sindical. O livro-brochura lançado por ocasião do Jubileu de Ouro da CNTC (1946-1996) assim registra esta mobilização:

Em 1950, a Confederação participou, à frente das entidades a ela filiadas, dos debates em torno da criação da Lei Orgânica da Previdência Social, além de voltar suas atenções para o problema do Fundo de Indenizações e para a Participação Direta dos Trabalhadores nos lucros das Empresas. Estas foram memoráveis etapas nos anais da entidade que caracterizaram uma linha diretiva no árduo caminho que conduziu a tantos benefícios solidamente conquistados pelos trabalhadores.⁸¹

Muitas outras lutas e campanhas fazem parte do histórico da CNTC em defesa dos trabalhadores brasileiros, especialmente dos comerciários. Em 1967, em pleno regime autoritário, a CNTC apresentou ao então Ministro do Trabalho e Previdência Social, Jarbas Passarinho, manifesto protestando contra a lei, então aprovada pelo Congresso, que lesava os direitos do menor trabalhador, pois autorizava que seus ganhos profissionais passassem a ser inferiores ao salário mínimo sem que lhe fosse oferecido qualquer aprendizado profissional. A seguir, transcrevemos parte deste texto:

A nova lei desprezou uma das mais justas e nobres conquistas de quem trabalha, que deseja ser recompensado com justiça, mutilando o estímulo ao trabalhador menor que, muitas vezes, jungido à máquina de uma oficina ou dedicado às atividades de um escritório, em igualdade de obrigações profissionais ao trabalhador adulto, percebendo salário inferior, há de perguntar, a si mesmo, por que é tão asperamente injustiçado pelo legislador de seu País. [...] E quem aproveita essa diminuição do salário do menor? Somente retira proveito dessa lei o mau empregador, que erige as suas atividades lucrativas na exploração do trabalhador e nas facilidades que as leis lhe facultam.⁸²

⁸¹ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO. *Op. cit.*, p. 8.

⁸² *Ibid.*, p. 15.

A CNTC participou ainda, com destaque, do Encontro Nacional das Confederações e Federações de Trabalhadores, realizado em novembro de 1984 com o então candidato à Presidência da República, Tancredo Neves, que se elegeria no Colégio Eleitoral em janeiro do ano seguinte. Durante esse encontro, foram discutidas as reivindicações do movimento sindical para novas conquistas no âmbito da legislação trabalhista e previdenciária, além de resoluções aprovadas nas comissões sobre modelo político brasileiro, dívida externa, política de emprego, política salarial e previdência social⁸³.

Em 1987, a Confederação encabeçava a resistência dos comerciários brasileiros ao horário livre do comércio. Ao longo dos anos, as pretensões patronais foram confirmadas, revelando o retrocesso à prática de jornadas de trabalho desumanas e à visão do trabalho como mercadoria, e não como valor social.

Em 1987 representantes da classe comerciária de vários Estados foram ao Ministro Almir Pazzianotto externando a posição de todos contra a instituição do horário livre. Diante do Ministro do Trabalho, as lideranças comerciárias reiteraram que, na realidade, aquela pretensão de certos setores empresariais representa deplorável retrocesso social e, ao contrário de aumentar a oferta de empregos (surrado argumento dos interessados na liberação), provocará grave crise de desemprego, como já foi exaustivamente comprovado.⁸⁴

As entidades sindicais atuaram destacadamente, entre os demais integrantes da sociedade civil, nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte de 1988, elaboradora da Carta Magna à qual o Deputado Ulisses Guimarães, no dia de sua promulgação, denominou “Constituição Cidadã”, eis que, resgatando uma dívida social existente desde a Proclamação da República, conquistavam a inclusão, na Carta Maior do País, ao lado das liberdades individuais, dos direitos sociais, bem como o reconhecimento de suas prerrogativas e autonomias sindicais.

A CNTC defendeu ainda a manutenção do SESC, SENAC, SESI e SENAI, através de Emenda Popular com 628.202 assinaturas, entregue ao Deputado Ulisses Guimarães, presidente da Assembléia Nacional Constituinte⁸⁵.

⁸³ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO. *Op cit.*, p. 37.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 49.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 52.

Ao longo do período de elaboração da Carta Magna, a CNTC atuou de maneira direta e efetiva nos trabalhos, defendendo, através de suas lideranças, a inclusão e a ampliação dos direitos sociais, que como já foi dito, foram constitucionalizados.

O período de elaboração efetiva da Carta Magna iniciou-se pela Comissão de Sistematização, que introduziu direitos sociais há muito tempo reivindicados pelos trabalhadores. Entretanto, nas fases de votação em plenário e aprimoramento redacional fez-se violenta pressão para que esses direitos fossem reduzidos e até suprimidos, o que provocou vigorosa reação das representações sindicais, no âmbito da nossa Confederação, contra o “lobby” conservadorista e muitas vezes retrógrado. As lideranças da área dos trabalhadores no comércio acompanharam ativamente a votação dos Direitos Sociais, promovendo entrevistas e debates com diversos membros do Congresso Nacional para que os progressos reivindicados fossem consagrados no Plenário. [...] os representantes dos trabalhadores [estiveram] com os Senadores Mário Covas, Marco Maciel, José Richa, Deputados Vivaldo Barbosa e Geraldo Alckmim.⁸⁶

A CNTC conclamou lideranças comerciárias de todo o País para acompanharem de perto os trabalhos do Congresso no que se convencionou chamar de revisão constitucional. Os trabalhadores estavam atentos às pressões do neoliberalismo contra as conquistas que haviam sido garantidas na Carta Constitucional. O movimento sindical decidiu influenciar o debate dos temas na agenda da revisão constitucional pretendida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso em 1995:

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio convocou plenária de sindicalistas de sua área de representação, em todo o País, para debater as “reformas estruturais”, que o governo pretende fazer na Constituição. A reunião, em 8 de março de 1995, no auditório da CNTC, em Brasília, contou com a presença de cerca de 200 participantes, indicados pelas federações filiadas. Foram analisados os seguintes itens: monopólio do petróleo, telecomunicações, unicidade sindical, previdência social, aposentadoria por

⁸⁶ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO. *Op cit.*, p. 55.

tempo de serviço, saúde e seguridade social, política salarial, estabilidade no emprego, reforma agrária e segurança nacional.⁸⁷

A crise do desemprego se agudizou, ao contrário dos prognósticos difundidos pela mídia oficial. O presidente da CNTC, Antonio Alves de Almeida, apresentou ao Presidente da República, Fernando Henrique, em fevereiro de 1996, proposta de alteração da jornada de trabalho, criando o segundo turno e afastando as horas extras, com o objetivo de diminuir o desemprego no Brasil:

Nossa condição de Presidente, há vários anos, de uma Confederação Nacional de Trabalhadores que representa em todo o país treze (13) milhões de assalariados, nos leva à permanente angústia de conviver com a existência de um número tão grande de desempregados, como ocorre atualmente [...] hoje [são] milhões de pais de famílias desempregados, acrescidos de outro tanto de jovens de 16 a 22 anos, que nunca tiveram oportunidade de ter um emprego. Vivem na mais completa ociosidade, submetidos a todo tipo de descaminho [...] Esse quadro é desolador e, para revertê-lo, sem a adoção de medidas novas, só por milagre! [...] só mesmo medidas como as adotadas em tempo de guerra, tipo revolucionárias, poderão resolver [...] A sugestão é naturalmente “*sui generis*”, mas é a única maneira de não se deixar ninguém desempregado. Para isso, bastava criar-se dois turnos de trabalho diário, de segunda a sábado, reduzindo-se o horário a seis horas diárias para cada turno [...] Nenhuma empresa poderia usar os dois turnos com o mesmo empregado ou admitir quem já trabalhasse em outra empresa, devendo ser afastadas as horas extras [...].⁸⁸

Em janeiro de 2003, com a eleição do novo Governo, tendo à frente da Presidência um ex-sindicalista, a CNTC reivindicou junto ao Ministro do Trabalho – também um ex-presidente de sindicato de empregados, Jaques Wagner –, que ele encaminhasse ao Presidente Lula uma proposta de revogação de leis prejudiciais aos comerciários, aos trabalhadores em geral e ao próprio País, editadas no governo de Fernando Henrique. A leitura do texto abaixo transcrito revela de forma surpreendente o alto grau atingido na precarização e na deterioração das

⁸⁷ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO. *Op. cit.*, p. 58.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 61.

normas protetivas nas relações de trabalho no Governo FH, que, até a presente data, mesmo após vários protestos, como o que se lê a seguir, se mantêm intactas.

[...] tomamos a liberdade de sugerir seja dado o mesmo destino [revogação] à legislação relacionada a seguir, produzida pelo governo anterior, toda ela nefasta ao comerciário e trabalhador em geral, prejudicando a relação de emprego, a Previdência Social, o FGTS e o próprio mercado de trabalho. Vejamos: 1º – Medida Provisória nº 1.539, de setembro de 1997, que no seu artigo 6º autoriza, indiscriminadamente, a abertura do comércio aos domingos e feriados [...]; 2º – Parágrafo Único do artigo 442 da CLT [...] que vem possibilitando a criação de cooperativas de trabalho e de mão-de-obra [...]; 3º – Medida Provisória nº 1.709-4, de 27.11.1998, que ampliou de forma desordenada os estágios nas empresas [...] [que] demitem pais de famílias para admitir jovens não universitários com salários de apenas um terço do que recebia o adulto, ficando livres de todos os encargos sociais e trabalhistas; 4º – Lei nº 7.855, de 24.10.1989, que alterou o valor da multa em caso de não registro da Carteira Profissional (art. 29 da CLT) [...]; 5º – Medida Provisória nº 2.164-41, de 24.08.2001, que instituiu a contratação por prazo determinado e o banco de horas [...].⁸⁹

Com a intensificação das propostas de reforma trabalhista e sindical, a primeira notadamente para desregulamentar o regime de garantias do trabalho e a segunda para desmontar o sistema confederativo brasileiro, surgiu a reação da estrutura sindical organizada. A CNTC participou, em 30 de julho de 2003, do lançamento do FST – articulação nacional de todas as categorias de trabalhadores –, com a presença de mais de 750 sindicalistas. O manifesto divulgado no evento afirma:

As confederações nacionais de trabalhadores, representando o sistema sindical brasileiro (sindicatos, federações e confederações), criam o Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST neste ato público nacional. Nossas entidades federativas e os nossos sindicatos de base representam o que temos de mais organizado no movimento sindical brasileiro e mais de 30 milhões de trabalhadores de todos os ramos de atividade, técnicos e profissionais liberais.⁹⁰

⁸⁹ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO. *Op. cit.*, p. 26.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 40.

3.2 Jornal impresso e televisão

Através de dados obtidos nas entidades sindicais, podemos afirmar que, até os dias de hoje, a comunicação sindical confederativa ainda é exercida, principalmente através da mídia impressa. Apesar de tal constatação demonstrar a consolidação do jornal sindical como um instrumento da ação do sindicato – e em algumas entidades verificarmos que o jornal ganha até peso institucional –, por outro lado, este fato se revela como uma insuficiência, já que esse jornalismo especializado não se vê refletido nos meios massivos de comunicação. E, mais, na medida em que não se está ocupando esse espaço, forçoso é concluir que a verdade e a versão dos fatos do movimento sindical também não ecoam de forma massiva na sociedade.

Raquel Paiva avalia que há espaço para novas propostas comunicacionais, devido ao fato de que o monopólio exercido pelas grandes redes de informação tem gerado a padronização do enfoque, assim como tem alijado outras opções de comunicação, entre as quais entendemos que se poderia incluir a mídia sindical.

A premência por veículos de comunicação alternativos instala-se dentro dum horizonte em que as grandes redes de informação passam a monopolizar a versão pública sobre fatos e sobre a verdade. Trata-se do momento em que restam poucas opções diferentes do espaço oferecido, que se corporifica como oficial. A padronização do enfoque e a impregnação pelo consumo propiciam, no esgotamento das formas, também a perspectiva de opções até então alijadas. Este é o panorama que permite a inserção de novos atores informativos e novas propostas comunicacionais.⁹¹

No projeto neoliberal de diminuição do poder de Estado e desmobilização crescente das formas tradicionais de atuação política, os meios de comunicação, em particular a televisão, são utilizados cada vez mais no papel de mediadores sociais, e começam a competir com os agentes históricos que antes exerciam este papel, a exemplo das entidades sindicais.

⁹¹ PAIVA, Raquel. *Op. cit.*, p. 135.

Essa situação coloca a necessidade de as organizações dos trabalhadores desenvolverem ações destinadas à capacitação do movimento sindical, visando sua inserção no atingimento da opinião pública com instrumentos próprios de comunicação de massa, produzindo seu próprio olhar sobre a realidade. É certo que, para ocupar novos papéis, faz-se necessário ultrapassar o uso exclusivo da mídia impressa, acessando outros meios mais massivos de comunicação, como a televisão, o principal deles.

Por previsão constitucional, a exploração direta ou indireta das emissoras de rádio e televisão somente pode ser exercida mediante concessão do Governo Federal, o que, em tese, garantiria a democracia e o interesse público e cultural na utilização e na prestação destes serviços. No Brasil, entretanto, apesar de o sistema de tele-rádiodifusão estar sob controle da União, tal não acontece.

Em seu trabalho, Cicilia Peruzzo demonstra que, ao longo dos tempos, firmou-se como prática de governo o hábito da concessão de autorizações para a exploração de meios de comunicação por meio de barganhas com aliados políticos, o que descaracteriza profundamente os princípios que nortearam a norma constitucional e produz a concentração da informação em mãos de grupos político-econômicos que, cada vez mais, se utilizam dos meios de comunicação como verdadeiros palanques eletrônicos.

Na prática, isso significa que o governo tem concedido o direito de operar o rádio e a televisão conforme seus interesses políticos e econômicos. O resultado é que os meios estão monopolizados nas mãos de grandes conglomerados. No campo da imprensa escrita, há liberdade de criação de veículos, mas os principais jornais e revistas também são produzidos por grandes grupos empresariais do País.⁹²

Raquel Paiva já havia registrado o fenômeno simultâneo da monopolização dos meios de comunicação nas mãos de poucos, a par da ampliação da presença e da participação de setores populares na produção de seus próprios veículos de comunicação.

⁹² PERUZZO, Cicilia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 135.

De fato, o acesso a algumas parcelas do processo informativo, principalmente impresso e oral, torna-se mais amplo, numa perspectiva de democratização. No entanto, cada vez mais os veículos concentram-se em poucas mãos. E isso, apesar de as populações que até então estavam à margem conseguirem ter acesso e poderem divulgar suas mensagens, muitas vezes produzindo elas mesmas seus veículos de comunicação.⁹³

A constatação desta realidade de monopolização dos meios de comunicação deve proporcionar ao movimento sindical uma leitura de orientação aos sindicatos para melhor aproveitamento da mídia impressa, mas, principalmente, a pontuação da importância do desenvolvimento de ações concretas e dirigidas, visando a ampliação da democracia no acesso aos meios de comunicação.

O próprio movimento sindical deve buscar criar condições de reivindicar a concessão de canais de rádio e televisão para suas entidades, bem como financiamentos do BNDES para a devida capacitação técnica e operacional. Ressalte-se que tais pleitos não podem situar-se apenas nos programas de ações inovadoras do Governo Federal para a administração dos serviços de comunicação, mas sim no rol das providências sérias e urgentes a garantir o princípio público da isonomia, visando dar voz à enorme massa de trabalhadores em todo o País.

3.3 Tecnopolítica: descaracterização do sindicalismo

À atuação dos sindicatos, para seguirem desempenhando o papel de representação dos que vivem do trabalho, nesta conjuntura de desregulamentação selvagem das leis protetivas do trabalho – imposição da chamada globalização e do neoliberalismo –, faz-se necessária profunda reflexão sobre o papel dos meios de comunicação – em particular, da televisão.

O sociólogo Octavio Ianni analisa as possíveis mutações do “príncipe de Maquiavel” e do “moderno príncipe de Gramsci” chegando à intrigante conclusão de que, com a globalização, esses conceitos envelheceram e deram lugar ao “príncipe eletrônico”⁹⁴.

⁹³ PAIVA, Raquel. *Op. cit.*, p. 135.

⁹⁴ IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade – mundo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 161.

O príncipe eletrônico pode ser visto como uma das mais notáveis criaturas da mídia, isto é, da indústria cultural. Trata-se de uma figura que impregna amplamente a política, como teoria e prática. Impregna a atividade e o imaginário e indivíduos e coletividades, grupos e classes sociais, nações e nacionalidades, em todo o mundo. Em diferentes gradações, conforme as peculiaridades institucionais e culturais da política em cada sociedade, o príncipe eletrônico influencia, subordina, transforma ou mesmo apaga partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião, Legislativo, Executivo e Judiciário.⁹⁵

Octávio Ianni se debruça sobre a comunicação televisiva, caracterizando-a como “príncipe eletrônico” – interpretação que sugere um importante alerta para reflexão, não só entre os membros e diretores de entidades sindicais, em sua busca de novos e maiores canais de comunicação, mas também entre todos aqueles que pretendam encontrar explicações mais amplas e fundamentadas para esse fenômeno, que cerca toda a sociedade.

O autor denuncia, de maneira contundente, a indústria da manipulação das consciências, como uma criação dos últimos cem anos. A sutileza é a característica principal, eis que todo indivíduo, mesmo aquele que desfrute de menor autonomia, acredita ser soberano nos domínios de sua consciência; por outro lado, estuda com afinco, especializando-se, o poder da publicidade e da propaganda através de meios técnicos cada vez mais novos.

No âmbito da mídia em geral, enquanto uma poderosa técnica social, sobressai a televisão. Trata-se de um meio de comunicação, informação e propaganda presente e ativo no cotidiano de uns e outros, indivíduos e coletividades em todo o mundo. Registra e interpreta, seleciona e enfatiza, esquece e sataniza o que pode ser a realidade e o imaginário. Muitas vezes transforma a realidade, seja em algo encantado, seja em algo escatológico, em geral virtualizando a realidade em tal escala que o real aparece como forma espúria do virtual. O predomínio dos papéis e do poder da televisão pode ser observado desde a sua emergência, na era da comunicação global, como um participante ativo nos eventos que ela empenhadamente “cobre”. A TV não pode mais ser considerada (se alguma vez foi) mera observadora e repórter de

⁹⁵ IANNI, Octavio. *Op. cit.*

eventos. Está intrinsecamente encadeada com esses eventos e tem se tornado claramente parte integral da realidade que noticia.⁹⁶

O autor traça um perfil alarmante da televisão, quando a classifica não mais como mera observadora ou repórter, mas sim, e até principalmente, como membro integrante e atuante dos eventos que noticia. Ressalta que nos meios televisivos, não se transmite apenas a notícia; ao invés, a edição da informação tem o poder de enfatizar ou relevar, registrar e interpretar, e, por fim, divinizar ou satanizar:

O que singulariza a grande corporação da mídia é que ela realiza limpidamente a metamorfose da mercadoria em ideologia, do mercado em democracia, do consumismo em cidadania. Realiza limpidamente as principais implicações da indústria cultural, combinando a produção e a reprodução cultural com a produção e reprodução do capital; e operando decisivamente na formação de “mentes” e “corações” em escala global [...] Há poderosos e predominantes interesses corporativos impondo-se mais ou menos decisivamente às instituições “clássicas” da política, que compreendem partidos políticos, sindicatos, movimento sociais [...] No âmbito da “democracia eletrônica”, dissolvem-se as fronteiras entre o público e o privado, o mercado e a cultura, o cidadão e o consumidor, o povo e a multidão. Aí o programa televisivo de debate e informação política tende a organizar-se nos moldes do programa de entretenimento.⁹⁷

Para o professor Ianni, a política praticada a partir do “príncipe eletrônico” transformou-se no que ele denominou “tecnopolítica”, em que instituições da sociedade democrática, como partidos e sindicatos, foram substituídos por poderosos interesses corporativos, que, transmitidos pela mídia, eliminam as fronteiras entre o público e o privado, transformando consumismo em cidadania. Não é por outro motivo que o citado autor destaca a prática nesses meios, constituída cada vez mais amplamente por instrumentos que advêm diretamente do mundo da produção, do comércio, da publicidade.

⁹⁶ IANNI, Octavio. *Op. cit.*, p. 149.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 152.

Este é um problema fundamental da relação entre a mídia televisiva e a política: muito do que é a política se revela espetáculo, entretenimento, consumismo, publicidade. Grande parte das linguagens das instituições políticas “clássicas” da modernidade dissolve-se, transforma-se ou simplesmente anula-se no âmbito das linguagens televisivas. Modificam-se ou apagam-se territórios e fronteiras, atropelando problemas fundamentais e curiosidades, política e novela, democracia e tirania, de par com realidade e virtualidade.⁹⁸

Para compreender a crescente importância da tecnologia eletrônica, é fundamental verificar a presença cada vez maior da mídia em todas as esferas das sociedades nacional e mundial. O século XX foi profundamente impregnado pelas chamadas técnicas sociais, com inúmeras inovações tecnológicas, que adquiriram o significado de influentes técnicas sociais e, na prática, deslocaram o lugar da política, mutilando instituições clássicas, como os partidos e os sindicatos, que passaram a ser desacreditados ou credenciados conforme os interesses corporativos da mídia em questão. É certo concluirmos que a produção artificial de conceitos ou opiniões na sociedade, através do manejo dessas novas técnicas sociais de comunicação, implicou abandonar os espaços públicos democráticos de formação de opinião na sociedade, posto que a convicção livre da maioria passou a ser substituída pela vontade artificial criada pelo grupo monopolizador daquele meio de comunicação.

Assim, o que parece neutro, útil, positivo, logo se revela eficiente, influente ou mesmo decisivo, no modo pelo qual se insere nas relações, processos e estruturas que articulam e dinamizam as diferentes esferas da sociedade, em âmbito local, nacional, regional e mundial. Tomados em seu devido tempo e contexto, esse pode ser o caso do telefone, telégrafo, rádio, cinema, televisão, computador, fax, correio eletrônico, Internet [...] São organizadas, mobilizadas, dinamizadas e generalizadas como técnicas de comunicação, informação, propaganda, entretenimento, mobilização, indução de correntes de opinião pública, mitificação ou satanização de eventos, figuras, partidos, movimentos e correntes de opinião, colaborando mais ou menos decisivamente na invenção de heróis ou demônios, bem como na fabricação de democracias e tiranias [...] Assim se iniciou um deslocamento radical do lugar

⁹⁸ IANNI, Octavio. *Op. cit.*, p. 154.

da política e do modo de construir hegemonias e soberanias em todo o mundo; sempre a partir das raízes e inspirações emanadas dos centros europeus e norte-americanos, da “civilização ocidental e cristã”. Ao dispor das novas tecnologias, os líderes, os políticos, os gerentes, as organizações, as empresas, as agências governamentais, as organizações multilaterais, as igrejas ou organizações religiosas e outros, indivíduos e entidades, direta e indiretamente empenhados na política, passam a atuar além dos partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e correntes de opinião pública. Estas instituições “clássicas” da política são instrumentalizadas, transformadas, mutiladas ou simplesmente marginalizadas.⁹⁹

⁹⁹ IANNI, Octavio. *Op. cit.*, p. 155.

4 JORNAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DO BRASIL – JTCB

A partir do exame da proposta editorial do JTCB, podemos verificar um de seus pressupostos fundamentais, qual seja, a produção de matérias que contemplem fatos e debates pertinentes à organização sindical confederativa. No âmbito nacional, sua pauta é constituída das ações e posições anunciadas e adotadas publicamente pela CNTC, notadamente diante dos Poderes Executivo – no caso, o Ministério do Trabalho –, Legislativo – acompanhando projetos de lei e de emenda constitucional – e Judiciário – no qual, em virtude da legitimidade constitucional conferida, podem ser propostas Ações Declaratórias de Inconstitucionalidade e mandados de segurança coletivos, entre outros.

O *Jornal* apresenta ainda uma panorâmica das Federações de trabalhadores, as quais representam as categorias nos Estados e proporcionam diversas atividades, destacando-se entre estas o acompanhamento das negociações coletivas e a instauração de Dissídios Coletivos junto à Justiça do Trabalho. Por fim, encontram-se ainda as matérias relacionadas às ações dos sindicatos de base. Encontrando-se na base da pirâmide da organização sindical confederativa, os sindicatos são a porta de entrada das notícias, tanto no que diz respeito às repercussões econômicas junto à categoria de ações governamentais, quanto também aos movimentos realizados em face desta ou daquela política pública.

Para o desenvolvimento deste esquema editorial, é necessário o conhecimento da realidade social em seus diversos domínios – político, econômico, cultural –, bem como o uso de referenciais simbólicos para a representação adequada dessa realidade. Dentro desta finalidade, o editor do JTCB mantém-se em contato permanente com as federações nos estados, participa pessoalmente das atividades da Confederação e dos eventos correlacionados à agenda de interesses da entidade, os quais é também necessário cobrir, a fim de que o jornal mantenha um permanente trabalho de campo. Através deste contato direto com o cotidiano das entidades filiadas à Confederação, é produzido o perfil editorial do *Jornal*, localizando, pois, as pautas mais relevantes para cada edição do JTCB.

Confrontando as características dos jornais comunitários com aquelas presentes no JTCB, encontraremos algumas, que passamos a destacar:

a) o objetivo centra-se na divulgação de assuntos gerais e específicos relacionados aos trabalhadores e à sua organização sindical confederativa, que normalmente não se encontram pautados na mídia convencional;

b) o *Jornal* utiliza, como estratégia na produção de matérias jornalísticas, a participação direta das lideranças estaduais, de tal maneira que o receptor pode se tornar emissor e vice-versa;

c) quem produz o texto jornalístico, seja na criação, na redação, na edição das mensagens, não é necessariamente um especialista, profissional de comunicação, mas um cidadão comum, diretamente envolvido nos objetivos e nas finalidades das federações filiadas, ou de seus sindicatos de base;

d) a força motriz no trabalho de criação, redação e edição do JTCB é a meta de contribuir para o desenvolvimento daquela organização dos trabalhadores como forma de ampliar o exercício dos direitos e deveres de cidadania. Na prática, o jornal atua como um órgão da entidade;

e) a publicação não tem finalidades lucrativas. As despesas de elaboração, produção e distribuição são financiadas pela instituição, que tem no *Jornal* seu órgão oficial. Não são utilizados anúncios publicitários. A administração da entidade sindical é feita de tal forma que, na hipótese de excedentes econômicos, esses são revertidos para a sustentabilidade e para novos investimentos no órgão de classe entidade sindical e no seu meio de comunicação;

f) os conteúdos das matérias estão voltados para as necessidades, as problemáticas e outros temas de interesse da categoria profissional, como, por exemplo: notícias sobre as atividades desenvolvidas nas federações de trabalhadores filiadas e nos sindicatos de base; campanhas de esclarecimento visando a redução da incidência de doenças originadas na atividade laboral; denúncias de discriminação contra a mulher, de etnia e de assédio moral e sexual no trabalho; e campanhas de utilidade pública em geral;

g) a propriedade do *Jornal* é de caráter coletivo, posto que é órgão oficial da entidade de classe e está organizado a serviço do movimento sindical dos trabalhadores;

h) toda a linha editorial e de produção jornalística é de autonomia em relação ao Governo e aos partidos políticos;

i) o *Jornal* é voltado a segmentos específicos dos trabalhadores – no caso, a categoria dos trabalhadores comerciários.

A ação jornalística sindical pode ser considerada como uma modalidade distinta da ação jornalística, conceituada *latu sensu*, já que sua produção resulta do entrelace da ação jornalística tradicional – de base monológica – com a organização sindical, destacando-se nesta o padrão dialógico de ação coletiva.

Este encontro resulta em nova ação sindical, concretizada na forma e através do veículo de comunicação, que passa por um processo de abstração, separando-a do ator social do qual se origina. O paradoxo, entretanto, é apenas aparente. A retirada de cena do sujeito não significa sua eliminação e tampouco sua substituição por qualquer entidade ou fenômeno extra-social. Trata-se apenas do seu encobrimento, ou seja, é a institucionalização da ação em um ato tipificado. O paradoxo se desfaz por ser a prática jornalística uma ação complexa que contém uma manifestação dupla: ao mesmo tempo em que é concreta, por ser uma ação praticada por atores identificáveis, ela se abstrai, pois, quando publiciza os acontecimentos já congelados, sem atores, confere valores simbólicos, que não estavam presentes inicialmente na ação noticiada.

A partir da compreensão do discurso como produção de sentidos, a análise do JTCCB é empreendida com o objetivo de procurar sinais de diferentes formas de ação sindical desenvolvidas pela diretoria da CNTC.

4.1 Surgimento do JTCCB: “A união faz a força”

O *Jornal dos Trabalhadores no Comércio do Brasil – JTCCB*, lançado em outubro de 1973, surgiu de experiências jornalísticas anteriores, que marcaram as várias e diferentes etapas da vida da CNTC.

Os arquivos da Confederação revelam registros de 1946, ano de sua fundação, que dão conta do objetivo de sua diretoria de lançar um boletim para divulgação da atividade da entidade. Mesmo que esta meta fosse constantemente posta em pauta, dificuldades de toda ordem impediam o lançamento do informativo. É assim que somente depois de transcorridos onze anos, em outubro de 1955, foi lançado o *Boletim*, assim apresentado:

[...] A idéia de “união faz a força” não é nova. Mas precisamente por ser antiga, consagrada pelo tempo, reforçada, impõe-se que ela se inscreva em nosso estandarte de lutas e sirva de guia para novas realizações. E entre estas, está este “Boletim”, que aprovado e recomendado pelo Egrégio Conselho de Representantes há anos, ora surge para pugnar pela maior união de nossa classe, estimular os laços de solidariedade entre os órgãos sindicais de nossa categoria e, sobretudo, para disseminar informações úteis sobre os movimentos sindicais, legislativos, previdenciários, ministeriais e judiciários trabalhistas. Para cada um desses assuntos haverá uma coluna redigida e controlada por um companheiro reconhecidamente competente na matéria e aberta à colaboração de todos os nossos companheiros do Brasil. Nisto não vai apenas uma referência vaga. Dantes, um convite caloroso para que todos os companheiros das federações e sindicatos nos encaminhem notícias e comentários interessantes sobre questões trabalhistas locais, como, também, observações relativas às matérias publicadas. Criar-se-á, assim, um fluxo de informações nos dois sentidos e uma corrente contínua de trocas de idéias, que engendrarão a “união faz a força” e farão com que cada trabalhador se sinta, com orgulho e senso de responsabilidade, “um dentre muitos”.¹⁰⁰

De outubro de 1955 a março de 1963, o *Boletim*, graficamente bem confeccionado, fez cumprir seus objetivos, sendo interrompido durante os três anos seguintes por incontornáveis dificuldades de ordem financeira.

Em seu ressurgimento, em julho de 1966, o *Boletim*, agora impresso em mimeógrafo, apresentava em sua primeira página um editorial que procurava explicar os principais fatores causadores da suspensão de sua circulação e de seu retorno modesto:

¹⁰⁰ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO. *Op. cit.*, p. 20-21.

[...] a crescente alta do preço do papel, dos portes postais, dos serviços técnicos e outros, tudo impedindo o retorno da circulação de nosso jornal, nos moldes que então se executava.¹⁰¹

A carência de recursos financeiros, experimentada pela CNTC na manutenção do *Boletim*, é examinada por Cicilia Peruzzo como uma das limitações da comunicação dos movimentos sociais populares. A autora, mesmo reconhecendo que a comunicação nesses movimentos representa um campo rico em significado político-cultural, avalia o problema financeiro como um dos pontos nevrálgicos para que as organizações populares possam manter suas estruturas de comunicação.

O problema financeiro é um complicador da comunicação popular, podendo tanto pôr em risco sua geração como até mesmo inviabilizar sua continuidade, pois a auto-sustentação, que seria um dos pilares de sua autonomia, é um problema de difícil solução.¹⁰²

O título *Jornal dos Trabalhadores no Comércio do Brasil* apareceu pela primeira vez em uma edição do jornal da CNTC em setembro de 1971, porém novas dificuldades surgiram e ele foi lançado, devidamente estruturado, somente em outubro de 1973, comemorando o Dia do Comerciário. O editorial desse primeiro número afirmava que o lançamento definitivo do JTCB era a “justa homenagem que a Entidade Maior presta à valorosa classe que, ao lado dos demais trabalhadores, estava construindo a grandeza da Pátria Brasileira”¹⁰³.

O jornalista Luiz Dutra, assessor de imprensa da CNTC e editor do JTCB, em entrevista ao Autor desta monografia, em setembro de 2004, afirmou que o jornal atualmente é mensal e tem uma tiragem de dez mil exemplares.

Ele [o JTCB] é feito com as informações que nos chegam dos Estados, de federações e sindicatos que nos pedem que a gente divulgue. E nós temos a iniciativa de fazer a cobertura, nos Estados e na capital da República, dos

¹⁰¹ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO. *Op. cit.*, p. 20.

¹⁰² PERUZZO, Cicilia Krohling. *Op. cit.*, p. 153.

¹⁰³ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO. *Op. cit.*, p. 21.

acontecimentos e das realizações da CNTC e das ações do Fórum Sindical [FST] onde estiverem sendo desenvolvidas.¹⁰⁴

Dutra avalia como positiva a abrangência do noticiário apresentado pelo JTCB, comentando a edição de setembro de 2004 e relatando a maneira como a pauta é elaborada e de que forma chegam as matérias:

Ela [a edição de setembro do JTCB] tem uma audiência de um sindicalista de nossa área com o Presidente da República, tem uma chamada aqui do Anteprojeto [do FST] na íntegra, uma outra matéria de interesse dos trabalhadores que são os índices do IBGE e uma outra matéria do FST do Rio de Janeiro. No seu todo, a gente atende a pauta feita aqui por mim, e através do condensamento do material que nos chega dos Estados. No final do mês é elaborado o jornal. Isso como imprensa alternativa, o nosso jornal é o único meio de comunicação [de muitas federações e sindicatos do País]. Nós procuramos atender o Brasil todo. Tem matéria de posse [das diretorias eleitas de sindicatos e federações] e acontecimento dos Estados.¹⁰⁵

O assessor de imprensa informou como é organizada a distribuição do JTCB, deixando verificar que a circulação do material é vista com grande atenção, objetivando dar visibilidade às matérias e notícias veiculadas:

Com distribuição dirigida, realizada via mala direta, o JTCB chega às 28 federações, cinco exemplares para cada; aos mais de 800 sindicatos, três exemplares para cada um; aos Tribunais Superiores (TST, STJ e STF), aos Tribunais Regionais do Trabalho, ao Poder Executivo e ao Senado Federal e Câmara dos Deputados. Os trabalhadores associados aos sindicatos de nossa base de representação que desejarem receber em sua casa, nós atendemos.¹⁰⁶

Luiz Dutra informou que a edição de matérias mais políticas que não tenham ainda um posicionamento claro da entidade é coletiva, isto é, o editor trabalha em conjunto com a presidência e a diretoria. A prática é salutar, na medida em que o jornal se assume como um

¹⁰⁴ DUTRA, Luiz. **Entrevista gravada**. Entrevistador: Moysés Chernichiarro Corrêa. Brasília, set. 2004.

¹⁰⁵ *Ibid.*

¹⁰⁶ *Ibid.*

órgão oficial da entidade, expressando em suas páginas os assuntos, posicionamentos e acontecimentos da instituição, e não posicionamentos e pensamentos individuais de membros da diretoria.

Cicilia Peruzzo critica e define como uma limitação ao desenvolvimento da comunicação popular, e que acontece na maioria das experiências postas em prática, a centralização, em poucas mãos, da produção e edição da notícia, acarretando a distorção da personalidade da comunicação, que migra da organização social responsável para aquele que a controla e domina.

Apesar de não dispormos de dados de pesquisa, podemos afirmar com segurança que, na maioria das práticas brasileiras de comunicação popular, a produção de mensagens, o planejamento e a gestão dos meios se centralizam em poucas mãos. Além de envolver o risco de controle da informação e do poder, entre outras implicações, isso favorece a reprodução de padrões de dominação e uma contradição da prática participativa ampla dos movimentos [...] O resultado é que poucos fazem tudo e dão aos veículos e a seus conteúdos o rumo que lhes aprouver, conformando-os à sua imagem e semelhança e não às da organização social em que estão inseridos.¹⁰⁷

4.2 JTCB: discurso da unidade do trabalhador

Na análise do discurso do JTCB, servimo-nos dos critérios estabelecidos em trabalho apresentado no 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária¹⁰⁸, segundo o qual, no mundo de significações em que todos estamos inseridos, a produção de conhecimento “é sempre parte de uma rede de textos e sentidos tecida no jogo entre produção e recepção”¹⁰⁹.

Citando Pierre Lévy, o estudo a que nos referimos procura mostrar que essa rede não tem centro, se constituindo num traçado complexo e bifurcado, em que podemos, por meio de

¹⁰⁷ PERUZZO, Cicilia Krohling. *Op. cit.*, p. 154.

¹⁰⁸ MORAIS, Elaine; PEREIRA, Reinaldo; FERREIRA, Tailze. **O jornal *Oficina no Vale do Aço*: informação e experiência estética**. 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte, 12-15 set. 2004.

¹⁰⁹ *Ibid.*

nosso repertório, escolher nossas próprias trilhas na prática intertextual que caracteriza a própria cultura:

A rede não tem centro, ou melhor, possui permanentemente diversos centros que são como pontas luminosas perpetuamente móveis, saltando de um nó a outro, trazendo ao redor de si uma ramificação infinita de pequenas raízes, de rizomas, finas linhas brancas esboçando por um instante um mapa qualquer com detalhes delicados, e depois correndo para desenhar mais à frente outras paisagens de sentido.¹¹⁰

Na chamada pós-modernidade, segundo o trabalho, “hibridismo e deslocamento parecem ser palavras significativas para dizer de um processo amplo de mudanças que, de forma veloz, vêm alterando referências que antes davam ao sujeito um lugar estável na malha social”.¹¹¹

Nesse contexto, o JTCB pratica a produção de conhecimento num processo que poderia ser chamado de “semiose cultural”. Por isso, no que se refere à implementação da produção da ação sindical, a CNTC privilegia as superposições entre as diferentes práticas, que, ao se (des)cruzarem, permitem colapsos de sentido, possibilitando vislumbrar o contexto contemporâneo de forma mais complexa, já que a complexidade parece ser, de fato, inerente à nossa época. É na trilha da complexidade que a Confederação busca compreender o fazer jornalístico de maneira mais ampla, pois sabe que o processo de massificação da informação leva, muitas vezes, a um entendimento reduzido do discurso jornalístico e, conseqüentemente, à produção de narrativas menos intensas.

Para o estudo citado, o jornalista, enquanto “narrador da contemporaneidade, não pode se ater a um modelo fixo de narrativa, pois, se assim o fizer, corre o risco de se perder em uma produção opaca, desinteressante e superficial”.¹¹²

É certo que o discurso jornalístico deve se ater a uma linguagem legível, clara e transparente; todavia, essas características devem e podem se manifestar em diferentes estruturas narrativas, sempre configuradas na enunciação que cerca o fato a ser narrado. Tudo

¹¹⁰ LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993, p. 26.

¹¹¹ MORAIS, Elaine; PEREIRA, Reinaldo; FERREIRA, Tailze. *Op. cit.*

¹¹² *Ibid.*

depende do contato, da observação e da relação primordial junto à realidade noticiosa ou noticiável. Observar, sentir, pensar, para, em seguida, narrar a experiência captada pelo olhar.

O JTCB é um veículo impresso, de periodicidade mensal, composto por dezesseis páginas, em formato tablóide, colorido, com dez mil exemplares de tiragem. É um jornal de cunho basicamente sindical e traz informações veiculadas através de reportagens, artigos, crônicas e entrevistas, além de outros modos narrativos característicos do discurso jornalístico. Criado em 1973, o JTCB procura, principalmente, atender às demandas das federações filiadas e de seus sindicatos de base, com textos que, além de explorarem as possibilidades das narrativas jornalísticas, atentem para a configuração de uma sociedade democrática, cada vez mais marcada por pluralidade e diversidade. A questão que movimenta as atividades dentro da redação do JTCB é: como experimentar as possibilidades narrativas e estabelecer o elo entre a Confederação e as entidades sindicais nos Estados?

Comparado com a prática do jornal *Oficina*, objeto do trabalho citado, o JTCB busca trilhar determinadas linhas a fim de obter êxito a cada edição. Uma dessas vias é justamente o pensar pautas de assuntos que valorizem a defesa da unidade do movimento dos trabalhadores, a luta por garantir seus direitos e a desconstrução do discurso oficial que despreza a história e a memória do movimento sindical dos trabalhadores, principalmente o sistema sindical confederativo. A outra se constitui a partir do intercâmbio de experiências das entidades estaduais, a interação com as lideranças sindicais e os fatos regionais que moverão o *Jornal* na produção de textos mais humanizados, que dialoguem com o público leitor das entidades filiadas¹¹³.

No campo textual, como faz o estudo citado, o JTCB compartilha também uma concepção parecida com a de Ricardo Kotscho, a de que não existem fórmulas científicas no jornalismo; há, como em qualquer jornal (ou deveria haver), a missão de ampliar e contextualizar os fatos e, sobretudo, expandir o espaço para a criatividade do jornalista, uma vez que “cada história é uma história, e merece um tratamento único”¹¹⁴.

A CNTC defende junto às suas federações filiadas, os receptores do JTCB, a necessidade de produção de textos que proporcionem, tanto para quem ajuda a elaborar o jornal como para quem o lê – e, de certa forma, também ajuda –, o engajamento com os

¹¹³ MORAIS, Elaine; PEREIRA, Reinaldo; FERREIRA, Tailze. *Op. cit.*

¹¹⁴ KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 1995, p. 14.

aspectos humano, social e cultural da vida dos trabalhadores que a entidade representa, ou seja, uma visão que considere o global sem perder de vista o local, o olhar regional, e as experiências de vida. De certa forma, o JTCB está resgatando uma atitude que julga fundamental: a do narrador que extrai da experiência própria, ou da relatada pelos outros, as histórias que conta.

É por meio do diálogo e da troca de experiências com as federações de trabalhadores filiadas que a CNTC elabora a cada mês uma nova edição do JTCB, com novas histórias, novas possibilidades de interação.

O estudo citado, ao abordar o jornal do Vale do Aço, no leste de Minas Gerais, defende a necessidade de se incentivar a criatividade do jornalista.

Criar histórias com cheiro, tato, som, visão – todos os sentidos são necessários e bem vindos quando o jornalista-autor quer e pode dar sabor aos fatos. São pontos que contam a favor do texto da reportagem, com uma dose de liberdade, que possibilita ao jornalista ser ousado e deixar sobressair a criação. Isso só é possível quando se interage com a comunidade local e olhamos para o seu cotidiano, para as histórias que as pessoas têm para contar, as ações que as diferentes personalidades executam e que são importantes no registro da diversidade e identidade cultural da região do Vale do Aço.¹¹⁵

Diante de um panorama contemporâneo que se esboça com complexidade cada vez maior, faz-se necessário à imprensa sindical lidar com os aspectos humano, social e cultural da atividade jornalística.

Para Clemilda Medina, também citada no trabalho a respeito do jornal *Oficina*, se o texto do jornalismo convencional é homogeneizado e os vestígios de um autor são apagados por uma técnica que tenta compreender e formatar o mundo num *lead* sumário, o JTCB opta por uma trilha que evidencia a diversidade e a pluralidade a que estão susceptíveis todos os que se dispõem a olhar para o mundo que os cerca com o empenho de buscar o que ela chama de “cosmovisão complexa”.

¹¹⁵ MORAIS, Elaine; PEREIRA, Reinaldo; FERREIRA, Tailze. *Op. cit.*

Para uma cosmovisão complexa, torna-se precária esta política de dar aval à informação em pauta, através de uma, duas ou três falas enxugadas e retiradas do contexto em que foram proferidas. O mediador no mundo contemporâneo, no extenso e pluralista trânsito social em que atua, lida com um coral de vozes, com a polifonia.¹¹⁶

Concordamos com o referido estudo quando afirma: “Muitos jornalistas não encaram o desafio de explorar as qualidades das narrativas jornalísticas, pelo medo de cair nas malhas da ficção recorrendo à segurança da objetividade e do registro factual”¹¹⁷.

O JTCB tem como meta aproximar-se cada vez mais dos dirigentes sindicais, que são seu público leitor, do movimento sindical, que é a comunidade formada pelas entidades sindicais, e de suas histórias. Como visto na experiência do JTCB, ser um repórter que trabalha com fatos e ser um contador de histórias não são atividades incompatíveis, excludentes ou antiéticas.

4.3 Edições do JTCB de 2002 a 2004

Foram estudadas todas as edições, vinte e duas, do *Jornal dos Trabalhadores no Comércio do Brasil*, desde janeiro de 2002 até setembro de 2004. A escolha desse período para a análise se deve à eleição para Presidência da República, que ocorreu em outubro de 2002, e nos permitirá analisar o posicionamento do *Jornal* desde o período imediatamente anterior às eleições, identificando como a CNTC atuou nesse período.

Para a definição das categorias a serem consideradas para a análise, levamos em conta a maneira aplicada por Fuser e Lahni¹¹⁸.

Foram definidas as categorias **Ações Internas** da Confederação (**AIs**) e **Ações Extras** da Confederação (**AEs**) como os dois critérios a balizarem a análise dos jornais, pois eles

¹¹⁶ MEDINA, Clemilda. **Povo e personagem**. Canoas, RS: ULBRA, 1996, p. 232.

¹¹⁷ MORAIS, Elaine; PEREIRA, Reinaldo; FERREIRA, Tailze. *Op. cit.*

¹¹⁸ FUSER, Bruno; LAHNI, Claudia Regina. **A imprensa sindical em Campinas**. XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação. Belo Horizonte: Núcleo de Comunicação para a Cidadania, set. 2003.

podem expressar a maior ou menor intensidade com que a CNTC desenvolve uma política de abertura para a sociedade. Incluímos entre as **AIs** da Confederação seu marketing (autopromoção), assuntos ligados ao mundo do trabalho comerciário, novas diretorias sindicais e federativas, notas sobre convênios e a participação das federações filiadas através de matérias jornalísticas sobre suas atividades. Na categoria **AEs** da Confederação, estão englobadas reportagens sobre política, economia e outros assuntos que não fazem referência diretamente à categoria dos comerciários e/ou à CNTC. Finalmente, escolhemos a categoria **Participação Direta (PD)** para referir a interferência direta das federações filiadas na elaboração dos textos do JTCB e, com esse recurso, expressar o grau de participação dos receptores.

Destacam Bruno Fuser e Cláudia Regina Lahni: “a participação dos receptores na produção dos seus veículos, assim como o conteúdo neles expresso, são dois referenciais importantes de análise”¹¹⁹. Citam ainda outros autores para defender sua metodologia:

A importância da participação é defendida, por exemplo, por MATTELART (1977), para quem deve existir participação direta do receptor no processo de produção dos meios de comunicação. Para ele, a troca permanente de posições, um intercâmbio de papéis entre o produtor e o consumidor dos bens culturais só pode ser alcançado por um processo de aberturas até uma experiência coletiva que rompa radicalmente com a relação repressiva que os aparelhos de comunicação exercem com seus públicos. PERUZZO aponta, ao analisar a comunicação popular participativa, a necessidade de se verificar concretamente as formas como se dá essa participação. De maneira objetiva, estabelece níveis crescentes de tal participação: superficial e ocasional, apenas no nível das **mensagens**, em entrevistas, avisos, depoimentos, sugestões, pedidos de música ou mesmo em concursos; na elaboração da **produção** de notícias, poesias, desenhos; na **produção geral** do jornal ou programa; na **definição do conteúdo**, da linha editorial, do planejamento, da edição e controle dos equipamentos; no **processo de gestão** da instituição comunicação como um todo (PERUZZO, 1998:142-143).¹²⁰

¹¹⁹ FUSER, Bruno; LAHNI, Claudia Regina. *Op. cit.*

¹²⁰ PERUZZO, Cicilia Krohling. *Op. cit.*, p. 142-143.

Consideramos que a categoria **Participação Direta** esteve presente em textos que contaram com algum tipo de colaboração das federações filiadas e dos sindicatos de base, em que eles são a principal fonte da reportagem: assuntos mais ligados ao mundo do trabalho comerciário, eleições das novas diretorias sindicais e federativas, notas sobre convênios e participação das federações filiadas através de matérias jornalísticas sobre atividades estaduais e locais. Foram encontrados tais casos apenas entre as reportagens ligadas às **Ações Internas** da Confederação, e nessa perspectiva, em especial, elas foram analisadas.

Segundo Peruzzo¹²¹, o que caracteriza a comunicação sindical é o fato de que ela: tem caráter coletivo; a produção é feita pela e para a coletividade (horizontal e interativa); a lógica que a norteia (seu consumo) não é a mesma de uma mercadoria tradicional; sua função é não apenas informar, mas formar e mobilizar, organizando a coletividade; sua circulação é diferenciada (entre a coletividade, e não entre consumidores tradicionais).

Nas vinte e duas edições analisadas, encontramos um total de 671 matérias jornalísticas, somando 340.929 centímetros quadrados de área útil.

Edição 336/7, janeiro/fevereiro de 2002

Na categoria AIs, encontramos 11 das 28 reportagens, ou seja, 39%, que ocupam 6.649 de um total de 15.830 centímetros quadrados – 42%, portanto. Entre os textos aqui incluídos, estão reportagens sobre a regulamentação da categoria profissional dos empregados no comércio; parceria comerciário/sindicato; resumos de jurisprudências trabalhistas; apresentação de novas diretorias sindicais dos Estados do Pará, Maranhão, Pernambuco e Minas Gerais. Dessas, houve na categoria **PD** das federações filiadas 7 reportagens, o que representa 25% do total de matérias, e 64% entre as que versam sobre **AIs**; em termos de espaço, a categoria ocupou 3.360 centímetros quadrados – 21% do total, ou 51% do espaço das **AIs**.

Na categoria **AEs**, foram encontradas 17 reportagens, 61% do total, que ocupam 9.181 de um total de 15.830 centímetros quadrados – 58%. Entre os textos, encontraram-se

¹²¹ *Apud* FUSER, Bruno; LAHNI, Claudia Regina. *Op. cit.*

reportagens sobre debate a respeito da flexibilização da CLT; papel dos meios de comunicação no combate à violência; neoliberalismo e reforma tributária.

Edição 338, março de 2002

Na categoria **AI**s, encontramos 10 das 30 reportagens, ou seja, 33%, que ocupam 6.045 de um total de 15.330 centímetros quadrados – 39%, portanto. Entre os textos aqui incluídos, estão reportagens sobre curso de formação sindical; sindicatos do Acre e Rondônia protestam junto à Senadora Mariana Silva contra projeto que extingue contribuição sindical; redução dos salários dos comerciários; apresentação de nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Goiânia, GO. Dessas, houve na categoria **PD** das federações filiadas 6 reportagens, o que representa 20% do total de matérias, e 60% entre as que versam sobre **AI**s; em termos de espaço, a categoria ocupou 2.730 centímetros quadrados – 18% do total, ou 45% do espaço das **AI**s.

Na categoria **AE**s, foram encontradas, 20 reportagens, 67% do total, que ocupam 9.285 de um total de 15.330 centímetros quadrados – 61%. Entre os textos, encontraram-se reportagens sobre encontro do presidente do STF com os dirigentes das Confederações de Trabalhadores; debate a respeito da retirada de urgência no projeto de flexibilização da CLT; dívida do Governo consome R\$ 290 bilhões em apenas três anos; falta de patriotismo; queda nas vendas dos supermercados aponta para mais desemprego no setor.

Edição 339, abril de 2002

Na categoria **AI**s, encontramos 13 das 30 reportagens, ou seja, 43%, que ocupam 7.859 de um total de 15.997 centímetros quadrados – 49%, portanto. Entre os textos aqui incluídos, estão reportagens sobre jurisprudência trabalhista; saúde e prevenção – a campanha que falta no Brasil; conquista da sede própria do sindicato de Ivaiporã, PR; apresentação de nova diretoria da Federação dos Trabalhadores no Comércio do Pará e Amapá. Dessas, houve

na categoria **PD** das federações filiadas 9 reportagens, o que representa 30% do total de matérias, e 69% entre as que versam sobre **AIs**; em termos de espaço, a categoria ocupou 4.095 centímetros quadrados – 26% do total, ou 52% do espaço das **AIs**.

Na categoria **AEs**, foram encontradas 17 reportagens, 57% do total, que ocupam 8.138 de um total de 15.997 centímetros quadrados – 51%. Entre os textos, encontraram-se reportagens sobre a criação pelas entidades e parlamentares da Frente em Defesa da CLT; preconceitos contra Lula; o salário mínimo e a Carta de 88; 1º de Maio – nada a comemorar; micro e pequena empresa são maiores vítimas do arrocho; segundo IBGE, ricos no Brasil são cada vez mais ricos.

Edição 340, maio de 2002

Na categoria **AIs**, encontramos 14 das 31 reportagens, ou seja, 45%, que ocupam 8.463 de um total de 15.330 centímetros quadrados – 55%, portanto. Entre os textos aqui incluídos, estão reportagens sobre os presidenciáveis; presume-se seja Lula o candidato mais comprometido com a redução da desigualdade; curso de formação sindical da CNTC; novas diretorias da Federação dos Empregados no Comércio do Paraná e da Federação Nacional dos Técnicos em Segurança do Trabalho. Dessas, houve na categoria **PD** das federações filiadas 8 reportagens, o que representa 26% do total de matérias, e 57% entre as que versam sobre **AIs**; em termos de espaço, a categoria ocupou 3.640 centímetros quadrados – 24% do total, ou 43% do espaço das **AIs**.

Na categoria **AEs**, foram encontradas 17 reportagens, 55% do total, que ocupam 6.867 de um total de 15.330 centímetros quadrados – 45%. Entre os textos, encontraram-se as reportagens Presidente em exercício recebe dirigentes da Confederação de Trabalhadores; reforma da Previdência prejudica contribuintes; desemprego atinge seu ponto alto em SP; brasileiros a cada dia mais pobres; mudanças na CLT ameaçam aposentadorias.

Edição 341, junho de 2002

Na categoria **AIs**, encontramos 12 das 32 reportagens, ou seja, 38%, que ocupam 7.254 de um total de 15.663 centímetros quadrados – 46%, portanto. Entre os textos aqui incluídos, estão reportagens sobre o fim do efeito suspensivo; Previdência reajusta tabela de benefícios; novas diretorias sindicais; curso de técnico em secretariado; XIII Congresso Nacional de Secretariado. Dessas, houve na categoria **PD** das federações filiadas 9 reportagens, o que representa 28% do total de matérias, e 75% entre as que versam sobre **AIs**; em termos de espaço, a categoria ocupou 4.095 centímetros quadrados – 26% do total, ou 56% do espaço das **AIs**.

Na categoria **AEs**, foram encontradas 20 reportagens, 63% do total, que ocupam 8.409 de um total de 15.663 centímetros quadrados – 54%. Entre os textos encontraram-se reportagens sobre Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras; somente desarmando a população haverá segurança; Brasil, segundo do mundo em desemprego; número de milionários cresce 12% na América Latina; a classe média paga a conta.

Edição 342/3, julho/agosto de 2002

Na categoria **AIs**, encontramos 12 das 28 reportagens, ou seja, 43%, que ocupam 7.254 de um total de 15.497 centímetros quadrados – 47%, portanto. Entre os textos aqui incluídos, estão as reportagens: decisão do STF proíbe abertura do comércio aos domingos e feriados no DF; retorno da Federação dos Empregados no Comércio de BA/SE aos quadros de filiados da CNTC; reeleição de Edson Ribeiro Pinto em Sindicato de SP; VI Congresso da Fecosul elege nova diretoria. Dessas, houve na categoria **PD** das federações filiadas 8 reportagens, o que representa 29% do total de matérias, e 67% entre as que versam sobre **AIs**; em termos de espaço, a categoria ocupou 3.640 centímetros quadrados – 23% do total, ou 50% do espaço das **AIs**.

Na categoria **AEs**, foram encontradas 16 reportagens, 57% do total, que ocupam 8.243 de um total de 15.497 centímetros quadrados – 53%. Entre os textos encontraram-se reportagens sobre dengue continua fazendo vítimas; em cinco anos, mais de 7 milhões de desempregados; Enron e Wold.com o que vai acontecer?; Conferência Nacional de Mulheres; Presidente da República lança Agenda 21.

Edição 344, setembro de 2002

Na categoria **AIs**, encontramos 10 das 33 reportagens, ou seja, 30%, que ocupam 6.045 de um total de 15.497 centímetros quadrados – 39%, portanto. Entre os textos aqui incluídos, estão as reportagens: Assembléia Legislativa da PB homenageia propagandistas; Justiça do Trabalho manda pagar indenização por danos morais a sindicalista; nova Portaria sobre comissões de conciliação prévia; Seminário Novos Rumos para o Sindicalismo. Dessas, houve na categoria **PD** das federações filiadas 7 reportagens, o que representa 21% do total de matérias, e 70% entre as que versam sobre **AIs**; em termos de espaço, a categoria ocupou 3.185 centímetros quadrados – 21% do total, ou 53% do espaço das **AIs**.

Na categoria **AEs**, foram encontradas 23 reportagens, 70% do total, que ocupam 9.452 de um total de 15.497 centímetros quadrados – 61%. Entre os textos, encontraram-se as reportagens: proposta da CNTC para os presidentiáveis define diretrizes para pôr fim ao desemprego; a ALCA e o empresariado; até a OIT condena a flexibilização da CLT; soberania mais uma vez em risco; eleições 2002: como votar certo na urna eletrônica.

Edição 345/6, outubro/novembro de 2002

Na categoria **AIs**, encontramos 10 das 30 reportagens, ou seja, 33%, que ocupam 6.045 de um total de 15.164 centímetros quadrados – 39%, portanto. Entre os textos aqui incluídos estão as reportagens: Ministério do Trabalho publica a nova CBO; CNTC – 56 anos

de liderança sindical; música em homenagem ao trabalhador comerciário do Brasil; e 30 de outubro – Dia do Comerciário. Dessas, houve na categoria **PD** das federações filiadas 6 reportagens, o que representa 20% do total de matérias, e 60% entre as que versam sobre **AIs**; em termos de espaço, a categoria ocupou 2.730 centímetros quadrados – 18% do total, ou 45% do espaço das **AIs**.

Na categoria **AEs**, foram encontradas 20 reportagens, 67% do total, que ocupam 9.119 de um total de 15.164 centímetros quadrados – 60%. Entre os textos encontraram-se reportagens sobre um trabalhador sindicalista na Presidência da República; o trabalho, o voto e a cidadania; o Ministério da Educação faz que não vê; projetos de lei no Congresso Nacional; Paulo Paim agora é senador.

Edição 347, dezembro de 2002

Na categoria **AIs**, encontramos 10 das 30 reportagens, ou seja, 33%, que ocupam 6.045 de um total de 15.330 centímetros quadrados – 39%, portanto. Entre os textos aqui incluídos estão reportagens sobre a 7ª Plenária Nacional dos Empregados no Comércio; os trabalhadores no comércio e o Governo Lula; ergonomia nas caixas dos supermercados; SEC de Marabá, PA faz homenagem aos comerciários; Fenavenpro comemora 50 anos de fundação. Dessas, houve na categoria **PD** das federações filiadas 6 reportagens, o que representa 20% do total de matérias, e 60% entre as que versam sobre **AIs**; em termos de espaço, a categoria ocupou 2.730 centímetros quadrados – 18% do total, ou 45% do espaço das **AIs**.

Na categoria **AEs**, foram encontradas 20 reportagens, 67% do total, que ocupam 9.285 de um total de 15.330 centímetros quadrados – 61%. Entre os textos encontraram-se reportagens sobre sindicalistas reunidos em SP com o Presidente Lula; conheça como funciona o Orçamento Geral da União; era FHC, regressão do trabalho; as questões trabalhistas e sindicais no Governo Lula; Senado aprova projeto sobre trabalho temporário.

Edição 348/9, janeiro/fevereiro de 2003

Na categoria **AI**s, encontramos 11 das 29 reportagens, ou seja, 38%, que ocupam 6.650 de um total de 15.330 centímetros quadrados – 43%, portanto. Entre os textos aqui incluídos estão reportagens sobre campanha salarial 2003 dos comerciários de Salvador; Expedito Bezerra, o Sindicalista do Ano em Goiás; as doenças nos caixas de supermercados; 8 de março – Dia Internacional da Mulher da FEAAC. Dessas, houve na categoria **PD** das federações filiadas 7 reportagens, o que representa 24% do total de matérias, e 64% entre as que versam sobre **AI**s; em termos de espaço, a categoria ocupou 3.185 centímetros quadrados – 21% do total, ou 48% do espaço das **AI**s.

Na categoria **AE**s, foram encontradas 18 reportagens, 62% do total, que ocupam 8.681 de um total de 15.330 centímetros quadrados – 57%. Entre os textos encontraram-se as reportagens: Presidente Lula instala Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; CNTC pede revogação de MPs do Governo FHC; a luta contra a desigualdade social; quem perde e quem ganha com a ALCA.

Edição 350/1, março/abril de 2003

Na categoria **AI**s, encontramos 13 das 32 reportagens, ou seja, 41%, que ocupam 7.859 de um total de 15.497 centímetros quadrados – 51%, portanto. Entre os textos aqui incluídos estão reportagens sobre as novas diretorias sindicais dos empregados no comércio de Xaxim, SC, Aquidauana, MS, secretarias de Pernambuco e do Rio Grande do Sul; comércio de minérios de Juiz de Fora e técnicos de segurança do Distrito Federal; seminário de orientação sindical no Mato Grosso do Sul. Dessas, houve na categoria **PD** das federações filiadas 8 reportagens, o que representa 25% do total de matérias, e 62% entre as que versam sobre **AI**s; em termos de espaço, a categoria ocupou 3.640 centímetros quadrados – 23% do total, ou 46% do espaço das **AI**s.

Na categoria **AEs**, foram encontradas 19 reportagens, 59% do total, que ocupam 7.638 de um total de 15.497 centímetros quadrados – 49%. Entre os textos encontraram-se as reportagens: TST realiza Fórum Internacional sobre Direito do Trabalho; 100% de educação é igual a fome zero; Campanha da Fraternidade da CNBB; as associações e o Novo Código Civil; Paim quer recuperar o valor do salário mínimo; Contec realiza seminário.

Edição 352, maio de 2003

Na categoria **AI**s, encontramos 9 das 30 reportagens, ou seja, 30%, que ocupam 5.441 de um total de 15.330 centímetros quadrados – 35%, portanto. Entre os textos aqui incluídos estão reportagens sobre trabalho no comércio aos domingos e feriados; 10 de Maio – data da fundação da Fenatest; Dia do Trabalhador, homenagens em Parauapebas, PA, e Ivaiporã, PR; Fecosul homenageada por seus 60 anos pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Dessas, houve na categoria **PD** das federações filiadas 7 reportagens, o que representa 23% do total de matérias, e 78% entre as que versam sobre **AI**s; em termos de espaço, a categoria ocupou 3.185 centímetros quadrados – 21% do total, ou 59% do espaço das **AI**s.

Na categoria **AEs**, foram encontradas 21 reportagens, 70% do total, que ocupam 9.890 de um total de 15.330 centímetros quadrados – 49%. Entre os textos encontraram-se as reportagens: desemprego no Brasil é o mais alto em 12 meses; lançamento do Primeiro Emprego será em junho; brasileiro trabalha para pagar tributo; OAB – reforma da Previdência é inconstitucional; a precarização do trabalho no Brasil.

Edição 353, junho de 2003

Na categoria **AI**s, encontramos 13 das 29 reportagens, ou seja, 45%, que ocupam 7.859 de um total de 15.164 centímetros quadrados – 52%, portanto. Entre os textos aqui incluídos estão reportagens sobre trabalhadores no comércio e as reformas do Governo Lula;

CNTC é vitoriosa em mandado de segurança contra Ministério do Trabalho; workshop de saúde e segurança do trabalho; Fenassec elege nova diretoria; VIII Seminário Multiprofissional Integrado de Secretariado do Nordeste. Dessas, houve na categoria **PD** das federações filiadas 9 reportagens, o que representa 31% do total de matérias, e 69% entre as que versam sobre **AIs**; em termos de espaço, a categoria ocupou 4.095 centímetros quadrados – 27% do total, ou 52% do espaço das **AIs**.

Na categoria **AEs**, foram encontradas 16 reportagens, 55% do total, que ocupam 7.305 de um total de 15.164 centímetros quadrados – 48%. Entre os textos encontraram-se reportagens sobre Leonel Brizola e a oposição; o Brasil em recessão; desemprego aumenta e renda do trabalhador cai; algumas verdades sobre a reforma da Previdência; França: leis rígidas e poucos crimes com armas de fogo.

Edição 354/5, julho/agosto de 2003

Na categoria **AIs**, encontramos 15 das 33 reportagens, ou seja, 45%, que ocupam 9.068 de um total de 15.663 centímetros quadrados – 58%, portanto. Entre os textos aqui incluídos estão as reportagens: CNTC reinicia seminário pró-sindicato; campeonato de futebol do Sindicato dos Empregados no Comércio de Maringá, PR; falecimento do comerciário mais antigo de Pernambuco; reportagem sobre os participantes da CNTC no FST. Dessas, houve na categoria **PD** das federações filiadas 10 reportagens, o que representa 30% do total de matérias, e 67% entre as que versam sobre **AIs**; em termos de espaço, a categoria ocupou 4.550 centímetros quadrados – 29% do total, ou 50% do espaço das **AIs**.

Na categoria **AEs**, foram encontradas 18 reportagens, 55% do total, que ocupam 6.596 de um total de 15.663 centímetros quadrados – 42%. Entre os textos encontraram-se reportagens sobre criação do FST com 14 confederações de trabalhadores; fome: retrato da miséria no País; salário maternidade: empresa tem que fazer o pagamento; Primeiro Emprego tenta atender jovem trabalhador.

Edição 356, setembro de 2003

Na categoria **AIs**, encontramos **10** das 32 reportagens, ou seja, 31%, que ocupam 6.045 de um total de 15.330 centímetros quadrados – 39%, portanto. Entre os textos aqui incluídos estão as reportagens: Fecosul comemora 60 anos; comerciário ou novo escravo?; Feintramag realizou curso PPPP; Fetracom-PA/AP realizou IV Congresso em Marabá. Dessas, houve na categoria **PD** das federações filiadas 7 reportagens, o que representa 22% do total de matérias, e 70% entre as que versam sobre **AIs**; em termos de espaço, a categoria ocupou 3.185 centímetros quadrados – 21% do total, ou 53% do espaço das **AIs**.

Na categoria **AEs**, foram encontradas 22 reportagens, 69% do total, que ocupam 9.285 de um total de 15.330 centímetros quadrados – 42%. Entre os textos encontraram-se as reportagens: Senado recebe Estatuto do Idoso; deputado denuncia manobra na reforma trabalhista; terceirização: Presidente Lula chegou a tempo; pesquisa IBGE mostra que renda despencou; reportagem sobre armas: o melhor é contê-las.

Edição 357, outubro de 2003

Na categoria **AIs**, encontramos 15 das 32 reportagens, ou seja, 47%, que ocupam 9.068 de um total de 14.997 centímetros quadrados – 60%, portanto. Entre os textos aqui incluídos estão reportagens sobre seminário pró-sindicato; CNTC reúne seu Conselho de Representantes; seminário sindical dos trabalhadores do Norte e Nordeste; Ageu é empossado vereador de Goiânia; novas diretorias sindicais. Dessas, houve na categoria **PD** das federações filiadas 9 reportagens, o que representa 28% do total de matérias, e 60% entre as que versam sobre **AIs**; em termos de espaço, a categoria ocupou 4.095 centímetros quadrados – 27% do total, ou 45% do espaço das **AIs**.

Na categoria **AEs**, foram encontradas 17 reportagens, 53% do total, que ocupam 5.929 de um total de 14.997 centímetros quadrados – 40%. Entre os textos encontraram-se reportagens sobre encontro do Fórum Sindical Sul; Estatuto do Desarmamento; TST revoga enunciado 310; Fórum Sindical dos Trabalhadores/RJ; posse da nova Procuradora Geral do Trabalho.

Edição 358/9, novembro/dezembro de 2003

Na categoria **AIs**, encontramos 12 das 27 reportagens, ou seja, 44%, que ocupam 7.254 de um total de 15.997 centímetros quadrados – 45%, portanto. Entre os textos aqui incluídos, estão reportagem sobre inauguração da colônia de férias da FEAAC/SP; mensagem: Feliz Natal e Ano Novo; convênio nacional CNTC e CEF facilita empréstimos; Dia do Comerciário comemorado na Bahia; nova diretoria do Sindicato dos Empregados no Comércio de Anápolis, GO. Dessas, houve na categoria **PD** das federações filiadas 8 reportagens, o que representa 30% do total de matérias, e 67% entre as que versam sobre **AIs**; em termos de espaço, a categoria ocupou 3.640 centímetros quadrados – 23% do total, ou 50% do espaço das **AIs**.

Na categoria **AEs**, foram encontradas 15 reportagens, 56% do total, que ocupam 8.743 de um total de 15.997 centímetros quadrados – 55%. Entre os textos encontraram-se as reportagens: CLT começou em 1911; herança deixada por FHC que o trabalhador nunca esquecerá; TST comemora 60 anos da CLT; trabalho e cidadania na América do Sul; matéria sobre reforma tributária.

Edição 360/1, janeiro/fevereiro de 2004

Na categoria **AIs**, encontramos 14 das 31 reportagens, ou seja, 45%, que ocupam 8.463 de um total de 15.330 centímetros quadrados – 55%, portanto. Entre os textos aqui

incluídos estão as reportagens: comerciários de SP querem descansar nos domingos e feriados; FECOSUL realiza Encontro Estadual; federações reelegem Almeida presidente; Intersindical de Osasco se mobiliza contra a pluralidade sindical; Sindimínérios de Santos comemorou 50 anos de lutas. Dessas, houve na categoria **PD** das federações filiadas 8 reportagens, o que representa 26% do total de matérias, e 57% entre as que versam sobre **AIs**; em termos de espaço, a categoria ocupou 3.640 centímetros quadrados – 24% do total, ou 43% do espaço das **AIs**.

Na categoria **AEs**, foram encontradas 17 reportagens, 55% do total, que ocupam 6.867 de um total de 15.330 centímetros quadrados – 45%. Entre os textos encontraram-se as reportagens: FST defende reforma com unicidade sindical; TCU destrói o mito do déficit da Previdência; estatutos das entidades sindicais não necessitam de adaptações ao Novo Código Civil; reportagem sobre registro e comercialização de armas de fogo.

Edição 362/3, março/abril de 2004

Na categoria **AIs**, encontramos 14 das 32 reportagens, ou seja, 44%, que ocupam 8.463 de um total de 15.497 centímetros quadrados – 55%, portanto. Entre os textos aqui incluídos estão reportagens sobre Miss Comerciaria; curso de informática; posse da diretoria da CNTC; discurso de posse do presidente da CNTC; convênio nacional entre CNTC e Banco do Brasil facilita empréstimos. Dessas, houve na categoria **PD** das federações filiadas 9 reportagens, o que representa 28% do total de matérias, e 64% entre as que versam sobre **AIs**; em termos de espaço, a categoria ocupou 4.095 centímetros quadrados – 26% do total, ou 48% do espaço das **AIs**.

Na categoria **AEs**, foram encontradas 18 reportagens, 56% do total, que ocupam 7.034 de um total de 15.497 centímetros quadrados – 45%. Entre os textos encontraram-se reportagens sobre mobilização nacional em defesa da unicidade sindical; convenção nacional do PMDB defende unicidade sindical; Senador Paim recebe dirigentes sindicais; encontro com Ministro Aldo Rebelo no Planalto; Frente Parlamentar em defesa dos direitos.

Edição 364, maio de 2004

Na categoria **AIs**, encontramos 10 das 27 reportagens, ou seja, 37%, que ocupam 6.045 de um total de 15.663 centímetros quadrados – 39%, portanto. Entre os textos aqui incluídos estão as reportagens: fórum unitário dos comerciários aprova fechamento do comércio aos domingos e feriados; LER e DORT; IV Encontro Estadual da Mulher – EAA; posses no Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios no Estado de Alagoas e na Federação dos Empregados no Comércio do Mato Grosso. Dessas, houve na categoria **PD** das federações filiadas 6 reportagens, o que representa 22% do total de matérias, e 60% entre as que versam sobre **AIs**; em termos de espaço, a categoria ocupou 2.730 centímetros quadrados – 17% do total, ou 45% do espaço das **AIs**.

Na categoria **AEs**, foram encontradas 17 reportagens, 63% do total, que ocupam 9.618 de um total de 15.663 centímetros quadrados – 61%. Entre os textos encontraram-se as reportagens: TEM recua e suspende Portaria 160; Confederações contestam Portaria no STF; Calixto e Moacyr se desligam do FNT; FST denuncia governo à OIT; Petrobras completa 50 anos de existência.

Edição 365/6, junho/julho de 2004

Na categoria **AIs**, encontramos 10 das 31 reportagens, ou seja, 32%, que ocupam 6.045 de um total de 15.830 centímetros quadrados – 38%, portanto. Entre os textos aqui incluídos estão reportagens sobre sindicalistas com o Presidente Lula; CNTC alerta e deputados rejeitam projeto de lei; XIV Congresso Nacional e IV Simpósio Internacional das Secretárias; presidente do Sindec na contramão da luta; comerciários de Tucuruí, PA comemoram Dia do Trabalhador. Dessas, houve na categoria **PD** das federações filiadas 6

reportagens, o que representa 19% do total de matérias, e 60% entre as que versam sobre **AIs**; em termos de espaço, a categoria ocupou 2.730 centímetros quadrados – 17% do total, ou 45% do espaço das **AIs**.

Na categoria **AEs**, foram encontradas 21 reportagens, 68% do total, que ocupam 9.785 de um total de 15.830 centímetros quadrados – 62%. Entre os textos encontraram-se reportagens sobre anteprojeto de lei do FST; trabalhador é a maior vítima do Plano Real; trabalhadores criam FST em Mato Grosso do Sul; Previdência Social: cobrar menos para arrecadar mais; a morte de Leonel de Moura Brizola.

Edição 367/8/9, agosto/setembro/outubro de 2004

Na categoria **AIs**, encontramos 13 das 34 reportagens, ou seja, 38%, que ocupam 7.859 de um total de 15.663 centímetros quadrados – 50%, portanto. Entre os textos aqui incluídos estão reportagens sobre normas de segurança e saúde; 2º Seminário de Categorias Diferenciadas; convênio entre a CNTC e HSBC facilita empréstimos; centenário do Sindicato dos Comerciantes de Juiz de Fora. Dessas, houve na categoria **PD** das federações filiadas 8 reportagens, o que representa 24% do total de matérias, e 62% entre as que versam sobre **AIs**; em termos de espaço, a categoria ocupou 3.640 centímetros quadrados – 23% do total, ou 46% do espaço das **AIs**.

Na categoria **AEs**, foram encontradas 21 reportagens, 62% do total, que ocupam 7.805 de um total de 15.663 centímetros quadrados – 50%. Entre os textos encontraram-se as reportagens: projeto dos trabalhadores sobre reforma sindical já está no Congresso Nacional; a morte de Getúlio Vargas; FST protesta em Brasília sobre os rumos da economia; Sessão Especial do Senado sobre Getúlio Vargas; o salário mínimo.

JTCB – vinte e duas edições analisadas

Na análise das edições do JTCB, se considerarmos o número de matérias, teremos: **AI**s da Confederação: 261 de 671 = **39%**. Com **PD** das federações filiadas: 168 de 671 = **25%**, ou 168 das 261 de **AI**s = **64%**. As **AE**s da Confederação foram 410 de 671 = **61%**. Se considerarmos o espaço ocupado pelas categorias, teremos, do total de 340.929 centímetros quadrados de área útil; **AI**s da Confederação: 157.775 centímetros quadrados, ou **46%**; com **PD** das federações filiadas = 76.440 centímetros quadrados, **22%** do total, ou **48%** das **AI**s; **AE**s: 183.155 centímetros quadrados, ou **54%**.

CONCLUSÃO

O objetivo desta monografia foi investigar o papel do jornalismo sindical na busca da unidade dos trabalhadores no Brasil, no início do século XXI, tomando como objeto de estudo o JTCB, editado desde outubro de 1973 pela CNTC, a maior dentre as entidades de plano confederativo existentes no País. Para tal análise, procuramos desconstruir o discurso neoliberal sobre a organização dos trabalhadores brasileiros, uma vez que o discurso oficial atual coloca em pauta a rediscussão e a redefinição dos postulados básicos da organização sindical vigente, definidos na CRFB/88. As posições de diversos estudiosos a respeito da atuação do movimento sindical dos trabalhadores e temas correlatos – globalização, nova ordem mundial, revolução técnico-científica e sua relação com as mudanças no mundo do trabalho –, bem como as polêmicas que originam, foram abordadas. Partindo da origem do sindicalismo no mundo e no Brasil, passando pela visão marxista-leninista sobre o partido político como organizador coletivo, focalizamos as transformações no mundo do trabalho, o contexto econômico em que se inserem o sindicalismo e sua imprensa, a situação do sindicalismo no Brasil, a comunicação sindical confederativa e a importância do jornal impresso para a ação sindical. Analisamos ainda a utilização da mídia impressa em detrimento de outras, como a televisão, verificando que tal fato caracteriza uma limitação do movimento dos trabalhadores e atua como instrumento de descaracterização do sindicalismo. Finalmente, chegamos à apreciação histórica do JTCB, traçando um paralelo entre este e a imprensa comunitária. Buscamos verificar se a CNTC, através desse jornal, está aberta à sociedade ou desenvolve prática neocorporativista; a participação das federações filiadas na produção do *Jornal*; se o jornalismo sindical confederativo se enquadra na chamada imprensa contra-hegemônica e se sua prática jornalística é de base dialógica e horizontal.

Para finalizar este trabalho, podemos afirmar que o JTCB desempenha um papel contra-hegemônico, seja no plano do discurso, seja no trabalho de produção de sentido. Dois elementos nos remetem a essa avaliação. O primeiro é o fato de que **48%** das reportagens da categoria Ações Internas da Confederação – **AIs** – constituem material diretamente

relacionado às federações filiadas, configurando um processo descrito por pesquisadores como horizontal, dialógico e democrático. O segundo é o de que **61%** de suas reportagens e **54%** do espaço útil do JTCB são ocupados por variado material jornalístico que levanta a discussão sobre temas de caráter geral, as **AEs**, o que coloca a atuação da CNTC no campo oposto ao neocorporativismo, prática tão criticada pelos estudiosos do mundo do trabalho.

A pesquisa com o jornal da CNTC nos permitiu avaliar como é marcante – diferentemente da mídia massiva, chamada de grande mídia – a participação dos receptores, as federações filiadas, na elaboração do JTCB, isto é, na produção. O trabalho realizado mostra também como a organização máxima dos trabalhadores no comércio do Brasil – a CNTC – vai além do âmbito estritamente categorial, utilizando o JTCB como instrumento direcionado para a conscientização dos dirigentes sindicais de seu plano confederativo e influenciando outros segmentos do sindicalismo, bem como as esferas do Executivo, do Judiciário e do Legislativo, ao se dedicar a temas como a eleição do Presidente da República, a questão da violência, o acompanhamento da economia e a permanente vigilância quanto às ações do Ministério do Trabalho no tocante aos direitos dos trabalhadores, para que não haja retrocessos e para que outros direitos possam ser conquistados.

O resultado da pesquisa, que analisou vinte e duas edições do JTCB, entre janeiro de 2002 e novembro de 2004, joga por terra avaliações constantes de numerosos estudos a respeito do sindicalismo e de sua imprensa, que pecam por sua superficialidade e por seu preconceito contra o sistema sindical confederativo. Para que pudéssemos trazer à tona essa realidade sobre o jornalismo sindical confederativo, fez-se necessário desconstruir o discurso neoliberal sobre a organização dos trabalhadores brasileiros, uma vez que estão em pauta a rediscussão e a redefinição dos postulados básicos da organização sindical vigente, definidos na CRFB/88: a unicidade sindical, o custeio compulsório, o sistema confederativo e o conceito de categoria profissional.

O fato de que, na produção acadêmica sobre o sindicalismo e o jornalismo sindical, não se ter localizado qualquer estudo sobre o sistema sindical confederativo, e muito menos sobre sua imprensa, caracteriza o preconceito contra essa estrutura sindical, definida pelo Art. 8º da CRFB/88 e considerada atrasada e corporativista. Essa atitude preconceituosa contra o sindicalismo histórico e autêntico tem sua origem numa visão neoliberal que identifica no Estado “os males de todas as coisas”. Este trabalho chegou à conclusão diametralmente

oposta: a de que a CNTC pratica um sindicalismo aberto para a sociedade, posicionando-se, discutindo e desenvolvendo ações sobre assuntos que interessam a toda a sociedade, e não só aos trabalhadores no comércio.

Outro mito derrubado pela presente pesquisa sobre as edições do JTCB é o de que as confederações vivem encasteladas em Brasília e não dialogam como a estrutura sindical. Constatou-se a participação das federações filiadas em quase metade das reportagens publicadas pelo JTCB sobre assunto, ligados mais diretamente ao plano confederativo da CNTC.

A importância da metodologia utilizada neste trabalho – empreender um levantamento qualitativo procurando identificar e quantificar as matérias jornalísticas por categoria de assuntos: ações extras – voltadas para a sociedade como um todo – e ações internas – ligadas ao plano interno da CNTC – foi demonstrada pela defesa desse método por importantes estudiosos do sindicalismo citados no texto. Vale destacar, no entanto, nossa consciência de que esta metodologia de estudo tem sua limitação. Ela não consegue responder – e, muito menos, analisar – como os assuntos são tratados no jornal. A pesquisa identifica, por exemplo, que assuntos gerais, de interesse de toda a sociedade, ocupam o maior percentual de espaço no JTCB, comparativamente com os assuntos mais voltados para a categoria comerciária, mas não consegue explicar como esses assuntos gerais são tratados, sob que ótica são eles focalizados. Essa é uma limitação.

Entretanto, para o objetivo desse trabalho, a metodologia empregada foi a mais apropriada, em se tratando de um trabalho final de graduação. Nossa preocupação consistiu em responder se o JTCB, e, por conseguinte, a CNTC, pratica um sindicalismo delinqüente, como a escassez de investigação e o preconceito contra o sindicalismo autêntico e não-partidarizado levavam a crer. Ainda mais, os estudos que abordam o sindicalismo em geral sempre colocaram o sistema sindical confederativo como anacrônico e como uma questão a ser superada. Percorremos um caminho bibliográfico que desnuda a falácia a respeito da origem fascista da legislação sindical e trabalhista.

Claro está que, nesta monografia, a análise do sindicalismo, como oriundo da legitimidade que lhe confere o Art. 8º da CRFB/88, é simples esboço; o caminho está apenas traçado. Uma vez que de forma alguma consideramos o assunto esgotado, esperamos que

outras pesquisas possam enveredar por essa trilha. É também nosso desejo prosseguir a investigação ora iniciada, num outro patamar de estudos, tomando como ponto de partida o material colhido neste trabalho a fim de investigar como – com que olhar – os diversos assuntos são tratados no JTCB.

Todos os preconceitos identificados sobre a estrutura sindical confederativa e sua imprensa advêm da concepção que, aceitando a ideologia neoliberal como imutável, procura adaptar seu discurso e o das organizações dos trabalhadores às possibilidades que o sistema permite, e não em sua superação.

Como afirmamos no início deste texto, para existir prática social, é necessária alguma forma de comunicação, mesmo que mínima. Uma vez que a importância do jornalismo sindical está na razão direta da necessidade da existência do sindicato para que a sociedade contemporânea seja efetivamente democrática, é fundamental que, numa verdadeira democracia, a sociedade civil organizada tenha na estrutura sindical uma de suas principais bases de sustentação.

REFERÊNCIAS

- ALEMÃO, Ivan. **As reformas do modelo de relações do trabalho e o controle do sindicalismo**. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, MG: ANPOCS, 2004.
- ALMEIDA, Antonio Alves de. **Entrevista**. Depoimento escrito a Moysés Chernichiarro Corrêa. Rio de Janeiro, 23 set. 2004.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 9. ed. São Paulo/Campinas: Cortez, 2003.
- BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. **Comunicação: trama de desejos e espelhos**. Canoas, RS: Ulbra, 1996.
- BATALHA, Cláudio H. M. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BOITO JR., Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- BORGES, Altamiro (org.). **A reforma sindical e trabalhista no Governo Lula**. São Paulo: Anita Garibaldi/ Instituto Maurício Gabrois, 2004.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES DO BRASIL. **Liberdade e democracia só com unicidade sindical**. São Paulo: CGTB, 2003. Folder.
- COHEN, Stephen F. **Bukharin: uma biografia política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO. **Jubileu de Ouro: 1946/1996: 50 anos de sindicalismo**. Brasília: CNTC, 11 nov. 1996. Brochura.
- DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 2003.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

DUTRA, Joana d'Arc Pereira. **Comunicação sindical: do exercício da democracia à catequização da base**. XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM). Campo Grande, MS, set. 2001.

DUTRA, Luiz. **Entrevista gravada**. Entrevistador: Moysés C. Corrêa. Brasília, set. 2004.

ERICKSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no progresso político no Brasil**. Trad. Cecília R. Lopes. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. 13. ed. São Paulo: Unesp, 1997.

FÓRUM SINDICAL DOS TRABALHADORES. Manifesto. 30 jul. 2003. In: **CNTC – Relatório 2002/2003**. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, n. 58, 2003.

FUSER, Bruno; LAHNI, Claudia Regina. **A imprensa sindical em Campinas**. XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação. Belo Horizonte: Núcleo de Comunicação para a Cidadania, set. 2003.

GENRO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**. Disponível em: <<http://www.adelmogenro.com.br>>. Acesso em: 4 nov 2004.

GIANNOTTI, Vito. **Muralhas da linguagem**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Sindicalismo e corporativismo: um legado da Era Vargas. **Conjuntura Econômica**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 58, n. 8, p. 37, ago. 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: 13. ed. Loyola, 2004.

IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade – mundo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 1995.

LENIN, Vladimir. Sobre os sindicatos. In: _____. **Que fazer?** Trad. Armênio Guedes, Zuleika Alambert e Luiz Fernando Cardoso. São Paulo: Livramento, 1979, p. 54-128.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MEDINA, Clemilda. **Povo e personagem**. Canoas, RS: ULBRA, 1996.

MOMESSO, Luiz. **Comunicação sindical: limites, contradições e perspectivas**. Recife: UFPE, 1997.

MORAES, Dênis. **O caso da voz da unidade**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: ECO-UFRJ, 1986.

MORAIS, Elaine; PEREIRA, Reinaldo; FERREIRA, Tailze. **O jornal *Oficina no Vale do Aço*: informação e experiência estética**. 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte, 12-15 set. 2004.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

RAMOS, Mônica Ribeiro. **Imprensa sindical**. Monografia. Graduação. Orientador Nilson Lage. Rio de Janeiro: ECO-UFRJ, jun. 1989.

RIBEIRO, José Augusto. **A Era Vargas**. v. I: 1882-1950. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2001.

SANTOS, Juracy Martins dos. **Entrevista**. Depoimento escrito a Moysés Chernichiarro Corrêa. Rio de Janeiro, 16 set. 2004.

SCHULTE, José Carlos Perret. Proposta do FNT poderá dividir o sindicalismo. In: BORGES, Altamiro (org.). **A reforma sindical e trabalhista no Governo Lula**. São Paulo: Anita Garibaldi/Instituto Maurício Gabrois, 2004, p. 127-135.

SILVA, Carlos Alberto Carvalho da; COSTA, Cláudia Daltro. **Imprensa sindical**. Monografia. Graduação em Jornalismo. Orientador: Ana Arruda Callado. Rio de Janeiro: ECO-UFRJ, set. 1989.

SILVA, Jeferson Barbosa. **História sindicalista**. São Paulo: CEPROS, 2001.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**. São Paulo: Dominus, 1966.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Ascensão e queda do império americano**. São Paulo: Mandacaru/CPC-UMES, 2001.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito Constitucional do Trabalho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

TRINDADE, Marinês. **CLT – a maior conquista social dos trabalhadores**. Debate do MODECON. ABI, Rio de Janeiro: Movimento em Defesa da Economia Popular, 2003.

VIANNA, Segadas *et al.* **Instituições de Direito do Trabalho**. 12. ed. São Paulo: LTr, 1991.

VIANNA, Luis Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIEIRA, Toni André Scharlau. **Comunicação sindical**. Canoas: Ulbra, 2003.

ANEXOS

ANEXO A

JTCB – DADOS ESTATÍSTICOS

ANEXO B

JTCB – CAPAS DAS EDIÇÕES ANALISADAS

Jan./Fev. 2002		REPORTAGENS		ESPAÇO cm ²	
	TOTAL	28	100%	15.830	100%
	AI	11	39%	6.649	42%
	PD/AI	7	64%	3.360	51%
	PD/TOTAL	7	25%	3.360	21%
	AE	17	61%	9.181	58%
Mar. 2002		REPORTAGENS		ESPAÇO cm ²	
	TOTAL	30	100%	15.330	100%
	AI	10	33%	6.045	39%
	PD/AI	6	60%	2.730	45%
	PD/TOTAL	6	20%	2.730	18%
	AE	20	67%	9.285	61%
Abr. 2002		REPORTAGENS		ESPAÇO cm ²	
	TOTAL	30	100%	15.997	100%
	AI	13	43%	7.859	49%
	PD/AI	9	69%	4.095	52%
	PD/TOTAL	9	30%	4.095	26%
	AE	17	57%	8.138	51%
Maio 2002		REPORTAGENS		ESPAÇO cm ²	
	TOTAL	31	100%	15.330	100%
	AI	14	45%	8.463	55%
	PD/AI	8	57%	3.640	43%
	PD/TOTAL	8	26%	3.640	24%
	AE	17	55%	6.867	45%
Jun. 2002		REPORTAGENS		ESPAÇO cm ²	
	TOTAL	32	100%	15.663	100%
	AI	12	38%	7.254	46%
	PD/AI	9	75%	4.095	56%
	PD/TOTAL	9	28%	4.095	26%
	AE	20	63%	8.409	54%
Jul./Ago. 2002		REPORTAGENS		ESPAÇO cm ²	
	TOTAL	28	100%	15.497	100%
	AI	12	43%	7.254	47%
	PD/AI	8	67%	3.640	50%
	PD/TOTAL	8	29%	3.640	23%
	AE	16	57%	8.243	53%
Set. 2002		REPORTAGENS		ESPAÇO cm ²	
	TOTAL	33	100%	15.497	100%
	AI	10	30%	6.045	39%
	PD/AI	7	70%	3.185	53%
	PD/TOTAL	7	21%	3.185	21%
	AE	23	70%	9.452	61%
v. 2002		REPORTAGENS		ESPAÇO cm ²	
	TOTAL	30	100%	15.164	100%
	AI	10	33%	6.045	40%

Out./Nc	PD/AI	6	60%	2.730	45%
	PD/TOTAL	6	20%	2.730	18%
	AE	20	67%	9.119	60%
Dez. 2002		REPORTAGENS		ESPACO cm ²	
	TOTAL	30	100%	15.330	100%
	AI	10	33%	6.045	39%
	PD/AI	6	60%	2.730	45%
	PD/TOTAL	6	20%	2.730	18%
	AE	20	67%	9.285	61%
Jan./Fev. 2003		REPORTAGENS		ESPACO cm ²	
	TOTAL	29	100%	15.330	100%
	AI	11	38%	6.650	43%
	PD/AI	7	64%	3.185	48%
	PD/TOTAL	7	24%	3.185	21%
	AE	18	62%	8.681	57%
Mar./Abr. 2003		REPORTAGENS		ESPACO cm ²	
	TOTAL	32	100%	15.497	100%
	AI	13	41%	7.859	51%
	PD/AI	8	62%	3.640	46%
	PD/TOTAL	8	25%	3.640	23%
	AE	19	59%	7.638	49%
Maio 2003		REPORTAGENS		ESPACO cm ²	
	TOTAL	30	100%	15.330	100%
	AI	9	30%	5.441	35%
	PD/AI	7	78%	3.185	59%
	PD/TOTAL	7	23%	3.185	21%
	AE	21	70%	9.890	65%
Jun. 2003		REPORTAGENS		ESPACO cm ²	
	TOTAL	29	100%	15.164	100%
	AI	13	45%	7.859	52%
	PD/AI	9	69%	4.095	52%
	PD/TOTAL	9	31%	4.095	27%
	AE	16	55%	7.305	48%
Jul./Ago. 2003		REPORTAGENS		ESPACO cm ²	
	TOTAL	33	100%	15.663	100%
	AI	15	45%	9.068	58%
	PD/AI	10	67%	4.550	50%
	PD/TOTAL	10	30%	4.550	29%
	AE	18	55%	6.596	42%

Set. 2003		REPORTAGENS		ESPACO cm ²	
	TOTAL	32	100%	15.330	100%
	AI	10	31%	6.045	39%
	PD/AI	7	70%	3.185	53%

S	PD/TOTAL	7	22%	3.185	21%
	AE	22	69%	9.285	61%
Out. 2003		REPORTAGENS		ESPAÇO cm ²	
	TOTAL	32	100%	14.997	100%
	AI	15	47%	9.068	60%
	PD/AI	9	60%	4.095	45%
	PD/TOTAL	9	28%	4.095	27%
	AE	17	53%	5.929	40%
Nov./Dez. 2003		REPORTAGENS		ESPAÇO cm ²	
	TOTAL	27	100%	15.997	100%
	AI	12	44%	7.254	45%
	PD/AI	8	67%	3.640	50%
	PD/TOTAL	8	30%	3.640	23%
	AE	15	56%	8.743	55%
Jan./Fev. 2004		REPORTAGENS		ESPAÇO cm ²	
	TOTAL	31	100%	15.330	100%
	AI	14	45%	8.463	55%
	PD/AI	8	57%	3.640	43%
	PD/TOTAL	8	26%	3.640	24%
	AE	17	55%	6.867	45%
Mar./Abr. 2004		REPORTAGENS		ESPAÇO cm ²	
	TOTAL	32	100%	15.497	100%
	AI	14	44%	8.463	55%
	PD/AI	9	64%	4.095	48%
	PD/TOTAL	9	28%	4.095	26%
	AE	18	56%	7.034	45%
Maio 2004		REPORTAGENS		ESPAÇO cm ²	
	TOTAL	27	100%	15.663	100%
	AI	10	37%	6.045	39%
	PD/AI	6	60%	2.730	45%
	PD/TOTAL	6	22%	2.730	17%
	AE	17	63%	9.618	61%
Jun./Jul. 2004		REPORTAGENS		ESPAÇO cm ²	
	TOTAL	31	100%	15.830	100%
	AI	10	32%	6.045	38%
	PD/AI	6	60%	2.730	45%
	PD/TOTAL	6	19%	2.730	17%
	AE	21	68%	9.785	62%
Ago./Set./Out. 2004		REPORTAGENS		ESPAÇO cm ²	
	TOTAL	34	100%	15.663	100%
	AI	13	38%	7.859	50%
	PD/AI	8	62%	3.640	46%
	PD/TOTAL	8	24%	3.640	23%
	AE	21	62%	7.805	50%
L		REPORTAGENS		ESPAÇO cm ²	

TOTAL GERA	TOTAL	671	100%	340.929	100%
	AI	261	39%	157.775	46%
	PD/AI	168	64%	76.440	48%
	PD/TOTAL	168	25%	76.440	22%
	AE	410	61%	183.155	54%